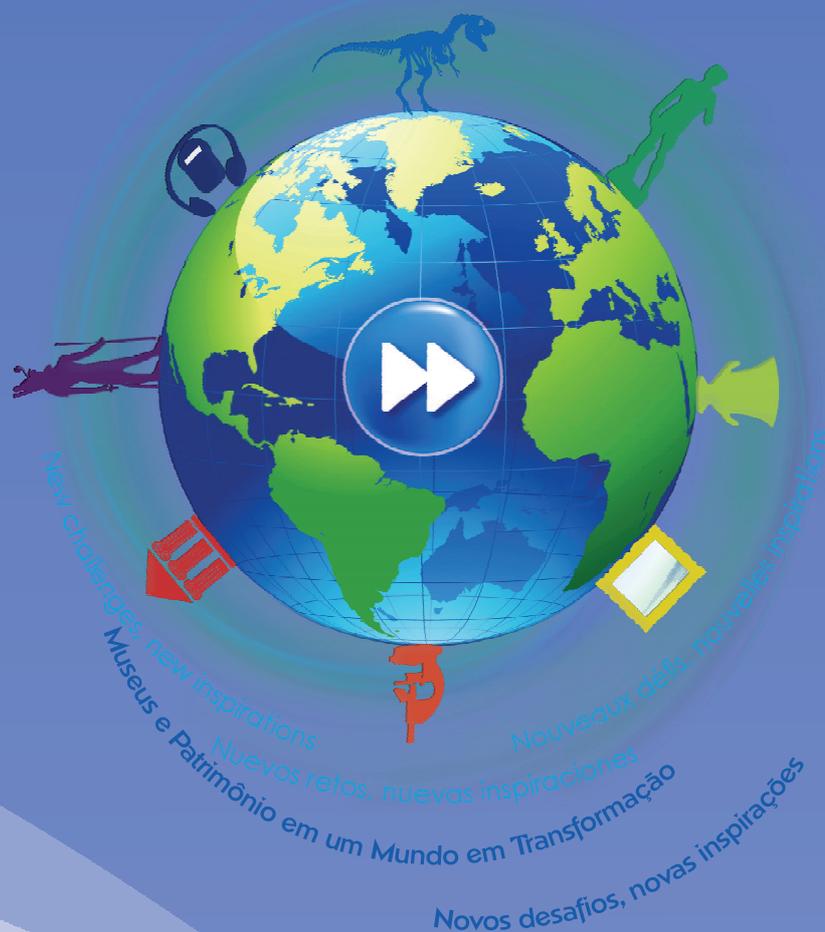


Anais da IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Logomarca oficial do ICOM para o
Dia Internacional dos Museus 2012



14 a 18 de maio de 2012

ISSN 2236-2088



X Semana Nacional de Museus / IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Universidade Federal de Alfenas,
de 14 a 18 de maio de 2012.

REALIZAÇÃO



Museu da Memória e Patrimônio
da Universidade Federal de Alfenas



PROMOÇÃO



APOIO

FAPEMIG





X Semana Nacional de Museus / IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Universidade Federal de Alfenas,
de 14 a 18 de maio de 2012.

ORGANIZAÇÃO

Coordenação:

Claudio Umpierre Carlan & Luciana M. de Carvalho
(coordenadores gerais)

Evandro Lúcio Corrêa & Tani Rose Ribeiro
(coordenadores do I Fórum Regional de Cultura)

Comissão Avaliadora dos anais da IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG:

Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro

Bruno César Brulon Soares

Cláudio Umpierre Carlan

Diogo Jorge de Melo

Eurípedes Gomes da Cruz Júnior

Julia Nolasco Leitão de Moraes

Equipe:

Adriana Andrade

Agueda Bueno Almeida Novais

Bríssia Marques Gomes
Diego Montanini Cardeal
Eloíse Iara Braghini David
Estela de Melo Faria
Evandro Cassimiro de Moraes
Fernando Ademar da Silva
Gilmara Aparecida de Carvalho
Lalaine Rabêlo
Lárame Silva Carvalho
Marly Teodora Nogueira
Nanci Maria de Assis Tavares
Rander Warne de Brito
Rubens Gabriel Júnior
Wagner Evangelista da Silva

Local (do evento):

Universidade Federal de Alfenas, Auditório Leão de Faria - Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700. Centro, Alfenas, MG, Brasil.



X Semana Nacional de Museus / IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Universidade Federal de Alfenas,
de 14 a 18 de maio de 2012.

APRESENTAÇÃO

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) escolheu como tema para a próxima edição do Dia Internacional de Museus, a ser celebrado em 18 de maio: "*Museus em um Mundo em Transformação - Novos desafios, novas inspirações*", cuja logomarca aqui representada é da autoria do ICOM, para as comemorações deste ano. Este também será o tema da 10ª Semana de Museus, iniciativa coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) que acontece em maio, abrangendo o Dia Internacional de Museus.

Com o tema, o objetivo é se concentrar tanto no crescimento dos museus e na construção de seu futuro quanto em questões como mudanças climáticas e os novos meios de comunicação eletrônica*.

Assim, o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas organiza a IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG / "*Museus e Patrimônio em um mundo em Transformação - Novos desafios, novas inspirações*" entre os dias 14 e 18 de maio de 2012. Este ano, como na edição anterior, abrimos espaços para apresentação de Comunicações, com o envio

prévio de documentos de trabalho. Os trabalhos foram enviados no âmbito das seguintes temáticas: "*Museus em um mundo em Transformação*" e "*Patrimônios: novos desafios, novas inspirações*".

Ainda, no âmbito da Semana, ocorre o *I Fórum Regional de Cultura em Alfenas*, entre os dias **17 e 18 de maio**, coordenado pela Secretaria de Educação e Cultura de Alfenas e em parceria com o Ministério da Cultura, por meio da Representação Regional de Minas Gerais.

Neste volume encontram-se os trabalhos enviados - 08 (oito) no total - e textos enviados pelos convidados das conferências e mesas redondas.

Elaborado por Luciana Menezes de Carvalho.

*Diretora do Museu da Memória e Patrimônio
da Universidade Federal de Alfenas.*

**Informações baseadas em: Ibram, Boletim Eletrônico n. 379.*



X Semana Nacional de Museus / IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Universidade Federal de Alfenas,
de 14 a 18 de maio de 2012.

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

(Auditório Leão de Faria)

14 de maio

8h - Credenciamento

9h - Solenidade de Abertura

10h - Conferencia de Abertura "*Museus e Patrimônio em um mundo em Transformação - Novos desafios, novas inspirações: O caso do Irã*", com Dr. Damon Monzavi, Museu de Pedras Preciosas (Kooh-e-Nour), Teerã, Irã.

12h - Almoço

14h - Apresentações/Comunicações coordenadas Prof. Clésio Barbosa Lemos Junior (Universidade de Formiga). Tema: *Museus em um mundo em Transformação*.

** "Planejando um Museu em um mundo em Transformação: Novos desafios, novas inspirações", por Antônio dos Reis Lopes e Luciana Menezes de Carvalho.

*** Debate

15h40min - Intervalo

16h - Apresentações/Comunicações coordenadas Prof. Clésio Barbosa Lemos Junior (Universidade de Formiga). Tema: *Museus, Museologia e Patrimônio em um mundo*

em Transformação.

* "Museus e meios de comunicação eletrônicos: novas possibilidades", por Lalaine Rabelo.

*** Debate

15 de maio

9h - Mesa-redonda "*Museus em um mundo em transformação*": Eurípedes Gomes da Cruz Júnior (Museu Nacional de Belas Artes), Luciana Cristina de Souza (Unicamp), Profa. Dra. Regina Márcia Tavares. Coordenador da Mesa Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski (Unifal-MG)

12h - Almoço

14h - Apresentações/Comunicações coordenadas Prof. Dr. Antônio Martins de Siqueira. Tema: *Patrimônios - Novos desafios, novas inspirações.*

* "Caminhos do Sul de Minas: Uma reflexão sobre Patrimônio e Políticas Preservacionistas no circuito turístico mineiro", por Luciana Christina Cruz e Souza e Nilson Alves Moraes.

** "A revitalização das matrizes do samba carioca e atualidade das Teorias de Conservação do século XIX", por Aléa Santos de Almeida e Marcos Luiz Miranda.

*** Debate

15h40min - Intervalo

16h - Apresentações/Comunicações coordenadas Prof. Dr. Antônio Martins de Siqueira. Tema: *Patrimônios - Novos desafios, novas inspirações.*

* "O multifacetado patrimônio brasileiro: raízes desconhecidas", por Claudio Umpierre Carlan e Mickaela Schwab Muniz.

** "A importância da preservação do patrimônio numismático para compreensão da Antiguidade, o exemplo de Alexandre o Grande", por Estela de Melo Faria.

*** Debate

16 de maio

9h - Mesa-redonda "*Patrimônios: Novos Desafios, Novas Inspirações*": Henrique de

Vasconcelos Cruz Ribeiro (Museu do Homem do Nordeste), Prof. Dr. Vinícius Xavier da Silva (Unifal-MG). Coordenador da Mesa Prof. Dr. Cláudio Umpierre Carlan (Unifal-MG).

12h - Almoço

14h - Apresentações dos trabalhos: Concurso da logomarca do Museu da Memória e Patrimônio.

15h40min - Intervalo

16h - Oficina "Introdução à História Antiga Persa", ministrada por Dr. Damon Monzavi.

17 de maio

9h - Solenidade de Abertura - I Fórum Regional de Cultura em Alfenas.

10h30min - Intervalo

10h50min - Palestra do Diretor da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, Bernardo Novais da Mata Machado.

12h - Almoço

14h - Palestra com o Consultor da Unesco Naldiney de Castro Gonçalves, sobre o Sistema Nacional de Cultura.

18 de maio

9h - Apresentação Cultural: Conservatório Municipal de Música e Programa Cidade - Escola.

10h30min - Intervalo

10h50min - Palestra com Vilma Moreira dos Santos (Arquivo Público Mineiro - APM).

12h - Almoço

14h - Palestra com Luís Gustavo Molinari Mundim (IEPHA/MG).

18h - Noite Cultural no Centro Vivencial (antiga rodoviária).



X Semana Nacional de Museus / IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Universidade Federal de Alfenas,
de 14 a 18 de maio de 2012.

CONVIDADOS

	P.
Eurípedes Gomes da Cruz Junior - <i>Museus em Transformação e a Museologia Latino-Americana</i>	I
Luciana Cristina de Souza - <i>Oficina de Arqueologia em um Museu de Ciências: Projeto Escava-Ação</i>	XIII
Regina Márcia Tavares - <i>As Grandes Cidades: Violência, Patrimônios e Ação Museológica</i>	XIX
Bruno César Brulon Soares - <i>Museologia Social, Sociologia Museal: Por uma Ciência Humana dos Museus</i>	XXVII
Vinícius Xavier da Silva - <i>Patrimônio: Novos Desafios, Novas Inspirações - Patrimônio Preservado nas Coleções Científicas Biológicas</i>	XXXVII
Opening Conference by Damon Monzavi (English Version) - <i>Iran Museum and Heritage in Changing World: New Challenge New Inspiration for Iran Museums</i>	XLIV
Conferencia de Abertura com Damon Monzavi (Versão em Português) - <i>Museu e Patrimônio no Irã em um Mundo em Transformação: Novo desafio, Nova Inspiração para os Museus Iranianos</i>	XLIX

* O conteúdo dos textos é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).



MUSEUS EM TRANSFORMAÇÃO E A MUSEOLOGIA LATINO-AMERICANA

Eurípedes G. da Cruz Júnior¹
Lena Vânia Ribeiro Pinheiro²

1. Introdução

O tema proposto pelo ICOM para esta semana de Museus em 2012 chama a atenção pela sua vastidão. Que pode haver maior que os museus e o mundo? Os primeiros se assumem cada vez mais como templos, novas catedrais que se erguem cada vez mais grandiloquentes, sua arquitetura metamorfoseando-se como por mimetismo – objeto de si próprio, narciso. O mundo, embora a ciência contradiga, continua a ser o centro do universo. Seres narcísicos, criamos instituições para admirarmos a nós mesmos. Será que o mundo está mesmo em transformação? Se ele está sempre em transformação, então refazemos a pergunta: onde a transformação, qual é a qualidade dessa que o tema aponta? Essa amplitude temática cria uma falsa impressão de facilidade para abordar-se o assunto, impressão fugaz que logo esbarra na nossa impossibilidade de imaginar ou inventar um dimensionamento unívoco e holístico sobre uma questão intencionalmente posta de forma universal.

Os museus vêm cada vez mais reconhecendo os complexos problemas sociais e as iniquidades que afetam a existência das pessoas, diminuindo-lhes a capacidade de apropriação e fruição de bens culturais, em especial aqueles oferecidos pelos próprios museus. (Silvermann, 2010, p. 19). Assim, muitos deles vêm desenvolvendo exposições, programas educacionais, eventos especiais abordando temas tão heteróclitos como AIDS ou o aquecimento global, num esforço para atuar de forma positiva na promoção de ações efetivas que visam à ampliação de seu alcance social. Quando alcançam êxito num nível coletivo, os museus então operam como agentes de transformação social.

A potência para transformação sempre foi um componente basilar da instituição museológica. Do *museion* aos ecomuseus, passando pelos gabinetes de curiosidade e os grandes museus tradicionais, sempre esteve presente a atuação, muitas vezes

¹ Doutorando em Museologia e Patrimônio pelo PPPG-PMUS da UNIRIO/Museu de Astronomia, Mestre em Museologia e Patrimônio pelo mesmo programa, Bacharel em Composição Musical pela UFRJ, atualmente é museólogo no Museu Nacional de Belas Artes/IBRAM/MinC.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, mestre em Ciência da Informação pela mesma Universidade, é professora convidada do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO/Museu de Astronomia.



difícil de mensurar, da influência dessas instituições nas transformações da sociedade humana (Kelly, 2009). Se inicialmente isso acontecia de forma mais piramidal, ou seja, a disseminação das informações e conhecimentos iniciando-se por um círculo extremamente restrito de pessoas para progressivamente alcançar, de forma indireta, uma base social mais ampla, atualmente essa capacidade inerente de transformação do museu vem se tornando uma ferramenta-chave utilizada para o empoderamento dos mais diversos grupos sociais, especialmente os minoritários, em situações de risco ou opressão social.

Muitos museus têm voltado sua atenção para o problema da inclusão social. A luta contra a exclusão social, seja devida a fatores econômicos, políticos, sociais ou culturais, tem contado com o engajamento de museus no sentido de promover a representação de grupos excluídos na esfera cultural. Algumas vezes eles são auxiliados por políticas públicas que promovem um ambiente mais favorável a esta atuação. No Brasil, a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito do Ministério da Cultura, reflete a importância atribuída às minorias ou grupos sociais em situações de risco, à preservação de suas culturas, ao fortalecimento de identidades ou mesmo maior acesso aos bens culturais. Por exemplo, promover políticas públicas de cultura com o objetivo de fortalecer e dar visibilidade ao trabalho realizado por pessoas, grupos, organizações e instituições que trabalham com o foco na emancipação, cidadania e autonomia de pessoas em sofrimento psíquico. (MinC, 2010).

Essa abordagem também sofre críticas. Na Grã-Bretanha, onde o papel social dos museus foi uma política fortemente apoiada pelo governo trabalhista “o excessivo enfoque na inclusão social distorceria o verdadeiro princípio dos museus” (Appleton 2001). Ainda segundo Appleton, a inclusão social é um conceito obscuro que foi rapidamente adotado no Reino Unido devido à forte pressão sofrida pelos museus – de um lado, o neoliberalismo avaliando os museus sob a perspectiva econômico-mercado; de outro, a esquerda cultural acusando-os de ideologicamente elitistas que controlam e excluem as massas (Appleton, 2001). Segundo James Cuno, diretor do Instituto de Arte de Chicago (1997, p. 7), o “consenso emergente entre políticos, ativistas comunitários e acadêmicos engajados de que o museu de arte é acima de tudo uma instituição social (...) é o maior problema dos museus de arte hoje, e a mais grave ameaça à qualidade do seu ensinamento”.³

³ Atualmente Cuno é diretor do J. Paul Getty Trust e do London's Courtauld Institute of Art.



As considerações e recomendações exaradas na Mesa Redonda de Santiago (ICOM, 1972), consolidando o conceito de museu integral e apontando para uma maior integração dos museus com a sociedade encontraram na América Latina terreno propício para a proliferação de ideias que vêm resultando num número cada vez maior de instituições museológicas voltadas para o envolvimento com a sociedade como um todo, em especial as comunidades mais excluídas dos processos sociais. Ou seja, um processo aparentemente na contramão dos museus narcísicos aos quais me referi no início. Posteriormente, a Declaração de Quebec atualiza e reforça os princípios da Carta de Santiago, enfocando a participação da comunidade nos museus, incentivando o movimento de constituição de ecomuseus, estimulando o multiculturalismo. Vinte anos depois do Chile, a Declaração de Caracas faz uma releitura deste documento e avalia a situação dos museus na América Latina, levantando os pontos que ainda devem ser alcançados dentro da perspectiva de um movimento de renovação na museologia.

Entretanto, se essas transformações apresentam-se de forma inequívoca e são muito consistentes no campo teórico, na prática esses avanços são ainda muito tênues. É claro que um retardo ou descompasso entre a formulação e sua prática seria de se esperar,⁴ até mesmo porque o museu, pela sua própria fenomenologia é uma instituição conservadora. O que resulta em uma grande diferença entre o que se ouve nas narrativas dos congressos, seminários e fóruns e o que se vê como discurso e narrativa nas exposições dos nossos museus.

Em referência à América Latina, é duvidoso afirmar a existência de um alinhamento, até mesmo identidade, do Brasil com o que acontece na América Latina. As dificuldades de intercâmbio no continente e um corpo acadêmico fortemente eurocêntrico certamente influenciam este afastamento. Hoje, uma fonte principal de informação do pensamento museal da América Latina são os textos, considerações e recomendações produzidas nos encontros do ICOFOM LAM. Sobre este comitê, braço latino-americano do Comitê Internacional para Museologia do ICOM e sua importância para o desenvolvimento do pensamento em nosso continente, não podemos deixar de citar o trabalho pioneiro de Carvalho (2008), onde a noção de *suleação*⁵ (em oposição

⁴ Nas Resoluções da Mesa Redonda de Santiago, escreveu-se que “em certos casos, a transformação prevista ocorrerá lenta e mesmo experimentalmente, mas que, em outros, ela poderá ser o princípio diretor essencial” (...).

⁵ O Prof. Marcio d’Olive Campos propõe o termo *sulear*, em substituição a *nortear*: “Devemos – ao contrário do que nos é ensinado - dirigir o nosso olhar para o Cruzeiro do Sul, o que significaria *SULear-se* em vez de *NORTEar-se*. Para adequarmos nossa orientação ao hemisfério em que vivemos a regra prática deve se inverter” (www.sulear.com.br). Esta orientação tem sido seguida por vários pesquisadores e instituições, p. ex. o Fórum Social do Mercosul (<http://www.forumsocialdomercosul.org/modules/noticias/article.php?storyid=56>).



ao norteamento) aponta para a necessidade de mudança no modo de pensar as questões de nossa região.

A museologia latino-americana certamente pode trazer importantes aportes para a reflexão teórica e metodológica, pela sua riqueza patrimonial e criatividade na solução de problemas. Entretanto os conhecimentos gerados

são praticamente desconhecidos no resto do mundo, primeiro por que o que produzimos raramente é publicado, e quando isto acontece, a maioria não transcende os limites nacionais, não se tornando conhecido regionalmente. Depois, por razões socioeconômicas os profissionais de museus latino-americanos tem uma presença escassa em organizações como o ICOM, sendo mínima sua participação nos comitês técnicos, que são compreendidos como fóruns internacionais para intercâmbio de experiências” (RdM. 207, p. 13)

Destacaremos alguns textos que estão nas considerações e recomendações finais dos encontros do ICOFOM-LAM, para uma visualização das tendências latino-americanas no que concerne ao processo de transformação dos museus, aplicando-as a dois museus do Rio de Janeiro: o Museu de Imagens do Inconsciente (MII) e o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA).

2. O Museu de Imagens do Inconsciente

O hospício é uma das formas mais perversas da exclusão social. Por não poderem mais, segundo a ordem psiquiátrica, conviver com a família e a sociedade, os loucos são rotulados no mundo inteiro como seres embrutecidos e absurdos (Mello, 2000). Na década de 40, em meio a um arsenal que se dizia terapêutico, tais como eletrochoque, coma insulínico e lobotomia, a recusa de uma médica franzina em utilizar esses métodos trouxe à luz um trabalho pioneiro no mundo.

Após uma passagem pelos porões da ditadura de Getúlio Vargas, Nise da Silveira cria diversas oficinas terapêuticas, entre as quais os ateliês de pintura e de modelagem no Centro Psiquiátrico Pedro II⁶, no Rio de Janeiro, em 1946. Foram as obras produzidas nesses ateliês que deram origem ao Museu de Imagens do Inconsciente (MII).

O MII possui atualmente um acervo de mais de 350 mil obras plásticas, volume que o torna a maior e mais diferenciada coleção do gênero, no mundo. Em 2003, suas

⁶ Em 1999 o Centro passou a chamar-se Instituto Municipal Nise da Silveira, em homenagem à fundadora do Museu.



principais coleções foram tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os conhecimentos gerados em torno desse acervo, revelando aspectos em temas ainda tão obscuros para a ciência, as características interdisciplinares desses saberes e a necessidade de uma mudança no imaginário social sobre o louco e a loucura, sua contribuição para a compreensão da vida psíquica do ser humano como um todo, fazem desse museu uma instituição instigante.

Esta atuação tem sido um importante elemento provocativo de reflexões sobre a desumana exclusão a que muitas vezes são submetidos os indivíduos portadores desse rótulo - a loucura. Traz à tona as insuspeitadas riquezas do mundo interno desses indivíduos, muitas vezes em contraste com a aparência externa de ruína ou degradação. A exibição dessas riquezas nas paredes do museu, aliada aos conhecimentos científicos gerados pelas pesquisas, agem como transformador na forma como a sociedade vê esses indivíduos e sua situação.

Assim trabalhando em sua sede ou fora dela, apresentando exposições nacionais e internacionais, documentários audiovisuais e cursos ministrados por todo o país, o Museu vem contribuindo de forma incessante para a inclusão social desses indivíduos tão estigmatizados que são os portadores de sofrimento psíquico. Essa inclusão se dá não apenas no seu aspecto exterior, abrindo espaços no tecido social para a integração desses seres, mas também no espaço interno, trazendo o reforço identitário necessário para o empoderamento interno: uma alforria ontológica, na medida em que valoriza através da musealização aquilo que antes causava estranhamento e desprezo, ou seja, o delírio, a alucinação, as formas diferentes de ver-o-mundo.

O trabalho do Museu de Imagens do Inconsciente, liderado por Nise da Silveira, foi o precursor do Movimento da Luta Antimanicomial, movimento social que veio desaguar na Reforma Psiquiátrica Brasileira, que trouxe para o país uma legislação e uma prática de cuidados nessa área da saúde que estão entre as mais avançadas no mundo contemporâneo. O MII conjuga arte e ciência num espaço de liberdade e convivência que durante muito tempo não se restringiu ao seu espaço físico, mas derramou-se como inspirador em iniciativas similares e no imaginário da sociedade brasileira, ajudando a desmistificar preconceitos e transformar paradigmas.

Olhando a trajetória do MII podemos observar sua afinidade com os conceitos e recomendações mais recentes da museologia latino-americana, na sua atuação ou



como potência. O Museu de Imagens do Inconsciente é um museu que já nasceu moderno (Cruz Jr. 2009, p. 117).

3. Aspectos do pensamento museológico na América Latina

Já em seu I Encontro Regional (Buenos Aires), o ICOFOM LAM aponta para a perspectiva pluridisciplinar que os museus devem adotar, independentemente de sua tipologia e situação institucional, perspectiva essa desenvolvida em atividades intra e extra limites. Recomenda ainda o desenvolvimento de projetos e programas no sentido de fazer com que a comunidade “conheça, compreenda e valorize a utilidade da ciência posta a serviço da sociedade” (ICOFOM LAM 1992, p. 2.).

O Encontro de 1993, em Quito, traz entre suas recomendações:

- o estímulo ao pensamento crítico e à avaliação da prática museológica, propiciando a participação da comunidade a que serve, e envolvendo-a na dinâmica de suas atividades;
- a formação de comissões interdisciplinares como respaldo teórico para as atividades realizadas;

Também considera que o museu contemporâneo tem um “compromisso com o desenvolvimento integral da sociedade”. (ICOFOM LAM, 1993, p. 2 e 3)

No IV Encontro em Barquisimeto, Venezuela, 1995, um dos Grupos de Trabalho sugere a criação de “museus que representem a vida e a memória da comunidade em que estão inseridos”, e outro considera a comunidade a qual pertence o sujeito como primeiro beneficiário de sua ação. Acrescenta ainda a necessidade de que o museu conheça sua comunidade em profundidade, “envolvendo-a e garantindo sua participação ativa nas ações e benefícios que disto resultem”.

Tudo isso está alinhado com aquilo que preconiza a Carta de Cuenca, no encontro seguinte do ICOFOM LAM:

A ficção é um conceito menosprezado pela tradição racional positivista, que preferiu, no âmbito da história, o documento tradicional aos fatos; na arqueologia, os objetos aos contextos; na língua, a sintaxe e os gêneros à criação; as datas, aos relatos de vida; na museologia, a classificação, ao sentido dos objetos. Estas opções têm contribuído para excluir os fatores intuitivos, criativos e vitais do objeto/documento. (ICOFOM LAM, 1997, p.2)

Esta Carta, ao constatar que “recuperar a realidade é integrar a ficção ao real, o irracional ao racional vigente, a fim de evitar a simulação em lugar do real;” traz uma significativa recomendação no sentido de “que se valide o real imaginário como



superação de posturas que sistematicamente têm excluído os fatores intuitivos criativos e vitais”.

Essa abordagem é retomada na Carta de Montevideú (X Encontro):

- No âmbito do museu deve-se levar em conta as dimensões afetivas, intuitivas e estéticas que fundamentam o universo valorativo das diferentes sociedades;
- os museus devem atentar para a importância da interpretação e transmissão desses valores, no tratamento do patrimônio integral. (ICOFOM LAM 2001, p. 4)

Este encontro traz também reflexões sobre o patrimônio intangível. A esse respeito, considera que

a mediação hermenêutica e sua práxis constitui um desafio para os profissionais de museus, como mediadores entre o mundo dos objetos e o de seus significados, ou seja, entre o patrimônio tangível e o intangível”, recomendando o início de “programas de pesquisa destinados ao melhor conhecimento do patrimônio intangível musealizado e musealizável, através de um trabalho continuado de análise e reflexão, que inclua significados do passado e do presente”. (ICOFOM LAM 2001, p. 5).

4. O Museu Nacional de Belas Artes

Se o MII encarna o aspecto desviante, marginalizado da expressão artística, e, portanto tende a alinhar-se com aquilo que a museologia preconiza como atuação transformadora, o MNBA está no lado oposto, representando a manutenção daquilo que o campo simbólico estabelecido por artistas, críticos, marchands e demais detentores de capital simbólico designaram como objetos de culto e valor na história da arte brasileira.

As grandes narrativas nacionais inventadas estão lá: o quadro da Primeira Missa do Brasil e as representações das grandes batalhas (Guararapes e Avaí) que pontuaram historicamente a ideia de Brasil que recebemos na educação escolar.

Do Séc. XIX ao XX, o Museu apresenta a arte acadêmica, a arte moderna e um tímido prenúncio da arte contemporânea. A ausência de textos explicativos nas exposições de longa duração pode dar a falsa impressão de um discurso ausente, neutro; entretanto sabemos que as imagens estão suportadas por uma narrativa estruturada de acordo com a visão hegemônica dos grupos sociais que dominaram a cena econômica e cultural de nossa nação, tendo como marco inicial a chegada da Corte Imperial Portuguesa em 1808. Sua origem monárquica não se apagou de pronto com a chegada da República: como dissemos anteriormente, o museu é uma instituição fenomenologicamente conservadora. De alguma forma, o espírito imperial



ainda reside em suas grandes galerias e mesmo no seu vetusto edifício. Então, apesar da instituição procurar acompanhar as mudanças da arte, o seu discurso expositivo continua praticamente inalterado.

A própria Mesa Redonda do Chile ao consolidar o conceito de museu integral reconhece que

esta nova concepção não implica na supressão dos museus atuais, nem na renúncia aos museus especializados, mas que se considera que [sic] ela permitirá aos museus se desenvolverem e evoluírem da [sic] maneira mais racional e mais lógica, a fim de melhor servir à sociedade. (Cadernos..., 2012).

Observando a dinâmica dos dois museus, podemos verificar quão acertada foi a afirmação da Mesa de que “o novo tipo de museu parece ser o mais adequado para uma ação em nível regional, em pequenas localidades, ou de médio tamanho”. Isso porque “a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem”. No Brasil, a difícil reposição de pessoal nos grandes museus, todos ligados à esfera pública e suas superestruturas ultraconservadoras, vem retardando esse processo, agravado pela falta de uma política de capacitação de pessoal.⁷

No caso do MNBA são exposições de nomes consagrados que atraem multidões. Em contraposição, os museus narcísicos⁸ têm atraído uma multidão de pessoas, em geral turistas, independente do que estão exibindo. E ainda é difícil avaliar a amplitude dessa tendência no que diz respeito a um trabalho efetivo de informação, conhecimento e educação voltados para uma dimensão social, vista aqui em seu *lato sensu*, ou seja, território de reflexões sobre o estar no mundo e as múltiplas e complexas relações daí decorrentes.

“Os museus de arte, na sua condição de centros de referência cultural e na sua potencialidade educacional, bem como as bibliotecas de arte, geram informações artísticas e culturais” (Pinheiro, 2005, p. 52). No encontro entre as imagens (arte) a sociedade e a educação o museu, como fenômeno social dinâmico, espaço de poder e agente de dinamização cultural, pode transformar-se num espaço de participação onde as abordagens multiculturais da diversidade possibilitem reflexões proativas para problemáticas globais, como a exclusão social. Trazendo grupos marginalizados para

⁷ Para reverter essa situação, o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM vem promovendo a realização de diversas oficinas de capacitação em todo o Brasil, privilegiando os centros menores. Entretanto os grandes museus parecem estar à margem desse processo.

⁸ Ou, “museus-espetáculo”, ou ainda “museus-catedrais”.



o prosclênio da produção cultural, utilizando a arte como ferramenta de capacitação para o empoderamento social, através da conscientização e da valorização de suas identidades.

Desse modo, “a convergência do trinmio arte, educação e sociedade pode sustentar a formação individual e social, norteadora da consciência e propulsora da inclusão social” (Pinheiro 2005).

5. Consideraes finais

Na Declaração da Bahia, em 2003, os participantes do XII Encontro recomendam a introdução das comunidades locais “na dinâmica de trabalho dos museus, para que conheçam e valorizem o acervo museológico e os conhecimentos científicos neles produzidos; procurando fazer com [que] esta experiência se constitua numa extensão de sua vida cotidiana, tanto em nível individual como coletivo” (ICOFOM LAM 2003, p. 3).

Scheiner (2000, p. 94) considera imprescindível que os museus “realizem um trabalho constante de integração com a sociedade, partindo de seu próprio espaço físico em direção à comunidade onde está localizado e da em direção a outras comunidades – num progressivo trabalho de ampliação de fronteiras”.

Ao definir o papel dos museus latino-americanos na atualidade a presidente do Instituto Latinoamericano de Museologia afirma que eles têm em comum “a aspiração de ser espaços de encontro e diálogo que possibilitem ao público e  população estabelecer uma relação crítica com seu passado e sua herança patrimonial e o fortalecimento de sua identidade cultural.” (RdM, 2007, p. 12). Mas assinala que, frequentemente, este compromisso não se reflete nas práticas.

Nascido moderno, o Museu de Imagens do Inconsciente vem através de sua própria dinâmica praticando muitas das principais vertentes do pensamento museológico contemporâneo latino-americano; entretanto Cruz Jr (2010) assinala que o mesmo não conseguiu ainda atender a essa aspiração de atuação no território de contiguidade física. A partir de uma observação empírica, o mesmo ocorre com o MNBA, que reproduz o modelo clássico de museu de arte. Aquele, restrito à comunidade que representa e profissionais e estudantes das áreas do conhecimento que lhes são afins, não consegue extrapolar os antigos muros do hospício e alcançar a comunidade onde está fisicamente inserido. Detm, sem compartilh-la, importante parte da história desse território, existindo como centro de saber e cultura inacessível



aos cidadãos da imensa região que o cerca, carente desses serviços. Despossuído de um projeto que mitigue a inépcia perversa do Estado no provimento à população de um espaço de reflexão, fruição e convívio. O grande Museu de Belas Artes, imóvel na sua majestade, não parece encetar um passo nesta direção, templo de arquitetura transecular inamovível, continuando a exibir e cultuar o aurático, o discurso do poder hegemônico, seja do Estado, seja do campo da arte. Mas não seria esse mesmo o papel desse museu?

Os museus deveriam ser antes de tudo, museus, e não confundirem-se com hospitais, escolas ou centros de tratamento: “as pessoas querem apreciar obras de arte bonitas, raras e importantes. (...) nós temos museus com 200 anos, porque existe um valor em ter acesso a essas coisas” (Cuno apud Appleton, 2004).

Outra linha de pensamento considera que

“os museus, sempre se desenvolveram com especial desenvoltura no recorrente e movediço território das crises históricas, (...). Eles têm mudado a cada crise, fazendo-o através da transformação de seus conteúdos, de sua forma de narrá-los, inclusive de sua própria identidade, para não só adaptar-se às mudanças, mas também influir nelas pois um museu é uma ferramenta de transformação da sociedade (...) (Museus.es, 2010, p. 14).

As últimas estatísticas mostram a grande afluência de público em exposições realizadas no Brasil, o que parece confirmar a Diretora do Instituto Latinoamericano de Museus quando diz que “cada vez mais os museus são - ou estão obrigados a ser, grandes empresas culturais para responder às pressões da mídia em detrimento das funções museológicas, principalmente a pesquisa e a comunicação” (RdM, 2007 p. 12).

A migração da pesquisa para a universidade deixou órfão muitos museus, cristalizando seu processo. Isso ocorreu nos dois casos. No MII, carreados pela Dra. Nise da Silveira, pesquisadores de todas as áreas do conhecimento acorriam para o Museu, empurrados pela noite sombria da ditadura que se abateu sobre as universidades. Terminada a Grande Noite, e com a ausência da carismática Nise da Silveira, a pesquisa refluíu para a universidade e o museu conhece um período de estagnação. O MNBA, após sua separação da Escola Nacional de Belas Artes também conheceu esse empobrecimento, subsistindo basicamente a pesquisa endógena.

Nesse breve apanhado verificamos que a museologia latino americana aponta para diversos caminhos possíveis, nos quais os museus podem encontrar inspiração para práticas transformadoras que potencializem sua atuação como instituição que



congrega, espaço de ágora onde a sociedade possa refletir e propor ações afirmativas e inclusivas. Romper o paradoxo que mostra que, os museus com maiores recursos são aqueles que possuem mais dificuldades de implementar mudanças, enquanto os pequenos e médios não ampliam seu espectro de ação muitas vezes pela falta de recursos, pessoal ou apoio político.

Longe de traçar um quadro pessimista, uma vez que as dificuldades dos museus são globais (Gail, 2012, p. 144) nos parece que ainda é cedo para vislumbrar o papel dos museus nesse mundo em transformação, uma vez que muitas dessas instituições estão procurando seu caminho no turbulento processo da globalização econômica. As interações étnicas e as identidades complexas e intermutáveis modificam a paisagem cultural com velocidade crescente. Paradoxalmente vemos recrudescer movimentos separatistas e excludentes por esse mesmo processo de globalização. Os museus, criados por nós, refletem narcisicamente as circunvoluções de nossos processos políticos econômicos e sociais. Resta saber se terão velocidade e fôlego suficientes para acompanhar esse turbilhão, e dele extrair uma ressignificação que atenda, como quer o ICOM, à sociedade e seu desenvolvimento.

Referências

- APPLETON, J. **Museums for the People**. Disponível em < <http://www.spiked-online.com/Articles/00000002D2BA.htm> >. Acesso em ago 2010.
- CARVALHO, L. M. **Em direção à museologia latino-americana: o papel do ICOFOM no fortalecimento do da museologia como campo disciplinar**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia. 2008
- CRUZ JR. **O Museu de Imagens do Inconsciente: das coleções da loucura aos desafios contemporâneos**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)/Museu de Astronomia. 2009
- CUNO, J. Whose money? Whose power? Whose art history? Disponível em <<http://www.collegeart.org/artbulletin/>>. March 1997, Volume 79 Number 1, p. 7. Acesso em: out 2010.
- Entrevista com Georgina DeCarli. **RdM Revista de Museologia**, n. 40. Asociación Española de Museólogos, Espanha, 2007.
- GAIL, A. **Reinventing The Museum**. Altamira, USA, 2012.
- ICOFOM-LAM. **Conclusões e Recomendações**. In: I Encontro Regional do ICOFOM-LAM. Museus, sociedade e meio ambiente na América Latina e no Caribe. Buenos Aires, 1992.
- _____. **Conclusões e Recomendações**. In: II Encontro Regional do ICOFOM-LAM. Museus, Espaço e Poder na América Latina e Caribe. Quito, 1993
- _____. **Declaração de Barquisimeto**. In: IV Encontro Regional do ICOFOM-LAM. Patrimônio, Museus e Turismo na América Latina e Caribe. Barquisimeto, 1995.
- _____. **Carta de Cuenca**. In: VI Encontro Regional do ICOFOM-LAM. Patrimônio, museus e memória na América Latina e no Caribe. Cuenca, Equador, 1994.
- _____. **Carta de Montevidéo**. In: X Encontro Regional do ICOFOM-LAM. Museus, Museologia e o Patrimônio Intangível na América Latina e Caribe. Montevidéo, 2001.
- _____. **Declaração da Bahia**. In: XII Encontro Anual do ICOFOM-LAM. Museologia e patrimônio regional. Salvador, 2003.



KELLY, L. **Measuring the Impact of Museums on Their Communities: The Role of the 21st Century Museum**. Disponível em <www.intercom.museum/docuemtns/1-2Kelly.pdf> Acesso em fevereiro de 2009

MELLO, Luiz Carlos. **Flores do abismo**. Disponível em: <<http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/pdfs/flores.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

Mesa Redonda, Chile 1972. Disponível em <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335/244>> . Acesso em: 30 abr 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/identidade-e-diversidade/acoes-sid/saude-mental-acoes-sid-identidade-e-diversidade-politicas/>>. Acesso em: 4 ago 2010.

CONSELHO Editorial. **Nuevos viejos tempos**. Revista Museus.es, nº 5-6, 2009-2010. Ministério de Cultura [Espanha]. Disponível em <<http://www.calameo.com/read/000075335586d490a82c6>>. Acesso em: mai 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Arte, objeto artístico, documento e informação em museus. In: **Symposium Museology & Art. Conferência anual da UNESCO/ICOFOM-LAM**, Rio de Janeiro, maio 1996. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural, 1996.

_____. **Educação da sensibilidade, informação em arte e tecnologias para inclusão social**. Revista Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 51-55, out./mar., 2005.

SCHEINER, T. C. M. Museologia e arte uma imprecisa relação. In: **XVIII Conferencia Anual do ICOFOM**. ICOFOM STUDY SERIES. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural/ICOFOM, 1996. v. 26. p. 268-290.

_____. Apolo e Dioniso no templo das musas. In **Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental**. Dissertação (Mestrado) ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

SILVERMAN, Lois H. **The Social Work of Museums**. New York, Routledge 2010.



OFICINA DE ARQUEOLOGIA EM UM MUSEU DE CIÊNCIAS: PROJETO ESCAVA-AÇÃO.

Aline Vieira de Carvalho¹
Luciana Cristina de Souza²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o projeto **Escava-Ação**, uma proposta de atividade realizada em parceria com o Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte e o Museu Exploratório de Ciências, ambos localizados na Universidade Estadual de Campinas. Almejamos com tal atividade aproximar o público da experiência do *fazer arqueológico*. Nosso interesse está centrado na leitura das materialidades produzidas em diversos contextos, o que possibilita interpretações plurais das sociedades.

Palavras-chave: Arqueologia, comunidades, Museu de Ciência, tecnologias e materialidades.

1. Introdução

O Projeto **Escava- Ação** é uma oficina que tem como objetivo refazer as etapas do trabalho arqueológico, utilizando como ferramenta principal a Arqueologia. Assim, todos os anos dentro da atividade “Férias no Museu”, realizada pelo Museu Exploratório de Ciências da Unicamp, alunos do ensino Fundamental e Médio participam de forma dinâmica e fluida de atividades que remetem às etapas do trabalho que são desenvolvidas por um arqueólogo. A parceria do Museu Exploratório de Ciências (MEC) com o Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (LAP) acontece desde 2009, data da primeira oficina. O espaço cedido pelo MEC ao LAP possibilita a concretização de alguns dos trabalhos desenvolvidos atualmente dentro da proposta do Laboratório sobre a Arqueologia Pública.

Antes de apresentarmos o **Escava-Ação**, achamos necessário refletir sobre os dois espaços que permitem a realização do projeto: por um lado, o LAP e suas tarefas realizadas no âmbito da Arqueologia Pública; de outro, o MEC e a sua proposta de valorização do conhecimento científico através de ações lúdicas e pedagógicas. Com isso, podemos tentar esclarecer de onde partimos para chegar até o **Escava-Ação**.

O Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte, atualmente sediado no Núcleo de Pesquisas Ambientais da Unicamp (NEPAM), surgiu de uma necessidade da própria

¹ Coordenadora do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte e Professora do Departamento de História IFCH – Unicamp.

² Mestranda em História IFCH – Unicamp e Pesquisadora do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte.



universidade em criar um espaço que possibilitasse o diálogo com a comunidade externa. E para atender tal demanda as atuais atividades desenvolvidas, sejam elas pesquisas, cursos, oficinas e palestras, têm como preocupação abranger as diversas áreas do conhecimento, e os vários temas de interesse da sociedade, tais como patrimônio, ambiente, memória e as construções e usos do passado. Partindo da interdisciplinaridade, que entendemos como característica principal da disciplina arqueológica (CERQUEIRA 2010 e FUNARI 2003) os recentes estudos são produzidos por pesquisadores de diversas áreas, a saber, História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Arquitetura, Biologia, para citar algumas.

Entre as produções do LAP, cabe destacar as preocupações intelectuais dos professores Aline Vieira de Carvalho e Pedro Paulo Funari, ao refletirem sobre a atuação da Arqueologia Pública no cenário brasileiro e internacional que, segundo eles, deve ser pensada como um campo que permite a construção de diálogos e reflexões no interior da disciplina com a sociedade, pois só assim conseguimos pensar o fazer arqueológico como algo mais aberto e democrático e não limitado apenas a um campo de interpretações. (2010; 2011).

Ao pensar a “Arqueologia para comunidade” (2011), a Arqueologia Pública é alocada no campo do conhecimento onde a relação com o público não se restringe à esfera do Estado, com suas leis, normas e diretrizes. Ao contrário disso, o que os pesquisadores propõem é um fazer arqueológico que se relacione com a sociedade e que se preocupe com seu caráter de relevância social.

Nesse mesmo caminho, de diálogos e aproximação com as comunidades ao seu redor, é que localizamos o Museu Exploratório de Ciências da Unicamp. O MEC surgiu no ano de 2006 com a proposta de trabalhar os conteúdos científicos através da curiosidade e do pensamento crítico, possibilitando a comunicação entre ciências e tecnologias. Sendo assim, o Museu nasceu com a proposta de criar um espaço museológico diferente dos modelos lineares de transmissão e recepção. De tal modo, o MEC desenvolve suas atividades utilizando os espaços, exposições, monitores e visitantes como parte integrante do próprio museu, caracterizando o público como sujeito ativo da ação museológica (MURRIELLO; CONTIER; TAVES sd).

E é nesse espaço interativo e lúdico que desenvolvemos o Projeto **Escava- Ação**. O modo como o MEC é idealizado e a forma com que desenvolve suas atividades vão de encontro com os nossos interesses sobre os possíveis desdobramentos da Arqueologia Pública. Acreditamos que o Projeto **Escava-Ação**, inserido dentro de um processo museológico, deve ser entendido como uma atividade de ação e reflexão



não desvinculada da educação, que é pensada por nós como um movimento de constante reflexão e que conduz a um pensamento crítico do público participante (SANTOS sd).

O **Escavação** ocorre duas vezes ao ano, como explicitado anteriormente, dentro de um Programa denominado “Férias no Museu”. Durante esse período de duas semanas o MEC recebe alunos, filhos e parente próximos de funcionários da instituição para o desenvolvimento de uma série de atividades, onde uma delas é a oficina de Arqueologia. O objetivo do projeto é refazer o percurso de um arqueólogo para construir seu objeto de estudo: as materialidades construídas pelos homens. (CERQUEIRA, 2011 E FUNARI 2003)

Sendo a Arqueologia o estudo de tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo homem (FUNARI 2003), justifica-se o interesse dos arqueólogos em pesquisar as materialidades originadas no interior de uma sociedade. Desse modo, o que denominamos de cultura material possui inúmeros significados e deve ser compreendida como heterogênea. Como a todo o momento produzimos materialidades, estamos sempre significando e re-significando o mundo ao nosso redor. Por essa razão, a Arqueologia não se esgota nas leituras dos objetos do passado: uma paisagem ou um edifício, por exemplo, podem se tornar de interesse de um olhar arqueológico (CARVALHO 2011: CERQUEIRA 2011: FUNARI 2003).

O segundo ponto trabalhado com o público, diz respeito à subjetividade das análises arqueológicas. Conduzimos a reflexão explicando que as leituras e interpretações do trabalho são motivadas por razões diferentes, com isso, os resultados obtidos com a pesquisa são dados a partir de experiências específicas o que resulta em explicações diversas, mas que não se anulam, ao contrário, enriquecem ainda mais os debates em torno da disciplina. Compartilhamos dos pressupostos teóricos de Vere Gordon Childe quando esse nos diz:

O leitor deve atender ao caráter hipotético da maior parte das conclusões arqueológicas. Pedimos apenas que aceite as deduções mais prováveis e mais geralmente admitidas. Mesmo estas são, contudo, apenas prováveis. Só para evitar o tédio se omite o ponto de interrogação, o provavelmente, o talvez que deveriam acompanhar a maior parte das afirmações.(Childe 1974: 19)



2. Etapas das oficinas

Duração: três horas

1-Exposição: O Arqueólogo e seu trabalho

Esse é o primeiro momento dos visitantes com a oficina. Essa parte é conduzida por um mediador, que ao nosso entender é peça chave para que a dinâmica aconteça com êxito, já que ele “facilita um processo educativo que seja significativo e que resulte em aprendizagem para o visitante” (LINDEGARRD, 2008). O mediador deve expor os conceitos da Arqueologia e relacionar com as compreensões trazidas pelo público.

Parte 2: Práticas arqueológicas

Após esse primeiro contato dos visitantes com os conceitos, os participantes passam para o momento de experimentar o trabalho arqueológico. Para tanto, algumas etapas deverão ser cumpridas.

2.1) Descoberta do objeto de estudos: Escavação

O público será dividido em grupos e cada grupo torna-se responsável por uma caixa que denominamos de quadrículas. Nesse momento tem que ficar claro que cada quadrícula representa uma parte de um sítio arqueológico. A descoberta dos objetos será realizada com pás e a areia retirada das caixas que serão peneiradas, caso fique algum pequeno vestígio.

2. 2) Registro

Cada grupo de participantes terá em mãos prancheta, lápis e papel para realizarem os registros dos objetos encontrados nas quadrículas. Assim, poderão fazer o mapeamento dos sítios, identificando as disposições dos objetos encontrados e, por fim, o devido acondicionamento dos materiais encontrados.

2. 3) Laboratório – Interpretação e hipóteses:



Nesse momento da oficina é necessário lembrar aos visitantes a subjetividade das análises e resultados da pesquisa. Devemos pensar a Arqueologia como uma disciplina que possibilita várias interpretações sobre um mesmo cenário, lembrando que os objetos que foram encontrados resultam das ações humanas.

2.4) Divulgação

Essa é a última etapa da oficina. Os grupos devem ser convidados a divulgar as leituras realizadas sobre os objetos encontrados. Assim, deverão escrever (ou desenhar – dependendo da turma) sobre os trabalhos realizados até o momento. O mediador deve estimular aos participantes questões do tipo: o que fizeram (trabalho de arqueólogo), porque fizeram (entender as relações humanas) e o que encontraram. E, por fim, qual a importância de se fazer esse trabalho (memória e compreensão das relações humanas).

Desse modo, encerramos a apresentação do projeto **Escava-Ação**. Nossa intenção com a oficina é refletir junto com o público participante quais são os acréscimos e os impactos dos trabalhos arqueológicos para a sociedade. Inserimos nossa proposta dentro de um projeto museológico que possibilite a relação ativa entre os visitantes e as diretrizes propostas pelo MEC. Buscamos localizar a oficina dentro de um contexto que abrange “temas da ciência e da tecnologia com abordagem inter e multidisciplinar, fomentando a discussão do impacto tecnológico, social, ambiental e ético do desenvolvimento científico” (Murriello; Contier; Knobel; Taves, sd., p. 8).

Agradecimentos

Agradecemos todos os pesquisadores, colaboradores e estagiários do Laboratório de Arqueologia Pública e também toda a equipe que compõe o Museu Exploratório de Ciências. E, ainda, o apoio da equipe do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais.



Referências

- BARTHOLO, R. Ainda sobre a ciência como vocação. **Ciência e Cultura**. vol.57 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível no site: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000100021&script=sci_arttext (acesso em 30/04/2012)
- CARVALHO, A .V. Nota de atividades: Laboratório de Arqueologia Pública. **História e-história**. Campinas, 2011.
- CARVALHO, A. V. e FUNARI. P.P A. **A arqueologia para comunidade**. Jornal da Unicamp ANO XXV – Nº 501, 2011.
- CERQUEIRA. F.V. Arqueologia pública na sociedade brasileira no início do século XXI. **História e-história**. Campinas.
- CHILDE, V. G. **A Pré-História da Sociedade Européia**. Lisboa: Europa-America, 1974
- FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- LINDEGAARD, Luz Marina. Mediação em Museus de Ciências. **Mediação em Museus e Centro de Ciências** – Workshop Sul Americano. Rio de Janeiro: Museu da Vida/ Casa de Oswaldo Cruz, 2008.
- MURRIELLO, S.; CONTIER, D.; KNOBELL, M.; TAVES, S. J.; **O nascimento do Museu de Ciências da UNICAMP, um novo espaço para a cultura científica**. Sd. Disponível no site: <http://www.mc.unicamp.br/files/rf499ae697cce60/O%20nascimento%20do%20Museu%20de%20Ci%C3%A7ncias%20da%20UNICAMP.pdf> (acesso em: 30/04/2012).
- SILVA, B.S.R da. Das ostras, só as perolas. Arqueologia Pública e Arqueologia Subaquática no Brasil. Belo Horizonte, 2011.
- SANTOS, M.C.T.M. **Museu e Educação: Conceitos e Métodos**. In: Aula inaugural do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, proferida na abertura do Simpósio Internacional “Museu e Educação: conceitos e métodos”, realizado no período, 2001.



AS GRANDES CIDADES: VIOLÊNCIA, PATRIMÔNIOS E AÇÃO MUSEOLÓGICA.

Regina Márcia Moura Tavares¹

Resumo

O presente texto trata de modelos possíveis de ação museológica em metrópoles como alternativas importantes para a inclusão social de enormes contingentes de migrantes, *órfãos culturais* num mosaico gigantesco. Discute o conceito de patrimônio e apresenta dois projetos, a saber: a *preservação da cultura lúdica infantil* e a dos *processos produtivos tradicionais* como condição essencial para a estimulação da criatividade, o resgate da auto-estima, da identidade e a instalação da cidadania entre os múltiplos segmentos populacionais que nessas grandes cidades existem.

Palavras-chave/Keywords:

População metropolitana/ *Metropolitan people*. Mosaico cultural/ *cultural mosaic*. Patrimônio/ *patrimony* Pobreza e violência/ *poverty and violence*. Preservação/ *preservation*. Cultura da infância/ *childhood culture*. Processos produtivos tradicionais/ *Traditional processus of production*

1. Introdução

A violência que campeia, hoje, principalmente nos grandes centros urbanos, é atribuída em nosso país a dois fatores básicos, ou seja, à má distribuição de renda e ao baixo nível educacional, fatores estes que envolvem outros de natureza psicológica e social, sem sombra de dúvida. Não negando a assertiva, quero tecer considerações que me parecem igualmente importantes para a emergência de um tempo de maior justiça e paz nos grandes aglomerados urbanos.

No Brasil temos 18% da população vivendo no campo e o restante nas cidades e, conseqüentemente, trazendo um sem número de novos problemas a serem resolvidos pelas administrações municipais no tocante à habitação, à saúde, ao trabalho, à educação, aos transportes, ao lazer, à segurança e outros. Melancólicos, estamos sempre falando de um tempo em que as cidades abrigavam e protegiam verdadeiramente seus habitantes, em que as relações não eram tão impessoais, onde

¹ Antropóloga, contato: reg3mar@globo.com



as crianças podiam crescer em liberdade e segurança, onde não havia drogas, violência e medo.

A vida, como o universo, é dinâmica e sua única constante é a mudança. Nosso mister é buscar sempre, com serenidade e determinação, a solução para os novos desafios. Essa tarefa exige mente aberta, ausência de preconceitos e, principalmente, um olhar complacente e generoso sobre cada nova configuração que se instala, na qual seres humanos carentes e inseguros se encontram, se tocam, se percebem, procurando segurança, aconchego, respeito e, sobretudo o direito de sonhar um futuro.

Nas urbes contemporâneas não coexistem mais somente aqueles que se conhecem há séculos, através de seus antepassados ou de suas próprias pegadas impressas nas lajes do passeio público. Encontram-se milhares de pessoas que para as cidades vieram à procura de sustento, ou pela atração natural que a novidade exerce sobre o espírito humano e mesmo em busca de maior conforto.

O trabalho exaustivo, as dificuldades de locomoção e informação vão fazendo tais recém-chegados prisioneiros de um espaço restrito, no qual suas próprias trajetórias pessoais não são recuperadas, bem como as tradições culturais que lhes deram forma e conteúdo em outras regiões de origem. **Órfãos culturais**, sem referências que os identifiquem, que os possam situar na nova sociedade onde, na maioria das vezes, têm somente um magro salário e/ou solidão, transformam-se em alvos fáceis do proselitismo de natureza religiosa, política ou criminosa. (O passe para esta última, com grande probabilidade, é o consumo de drogas ilícitas, as quais aliviam as tensões e dão sensação de poder ao usuário). O que não se pode negar é que são estas *organizações que lhes dão o significado social de que têm necessidade para a permanência num espaço que lhes é estranho*.

Preocupados com a mudança das relações na cidade precisamos atentar para o fato de que a *primeira marginalização é a cultural* e, com esta percepção procedermos a uma mudança de postura e práticas relativamente à questão da *preservação da memória da cidade*, que é muito mais do que alguns monumentos barrocos, neoclássicos, expressões artísticas, arquivos ou acervos de museus tradicionais. Mas, que é *algo plural e diversificado*, um rico mosaico formado por *heranças culturais múltiplas*, de segmentos populacionais diversos distribuídos pelos bairros, as quais se devidamente resgatadas, preservadas, valorizadas e difundidas poderão vir a se constituir na condição essencial para o *resgate das identidades*



individuais e grupais, promovendo entre outros, a diminuição da violência, a redescoberta da vida comunitária e do papel de cada um na construção do bem comum.

Não se pode restringir o termo *patrimônio somente* ao que está listado pelos órgãos internacionais ou nacionais como bens dignos de estudo e alvos de políticas de preservação, até porque há uma antiga, mas sempre perversa cumplicidade, entre Cultura e Poder.

Há mais de um século, Cultura é considerada por antropólogos, sociólogos e demais cientistas sociais, como o conjunto dos códigos vivos de comunicação que circulam por uma rede complexa de instituições, organizando o comportamento, fortalecendo valores e incorporando inovações e mudanças que dinamizam e renovam o tecido social; o conceito refere-se sempre a uma teia de significados que orientam as ações do Homem em sua luta pela sobrevivência nos vários níveis de realização, capaz de definir o fazer, o sentir e o pensar no interior das múltiplas sociedades humanas.

Apesar disso, todas as vezes que alguém se põe a falar sobre Cultura, em qualquer esfera, cita o teatro, a dança, as artes plásticas e visuais, a música, a literatura, os museus, o patrimônio arquitetônico e outras manifestações tidas e havidas nos Estados Nacionais consolidados a partir da ascensão da burguesia, como próprias da área da Cultura; melhor dizendo, *expressões nobres do espírito humano* dignas de serem cultivadas para o crescimento qualitativo de toda e qualquer sociedade. A cultura popular, a regional, aquela de pequenos grupos agrários em condições de semi - isolamento relativamente aos grandes centros urbanos cosmopolitas é incluída no elenco sob a denominação de Folclore, palavra esta que já traz a conotação de algo que é típico, anônimo, interessante, curioso, do passado, digno de ser preservado, *mas sem valor* para o Homem contemporâneo enfrentar os problemas do dia - a - dia.

Em suma, o Poder constituído enfoca, de longa data, a Cultura como *produto para o consumo das elites* (nos governos ditos populares a ser levado, também, para as camadas menos favorecidas a preços acessíveis) ou como divertimento e lazer para consumo das massas. Não a reconhece como a expressão mais abrangente do existir humano, o universo simbólico no qual transitamos, entendemos a nós mesmos e nos acomodamos como seres vivos e sociais; o qual se manifesta nas coisas mais simples e corriqueiras do cotidiano dos vários segmentos sociais, tais como nas



receitas culinárias, nas brincadeiras infantis coletivas, no cantar de um jeito especial nos momentos de aconchego ou solidão, no dançar ritmado das ocasiões de júbilo e de esperança, na indolência ou no desassossego diante dos desafios, na violência diante da impossibilidade total de realização dos legítimos desejos.

Esta abordagem equivocada e viciosa da questão da Cultura obedece ao figurino, como já citei, de uma estruturação do Estado levada a cabo pela burguesia européia, num dado momento histórico, interessada em justificar, expandir e consolidar seu poder pelo mundo afora através da valorização de sua própria e exclusiva produção cultural. Cabe lembrar aqui que os Museus surgiram na Europa nesta época, difundindo por toda parte os ícones da cultura dos mais favorecidos e, desta forma, servindo aos objetivos de uma camada social determinada a preservar somente a memória daquilo que lhes pudesse garantir a perpetuação do poder ou, por outro lado, a honrada posição de guardião das múltiplas criações da humanidade, incluindo aquelas dos próprios periféricos.

Não é por acaso que nossas populações latino-americanas não internalizaram o hábito de visitar espaços de preservação da memória coletiva! Elas se cansaram precocemente, por não se verem neles refletidas; ou quando lá se encontraram, foi sempre numa situação de submissão que jamais agradou, ou nada acrescentou.

2. A cultura lúdica da infância

Tem sido raro deitar-se o olhar sobre o conjunto dos fazeres da criança em seus vários estágios de desenvolvimento, no interior da casa ou fora dela, como uma *cultura*. *Brincar* de forma livre e coletiva, cantando, pulando e construindo brinquedos em nossos tenros anos, foi solução inteligente que a humanidade criou, em sua caminhada milenar, para favorecer o desenvolvimento pleno das funções relacionadas à vida biológica, social e emocional de seus indivíduos e coletividades. É um processo de *educação não-formal* comum a todos os povos da Terra e significa *criar*, exercer a capacidade inventiva e transformadora essencial à sobrevivência, desenvolver habilidades, conhecendo o mundo e a si mesmo. Constitui – se, principalmente, numa experiência antecipada da vida adulta, *em patamar mágico* muitas vezes, onde as respostas dadas pelos infantes às múltiplas situações vivenciadas são retidas em arquivos da memória orgânica, os quais serão naturalmente acessados quando de sua necessidade no futuro. Representa armazenar alegria, aprender a superar obstáculos, respeitar regras, fortalecer laços comunitários, dominar o medo e a ansiedade.



Nos dias de hoje, já são detectados os efeitos deletérios de uma sociedade que expulsou a criança *da rua* – por excelência, o espaço de socialização dos sujeitos. Impedindo-a de conviver com os iguais e os diferentes, condição “sine qua non” para o desenvolvimento do espírito crítico, da tolerância, da afetividade, do respeito ao próximo e às regras do jogo social, nega-lhe o direito a uma vida plena. Em substituição apresenta-lhe os esportes em clubes, as intermináveis horas na TV, os vídeo – games e o computador os quais, se cumprem o papel de entretenimento e desenvolvimento cognitivo, também estimulam a competitividade, a violência, o individualismo e a precocidade.

E, como se não bastassem os problemas de ordem psico-social, o desenvolvimento bio - físico dos pequenos vem sendo prejudicado, fazendo com que problemas típicos de idosos - joelho, coluna e outros foniátricos, sejam freqüentes em consultórios de pediatras. A dificuldade em manter laços afetivos, também, já foi observada por psicanalistas que trabalham com jovens, e a alienação relativamente às questões de ordem política, salvo raras exceções, é a tônica.

Suponho não ser exagero dizer que a solidão tomou conta da criança, assim como da humanidade nas grandes cidades. Coexistimos num mesmo espaço, porém não convivemos mais!

Tenho como certo que a valorização e a preservação da *lúdica infantil* deva ser o primeiro passo para nos percebermos como *seres criadores*, ganharmos auto-estima, condição básica para o exercício da *cidadania plena* nas metrópoles contemporâneas. A preservação de um *patrimônio mundial* de tal magnitude precisa estar na agenda do poder público, em todos os níveis, assim como na dos museólogos, mesmo que se tenha de enfrentar inúmeros desafios.

No fim dos anos 80, elaborei um projeto de pesquisa, documentação, valorização e revitalização dos brinquedos e brincadeiras ainda existentes nos bairros da cidade de Campinas, de camadas sócio-econômicas diversificadas, com vista a provocar uma reflexão entre os estudiosos da questão patrimonial, sobre a condição de *patrimônio cultural intangível* dos brinquedos e brincadeiras inventados, preservados e transmitidos pelas crianças no espaço da rua ao longo das muitas gerações. Folcloristas, sociólogos, pedagogos, psicólogos e outros já trabalhavam com a *lúdica infantil*, mas de outra perspectiva.



Em 1989, a UNESCO tomou conhecimento do projeto atribuindo-lhe no ano seguinte o selo “Década Cultural Mundial”. Em 1991, a Orcaic- Organização Regional da Cultura para a América Latina e Caribe, através de seu diretor Hérnan Crespo Toral, sugeriu a divulgação do projeto por toda a América Latina, considerando que um programa de tal natureza estimularia a criatividade e a habilidade artesanal entre as crianças do continente. Mas, principalmente, permitiria o resgate de aspectos da identidade latino-americana, tão importante num momento de reorganização dos blocos econômico - políticos mundiais.

Assumi a responsabilidade dessa difusão, tendo realizado na década de 90 dois encontros internacionais temáticos – Brasil e Equador, e um nacional – Pernambuco (Fundação Joaquim Nabuco); exposições – Brasil e Uruguai; inúmeras conferências no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Peru, países estes preocupados com a questão da preservação da diversidade cultural num mundo que se globaliza. Publiquei inúmeros artigos sobre a questão, em periódicos e revistas especializadas, sendo que no ano de 2005 o projeto foi um dos escolhidos pelo Ministério da Cultura para figurar na programação do evento “Saison Brésil – France. Continuo na tarefa de expandir a metodologia criada para esse trabalho de preservação, hoje facilitada pelo apoio recebido em 2004 da UNESCO para a reedição do livro “BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS: PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE”, Pontes Edts, 2004, com fascículo suplementar contendo aspectos da metodologia e da história do projeto em quatro línguas (Port., Esp., Fr. e Ing.).

Tenho para mim que se uma nova museologia preocupar-se em desenvolver ações que permitam a preservação desse *patrimônio lúdico infantil* nas grandes metrópoles, com certeza metade do caminho terá sido percorrido para que uma nova ordem social seja nelas instalada.

3. O mosaico cultural urbano e o museu-empresa

Não se poderá jamais promover o crescimento da civilidade e da cidadania numa cidade de grande porte se questões de ordem econômica não se cruzarem com as de natureza cultural.

A vida social sempre incluiu a troca de bens de consumo, em níveis diferentes, tanto nas organizações comunitárias como nas societárias. Qualidade de vida envolve,



na nossa sociedade contemporânea a apropriação, por parte das populações, de uma série de bens que lhes permitam ter saúde, educação, moradia, lazer. Mesmo as populações ágrafas isoladas e as camponesas, com a constante interferência em seus habitats naturais passaram a ter necessidades semelhantes às nossas, as quais não podem ser mais ignoradas. Aliás, não tomar consciência de tais variáveis é colaborar para a manutenção do “status quo”, ou seja, com a vergonhosa situação de disparidade de condições de vida que existe entre as inumeráveis populações do mundo. Se a globalização econômica vem contribuindo para aumentar o fosso entre os ricos e pobres, ela também traz à tona uma ferida secular que se queria ignorar.

Por tal motivo, acredito que a experiência que vem sendo levada a cabo há anos, por uma equipe da Universidade de Laval, coordenada por Cyril Simard, grande estudioso do artesanato daquele país, como o dos índios iroqueses e dos esquimós, possa ser extremamente interessante se desenvolvida nas metrópoles, objetivando o resgate de tradições produtivas tradicionais de segmentos populacionais migrantes.

O conceito de ECONOMUSEU ou MUSEU-EMPRESA, ou seja, Economia e Museologia associadas, trouxe à luz na província do Québec cerca de 50 pequenas empresas de produção artesanal não subvencionada em funcionamento, de reconhecida qualidade e autenticidade. Abertas ao público possuem espaços de animação e de interpretação da produção, com características museológicas e pedagógicas. A venda no mesmo lugar, dos produtos inspirados na tradição, assegura a autonomia financeira das mesmas.

Empresas econômico-culturais localizadas em pequenos imóveis, envolvendo as comunidades no resgate de suas ancestrais tradições, com bons projetos de inovação e marketing poderão incluir, verdadeiramente, segmentos sociais marginalizados. Como espaços de transmissão da memória, gerenciados pelos próprios artesãos ou por cooperativas por eles organizadas, deverão ser locais onde estudantes, turistas e pesquisadores irão usufruir da visualização do processo de produção de um bem específico. A farta documentação escrita e audiovisual disponível no local agregará valor significativo ao que ali for adquirido.

Entre as muitas virtudes desse tipo de Museu cito:

- 1- a identificação da cultura do grupo para o fruir dela mesma, que nela se reconhece e a oferece como produto a ser consumido pela sociedade mais ampla;



2. O detentor do conhecimento relativo à atividade é valorizado enquanto um produtor cultural importante, o que lhe garante auto-estima, posição social e identidade, elementos essenciais a um bem estar individual e social;
3. Abre-se um novo mercado de trabalho vinculado às heranças culturais múltiplas, devidamente organizadas, melhorando a qualidade de vida dos habitantes da região;
4. O turista tem acesso a um fenômeno que lhe é apresentado de forma inovadora e consciente, oferecendo à cidade o retorno que dele se espera;
5. Aumenta-se a circulação de riquezas, favorecendo a área de serviços básicos;
6. Inaugura-se um processo de autogestão, garantindo-se a qualidade da proposta museológica pela supervisão de especialistas.

Estou certa de que, em nossos países em fase de desenvolvimento, com grandes contingentes populacionais miseráveis os quais institucionalizaram a violência como forma de sobrevivência, um tipo de Museu como este pode e deve ser estimulado para a preservação de heranças culturais múltiplas, o mosaico de *patrimônios* que dão vida à cidade. As grandes e modernas aglomerações humanas necessitam tanto desses espaços, quanto de escolas e hospitais.

Concluo afirmando que uma das metas do Museu deva ser estar a serviço da percepção que uma população tem de si mesmo, da cultura que ela produz no seu cotidiano para que, assim consciente, possa exercer plenamente a cidadania, garantia do estado democrático. E que do museólogo espera-se a consciência do importante papel crítico que necessita ter relativamente aos fatos humanos, oferecendo aos homens aspectos de seus reais perfis onde possam mirar-se, repensar-se, sonhar e tentar construir um mundo novo, sem aviltarem a si mesmos e aos demais.



MUSEOLOGIA SOCIAL, SOCIOLOGIA MUSEAL: POR UMA CIÊNCIA HUMANA DOS MUSEUS

Bruno Brulon Soares¹

RESUMO: Uma fase recente da história dos museus é em grande parte definida pela perspectiva de uma democratização de suas representações. Ela é o resultado do movimento ideológico da Nova Museologia que tomou forma nos anos 1980. No momento presente lidamos com os seus desdobramentos que são, em cenários particulares, reproduzidos pelo neologismo de 'Museologia Social'. Este artigo se configura como uma tentativa de se discutir o uso do termo e chamar a atenção para as suas implicações políticas. Os teóricos que o aplicam atualmente vêm buscando disseminar, em algumas regiões determinadas do mundo, uma nova forma de conceber os museus, através da qual estes são percebidos como resultados da ação dos próprios sujeitos que se representam, em seus próprios termos. Este suposto 'novo' uso dos chamados 'museus sociais' tem se mostrado redundante porque despreza toda a história social dos museus que já existem. Uma análise sociológica do desenvolvimento da museologia e dos museus pode servir para ressaltar a natureza social das suas bases. Toda museologia é museologia social, e a expressão é mais bem aplicada quando designa uma disciplina que discute os seus próprios métodos e as suas escolhas.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Museologia Social. Museu Social. Ecomuseu.

ABSTRACT: A recent phase of the museums history is greatly defined by the perspective of a democratization of its representations. It was, in fact, a resultant of the ideological movement of New Museology that has been constituted in the 1980s. In the present time we deal with its developments that are, in some particular scenarios, reproduced by the neologism of 'Social Museology'. This paper is an attempt to debate the use of such a term and to illuminate its political implications. The theorists that apply it today have been trying to accomplish, in a few determined places of the globe, the dissemination of a new form to conceive the museums, throughout which they are perceived as the result of the represented subjects action, in its own terms. This supposedly 'new' use of the so-called 'social museums' has shown to be redundant because it ignores the social history of all existent museums. In the meanwhile, a sociological analysis of the development of museology and the museums may reveal the social nature of its bases. All museology is social museology, and the expression is better applied to designate a science that is engaged in the debate of its own methods and of its choices.

Keywords: Museum. Museology. Social Museology. Social Museum. Ecomuseum.

¹ Universidade Federal Fluminense – UFF.



1. Museologia social, museologia política

Pode-se dizer que no final do último século os museus se viram diante de uma crise de identidade. O primeiro sinal dela foi a busca por um termo mais atraente para nomear algumas destas instituições, que se destacariam por incorporarem características que o museu tradicional supostamente viria negando ao longo de sua história. Entretanto, a produção de neologismos não foi a responsável por gerar as mudanças que já vinham se dando nos diversos contextos em que as experiências museológicas respondiam a demandas específicas e a novas possibilidades de ação para os museus.

Desde o momento em que o vocábulo ‘ecomuseu’ foi criado, sem que este apresentasse, de fato, um significado objetivo, passando pelo primeiro idealizador do conceito, Georges-Henri Rivière, chega-se à ideologização de um conjunto de práticas que já vinham se desenvolvendo ao longo do século XX e a uma ampliação efetiva da prática museológica. Esta tendência, que permeou a imaginação de muitos teóricos nas últimas décadas, deu origem ao que foi chamado de Nova Museologia. Não se discute, porém, que o ponto focal do estabelecimento das novas ideias se deu em Santiago, no Chile, em 1972, na Mesa Redonda que abordou os problemas dos museus na América Latina. O que ficou definido, porém, na tentativa de se pensar um ‘museu ideal’ para a região, foi o modelo de museu ideal para todo o mundo, o de um *museu integral*, que se preocupasse de forma total com o indivíduo humano. É em Quebec, em 1984, que o pensamento de um grupo de teóricos se articula para instaurar a Nova Museologia. Segundo a Declaração então redigida, a museologia, “num mundo contemporâneo que pretende incorporar todos os meios de desenvolvimento”², deve procurar ampliar as suas atribuições e funções.

O ponto focal é a ampliação do espectro de representações do museu. A ‘*vertente social*’ – reproduzida nos mais diversos discursos envolvendo os museus nas últimas décadas – vem se mostrando como uma nova abordagem política e prática (mais política do que prática), resultante das transformações que já tomavam forma em outras áreas do pensamento humano e se manifestavam nas representações coletivas em geral. Durante toda a década de 1960 e o início da seguinte, muitos movimentos sociais – alguns explicitamente políticos – eclodiram no mundo, desestabilizando o sistema no universo dos museus³. Movimentos pelos Direitos Civis,

² DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Princípios de base de uma Nova Museologia. In: SCHEINER, Tereza (org.). **Caderno de Textos No. 01 - Museologia 03**. Rio de Janeiro: TACNET Cultural, 2002.

³ VARINE, Hugues de. Decolonising Museology. **ICOM NEWS**, n.3, 2005. p.3.



o movimento feminista e pela liberdade das minorias, o movimento da contra-cultura, a busca por identidades nacionais e locais, a emergência de movimentos nacionalistas nas colônias recentemente independentes e a influência de pensadores revolucionários⁴ e ativistas gradualmente alcançaram as portas dos museus, clamando para que estas fossem abertas.

Ao abordar o pensamento que culminou nas décadas de 1960 e 1970, Varine chama a atenção para o processo da descolonização⁵ dos museus que se deu a partir da disseminação dos novos conceitos. Uma espécie de agitação intelectual – afirma ele – levou novas ideias a surgirem na mesma época em que se constituíam, em três-quartos do mundo, os novos países independentes, seguidos do processo de descolonização que se dava em todos os sentidos. Até a década de 1960 somente pessoas de países desenvolvidos falavam destes países, o que não colocava estas regiões fora do cenário de mudanças. Neste momento na América Latina, também surgiam casos de museus inseridos no contexto das novas propostas, mesmo antes da Mesa Redonda de Santiago.

Em meio a estas transformações, que engendraram uma museologia mais próxima às ciências sociais, configurava-se, simultaneamente, um campo ideológico sobre o fazer museológico, que pretendia revolucionar o universo dos profissionais de museus, que, em todo o mundo, ainda caminhavam lentamente para constituir uma classe bem definida. É em 1983 que um grupo de teóricos do ICOFOM⁶, reunidos em Londres durante a Conferência Geral do ICOM, faz um pronunciamento público que já previa a organização de um movimento que partia de membros daquele comitê. Em 1984, a Declaração de Quebec dá força às novas ideias, criando o *Movimento Internacional para uma Nova Museologia*. Em 1985, no II Atelier da Nova Museologia, em Lisboa, o Movimento seria oficializado. Tomando por princípios básicos aqueles traçados anteriormente em Quebec, e tendo como premissa a ideia do museu integral proposta na Mesa Redonda de Santiago, o MINOM torna ainda mais evidente o processo de transição que já vinha, de fato, acontecendo nos museus, e traz para a cena da museologia internacional o que foi chamado de uma ‘Museologia Social’; ou seja, a transição para um museu mais aberto às sociedades humanas e às relações

⁴ Varine cita John Kinard (Estados Unidos), Mario Vazquez (México), Paulo Freire (Brasil), Pablo Toucet (Nigéria), Stanislas Adotevi (Benin), Amalendu Bose (Índia) e Jorge H. Hardoy (Argentina) que contribuíram para que geminasse novos conceitos. DE VARINE, loc. cit.

⁵ Quando Varine aborda a descolonização ele se refere a uma descolonização intelectual; descolonizar os museus, as teorias ultrapassadas, obsoletas, da museologia. Descolonizar não apenas as instituições, mas as pessoas responsáveis por elas. Parar de pensar em termos de modelos que vão de qualquer modo adotar as instituições do século XXI, que continuam a seguir os moldes do século XIX. VARINE, Hugues de. *Decolonising Museology*. **ICOM NEWS**, n.3, 2005, p.3.

⁶ Estavam presentes André Desvallées, Mathilde Bellaigue, Vиноš Sofka, Zibniew Stránský, Waldisa Rússio, Flora Kaplan, entre outros teóricos. (SCHEINER, 1999).



com o real. Esta abertura, que já fazia parte do processo de desenvolvimento histórico dos museus, agora ganha nome e se institucionaliza na teoria, que irá debruçar-se sobre a prática existente. O modelo do ecomuseu passa a ser divulgado pelos quatro cantos do mundo quase como uma bandeira política. Podemos dizer que uma nova museologia nascia.

1.1 Do MINOM a uma consciência social dos museus

O MINOM, que teve o seu estatuto discutido e aprovado por membros de dois ateliers (Québec, em 1984 e Lisboa, em 1985), se define, em primeiro lugar, como um atelier de trabalho e reflexão⁷ cujos membros buscam criar uma descentralização das práticas museológicas. Em 1986 o MINOM tem o seu número de membros dobrados. Neste momento tem-se a mobilização de países em que o movimento ainda não havia alcançado antes, com destaque para a penetração entre os anglófonos e entre os países africanos.

Uma questão permanente para os membros do Movimento era a representatividade de grupos ou indivíduos provenientes de minorias étnicas nos próprios debates dos ateliers e nas práticas locais. A valorização da participação de populações autóctones que fazem os seus próprios museus se colocou, e ainda vem se colocando, como questão de base para os idealizadores do movimento. A descentralização almejada até mesmo na organização interna do MINOM, em muitos aspectos, resultou desde o início, em uma má comunicação entre seus membros e entre outros tantos não-membros que buscavam informações sobre as mudanças que o 'grupo central', formado principalmente por europeus e canadenses, buscavam disseminar.

É, então, a partir da segunda metade da década de 1980 que o movimento da Nova Museologia ganha uma dimensão mais marcadamente intercontinental. Quando, no final desta década e início da seguinte, o MINOM ganha uma mais vasta aderência entre os portugueses e espanhóis, passa-se a falar em uma forma 'social' de se fazer museologia. Esta vertente do movimento chega, a partir da década de 1990 e mais fortemente nos anos 2000, no Brasil e em outros países da América do Sul, passando, então, a adquirir as suas próprias características locais, de acordo com os embates políticos endógenos e as formas particulares de se conceberem seus ditos 'museus

⁷ MINOM. Mouvement International pour une Nouvelle Muséologie. **Le bulletin du MINOM**. Vol.1. Nº 0. Montréal, fév., 1987.



comunitários'. Rapidamente a ideia de uma 'museologia comunitária' concebida nestes países periféricos em relação à produção teórica internacional é substituída pelo vocábulo 'museologia social' como resultado da articulação com o pensamento dos teóricos dos países ibéricos.

A "Museologia Social", como nomenclatura usada por Mário Moutinho pela primeira vez em 1993, reflete um reconhecimento tardio na museologia portuguesa do arcabouço de questões apontadas pela Nova Museologia no mundo até então. Ela se refere à noção de que se o museu é uma coisa social, este deve poder ser moldado de acordo com as demandas dos grupos e respondendo a um patrimônio que se vê em constante transformação. Segundo Moutinho, o alargamento da noção de patrimônio leva a uma conseqüente redefinição do "objeto museológico" e, abriga também, a participação dos grupos na gestão das práticas, a utilização da museologia como fator de desenvolvimento, a interdisciplinaridade, a utilização das "novas tecnologias" e a museografia como meio de comunicação autônomo⁸, sendo todas essas questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas.

Segundo Hugues de Varine, em sua conferência proferida no IV Atelier do MINOM, a noção de museu que se busca disseminar é a do museu como ferramenta para ser utilizada pelas mãos humanas, em seus usos precisos⁹. Com efeito, a instituição-museu deve ser inventada "pela comunidade", de acordo com a sua política de comunicação. A mudança de posicionamento que se propunha para os museus e seus profissionais significou, na prática, uma mudança no saber-fazer dos museus diante de novos públicos que demandavam novos conteúdos, e, mais ainda, uma nova forma de apresentá-los.

Do mesmo modo que outros neologismos tais como '*nova*' *museologia*, *museologia ativa*, *museologia aberta*, utilizados para denotar ruptura com uma ordem anterior e '*ultrapassada*', e que necessariamente implicavam na contraposição com uma museologia *velha*, *estagnada* e *fechada*, a expressão 'museologia social' surge como mais uma atribuição a uma tendência que, empiricamente, não representa de fato uma novidade estrutural para o campo museal.

Da mesma forma, é se opondo drasticamente à imagem retrógada de um museu passivo, morto e fechado entre paredes que se passam a usar diversas denominações que buscam propor uma nova relação dos grupos humanos com seus museus, sendo estas: museu ativo, museu vivo, museu de território, museu de

⁸ MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Museologia**, n.1, 1993. p.8.

⁹ VARINE, Hugues de. Politiques muséales et stratégies de développement local et national. De l'exhibitionnisme à la communication sociale. **IV Atelier Internacional da Nova Museologia**, MINOM, Aragão, 1987. p.3.



vizinhança, museu comunitário, ecomuseu, museu de identidade, museu integral, museu social. A ideia é disseminar uma nova função para o museu, sendo aqui importante lembrar que isso não significa engendrar um museu completamente renovado em forma e conteúdo. São as suas práticas que foram colocadas em questão, e para que estas sejam modificadas é preciso que se apresente uma nova consciência e uma nova postura em relação aos museus. Não se trata de criar ‘instituições sociais’, mas de propor uma percepção diferenciada que passa pelo entendimento dos museus como *objetos sociais* que em nenhum momento de sua existência deixaram de ser.

1.2 Museologia comunitária: o *Ecomuseu* como paradigma

Constituindo, inicialmente, uma adaptação da museologia às necessidades específicas de alguns museus¹⁰, o termo ‘ecomuseologia’ (derivado do termo ‘ecomuseu’), proposto no início da década de 1970, referindo-se especialmente aos parques naturais regionais, na França, passou a ganhar novas atribuições a partir da disseminação do ecomuseu como modelo paradigmático em certas partes do mundo. Para alguns, hoje a ecomuseologia é concebida como uma variação da noção interdisciplinar de museologia social ou da Nova Museologia, especificamente voltada para o estudo de ecomuseus – que têm o ‘comunitário’ como atributo definidor. Ecomuseus e museus comunitários em geral foram pensados, nas últimas décadas do século XX, como os ‘novos museus’, pois se baseavam em uma nova ideologia da prática museológica, ao se ‘socializarem’. Esta ideia repercutiu a partir das vozes da Nova Museologia, que entendia por ‘socialização’ uma espécie de democratização irreal e, em grande parte, inalcançável dos museus em relação à inclusão das populações que eram subordinadas a relações assimétricas de representação.

É possível considerar o grande estreitamento entre a história da Nova Museologia e da ecomuseologia, como aponta André Desvallées¹¹. Definido em seus primórdios como “*museu específico do meio ambiente*”¹², ao ser colocado em prática o ecomuseu demonstrou tratar do humano em sua forma mais desprezível, e desvelou aquilo que todos os outros museus pareciam temer descobrir, a noção de que o que estava em sua essência não eram coisas ou pessoas, mas relações sociais

¹⁰ DÉSVALLÉES, André (coord.). **Terminologia museológica**. Proyecto permanente de investigación. ICOFOM / ICOFOM LAM, mayo, 2000. p.27.

¹¹ Id. Introduction. p.11-31. In: _____ (dir.). **Publics et Musées**. L'écomusée: rêve ou réalité. N°17-18. Presses Universitaires de Lyon, 2000. p.11.

¹² Ibidem, p.12-13.



que envolvem coisas e pessoas em todos os seus aspectos. Passando, assim, do meio ambiente natural para considerar o meio social como uma ordem mais complexa do real, os ecomuseus enfatizam no patrimônio não apenas os objetos patrimonializáveis, mas os atores da patrimonialização.

Uma das maiores contradições do modelo, entretanto, diria respeito, como aponta Desvallés, ao fato de que, de uma parte, tenha sido proposto o sistema mais “científico” de Georges Henri-Rivière, se ligando mais à “coerência dos conteúdos”, e, de outra, um sistema mais social, valorizando “os atores”. Nesta perspectiva o ecomuseu tem uma função de instrumento de desenvolvimento comunitário, e se assemelha muito mais a uma cooperativa ou a um sistema de autogestão do que a um museu tradicional¹³. Essa contradição marca de forma lancinante a Nova Museologia como movimento que, tendo surgido originalmente no seio do ICOFOM, comitê do Conselho Internacional de Museus destinado ao estudo da museologia como disciplina científica, se vê diante do impasse de apresentar fundamentos empíricos para uma nova ciência (a partir dos ecomuseus como laboratórios sociais) e, ao mesmo tempo, incentivar a ação social que gere mudança¹⁴ efetiva nas condições de vida dos grupos humanos.

Em um momento em que, assim como outras disciplinas sociais, a museologia se coloca questões quando ao seu objeto, o ecomuseu se apresenta como um estudo de caso valioso na medida em que seu modelo de funcionamento cultural se encontra no cruzamento entre a pesquisa e a ação¹⁵. Assim, buscando alcançar um certo cientificismo em uma disciplina percebida apenas como “trabalho prático” descomprometido, a Nova Museologia tomou para si conceitos e abordagens das ciências sociais. Mas, entre as suas propostas teóricas e as aplicações na prática dos museus criados no âmbito deste movimento, seus adeptos não souberam, em grande parte, abandonar a mera superfície daquilo que chamaram de “sociologia dos museus”, e os objetos desta ‘nova’ museologia se mantiveram como entidades imaginadas, manipuladas e pensadas sem a problematização própria das disciplinas das ciências sociais. Vê-se constituir, então, de forma inequívoca e flagrante, um movimento de produção intensa e descentralizada de mais e mais museus com o rótulo de ‘comunitários’ que ganham quase que automaticamente a chancela de

¹³ DESVALLÉES, André. Introduction. p.11-31. In: _____ (dir.). **Publics et Musées**. L'écomusée: rêve ou réalité. N° 17-18. Presses Universitaires de Lyon, 2000. p.20.

¹⁴ Hugues de Varine defende os ecomuseus “em sua variedade comunitária”, como “uma comunidade e um objetivo: o desenvolvimento dessa comunidade”. Este seria, assim, um modelo de organização cooperativa em vias de desenvolvimento e um processo crítico de avaliação e de correção contínuas. É neste sentido, ao falar em espaço delimitado para a sua ação, o modelo do ecomuseu faz referência, com efeito, ao conjunto de relações que ocorrem, frequentemente, no espaço delimitado que se irá denominar ‘museu’. VARINE (1992 apud DESVALLÉES, 2000).

¹⁵ DESVALLÉES, op. cit., p.26.



experiências democráticas e moralmente redentoras, atuando em prol da preservação da memória e do conjunto de valores singular de uma determinada coletividade.

A partir de uma perspectiva voltada para o *uso social desses museus*, é inegável que a mudança que levou ao surgimento destes que carregam o título explícito de ‘comunitários’, ou são – muitas vezes, contra o seu desejo – assim chamados por aqueles que pretendem instigar a luta ou exercer um papel político específico, se refere a uma renovação das *vontades sociais* em relação aos museus que é tanto endógena quanto exógena. São apresentadas a estes espaços novas demandas sociais que vão passar a questionar o próprio sistema de poder a que eles estão ligados¹⁶. Para Karp, o que as comunidades demandam não é um espaço no esquema aceito, mas a revisão do próprio esquema.

Sendo assim, a Nova Museologia é um fenômeno histórico que existe objetivamente. Ela é a expressão de uma mudança prática no papel social do Museu. É também uma estruturação de valores, ou seja, qualquer coisa de mais subjetivo. Para Maure¹⁷, ela é a expressão de uma ideologia específica. É uma filosofia e um estado de espírito que caracterizam e orientam o trabalho de certos museólogos. O novo museu proposto se coloca como um fenômeno social, ampliando a sua ação que não se restringe mais à esfera da preservação da cultura, mas se torna, igualmente, gerador de conhecimento, “influenciando, de forma positiva, o desenvolvimento social”¹⁸. Bellaigue lembra que a Nova Museologia se integra nas “novas tendências da Museologia”, precedida pela ecomuseologia, pouco a pouco reconhecida no seio do ICOFOM. Inicialmente, significou uma tentativa de aproximar a museologia à sociologia, criando o que alguns chamaram de uma “*sociologia dos museus*”. Definindo o homem como um “animal comunitário”¹⁹ cuja condição é agir, Varine vê na iniciativa comunitária o meio de sair da relação de dominação. Esta rapidamente passa a ser a ideologia adotada por quase todos os ecomuseus no mundo.

Logo se descobriu que seguir o caminho já traçado por uma outra disciplina não tornaria a museologia consagrada no quadro epistêmico contemporâneo. O percurso seria mais longo, as relações com as ciências vizinhas – não somente a

¹⁶ KARP, Ivan. Museums and communities: the politics of public culture. In: LAVINE, S.; KARP, I.; KREAMER, C. M. (ed.). **Museums and communities: the politics of public culture**. Washington / London: Smithsonian Institution press, 1992. p.2.

¹⁷ MAURE, Marc. La nouvelle muséologie – qu’est-ce-que c’est? In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (17)]. Symposium Museum and Community II. Stavanger, Noruega, jul. 1995. Coord. Martin R. Schärer. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Vevey, ICOM / ICOFOM, n.25, p. 127-132, 1995, passim.

¹⁸ SCHEINER, T. C. Muséologie et philosophie du changement. **STUDY SERIES**, Paris, ICOM, n.8, p.22-24. 2000. p.22.

¹⁹ DE VARINE (1976 apud DEBARY, 2002).



sociologia, mas com muitas outras disciplinas das ciências humanas – se revelariam abundantes, mas as bases para tal caminhada já estavam lançadas.

2. Epistemologia social: a museologia e suas fronteiras

É seguro afirmar que este museu, que veio sendo propagado no intenso movimento de renovação para a museologia recente, não é apenas museu social, mas também antropológico, histórico, filosófico, psicológico e se constrói – ou pode se construir – na interseção dos mais diversos campos do saber. Ele é plural não apenas em suas manifestações nas diversas sociedades, mas especialmente nas múltiplas maneiras pelas quais pode ser analisado. E estas novas atribuições e funções que hoje recebe – além das acusações implacáveis que as acompanham – são, em sua maioria, interdisciplinares, e portanto não é concebível que a museologia, como ciência recém criada e impossível de ser constituída isoladamente, dê conta de ponderá-las e explicá-las sem o auxílio das demais ciências.

Desde que a antropologia e a sociologia deixaram de ter os museus como seus laboratórios privilegiados no processo histórico de desenvolvimento destas disciplinas, estes se viram órfãos dos pais fundadores de sua autoridade, que teve base, desde o iluminismo francês, na primazia da ciência. Agora, essas ciências que não mais servem apenas de auxiliares às atividades aplicadas nestas instituições, fornecem as bases fundadoras dos problemas ontológicos da museologia. O museu que passa a ser percebido como social, evidencia por si só a necessidade de uma análise sociológica de suas ações e de seu comportamento no tempo.

Pensar uma ‘museologia social’ destinada a suprir necessidades básicas pré-estabelecidas é não apenas produzir uma museologia de classe, mas é também intervir nas próprias reivindicações das pessoas e determinar os meios pelos quais elas devem ser respondidas. Este modelo de museologia ‘nova’, que em alguns contextos das regiões pobres do mundo vêm sendo colocado em prática, se opõe aos princípios mesmos de uma *sociologia do museal*, isto é, uma sociologia que pensa a museologia em termos sociológicos.

Referências:



- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade objetiva. In: _____. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2007. p.69-172.
- BRULON SOARES, B. C. **Quando o Museu abre portas e janelas**. O reencontro com o humano no Museu contemporâneo. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.
- BRULON SOARES, B. C.; SCHEINER, T. C. A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa. p.2469-2489. In: FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo (org.) **E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. A responsabilidade social da ciência da Informação. João Pessoa: Idéia/Editora, 2009.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **ICOFOM LAM**, Santa Cruz, RJ, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p.12-17, maio 2000.
- DECLARAÇÃO DE QUEBEC. Princípios de base de uma Nova Museologia. In: SCHEINER, Tereza (org.). **Caderno de Textos No. 01 - Museologia 03**. Rio de Janeiro: TACNET Cultural, 2002.
- DESVALLÉES, André . Introduction. p.11-31. In: _____. (dir.). **Publics et Musées**. L'écomusée: rêve ou réalité. Nº.17-18. Presses Universitaires de Lyon, 2000.
- _____. (coord.). **Terminologia museológica**. Proyecto permanente de investigación. ICOFOM / ICOFOM LAM, mayo, 2000.
- KARP, Ivan. Museums and communities: the politics of public culture. In: LAVINE, S.; KARP, I.; KREAMER, C. M. (ed.). **Museums and communities: the politics of public culture**. Washington / London: Smithsonian Institution press, 1992.
- MAIRESSE, François. **Le musée temple spectaculaire**. Paris: Presses Universitaires de Lyon, 2002.
- MAIRESSE, François e MARANDA, Lynn e DAVIES, Ann (Diretores). **Defining the museum**. ICOM: International Committee for Museology – ICOFOM. Morlanwelz, Belgique. Paris: Harmattan, 2007.
- MAURE, Marc. La nouvelle muséologie – qu'est-ce-que c'est? In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (17)]. Symposium Museum and Community II. Stavanger, Noruega, jul. 1995. Coord. Martin R. Schärer. **ISS: ICOFOM STUDY SERIES**, Vevey, ICOM / ICOFOM, n.25, p. 127-132, 1995.
- MINOM. Mouvement International pour une Nouvelle Muséologie. **Le bulletin du MINOM**. Vol.1. Nº 0. Montréal, fév., 1987.
- MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. **Cadernos de Museologia**, n.1, 1993. p.7-9.
- SCHEINER, T. C. Muséologie et philosophie du changement. **STUDY SERIES**, Paris, ICOM, n.8, p.22-24. 2000.
- VARINE, Hugues de. Politiques muséales et stratégies de développement local et national. De l'exhibitionnisme à la communication sociale. **IV Atelier Internacional da Nova Museologia**, MINOM, Aragoão, 1987.
- _____. Decolonising Museology. **ICOM NEWS**, n.3, 2005.



PATRIMÔNIO: NOVOS DESAFIOS, NOVAS INSPIRAÇÕES

Patrimônio preservado nas Coleções Científicas Biológicas

Vinícius Xavier da Silva¹

Resumo

Coleções científicas biológicas são reuniões ordenadas de espécimes mortos ou partes deles, devidamente preservados para estudos. O patrimônio preservado nessas coleções contribui de várias maneiras para a Ciência e para a sociedade. Existem exemplos de aplicação na saúde, segurança nacional, agricultura, detecção e monitoramento de acidentes ambientais e acompanhamento de espécies bioindicadoras e de espécies exóticas ou invasoras. O acervo dessas coleções ainda serve de base para inúmeros estudos ecológicos, genéticos, conservacionistas e taxonômicos, que de outra forma levariam décadas ou séculos para serem desenvolvidos. O curador da coleção e suas atividades de manutenção e disponibilização do acervo para pesquisa representam a peça-chave para que as coleções continuem dando essas contribuições.

Palavras-chave: Coleções científicas. Coleções biológicas. Patrimônio.

Abstract

Biological scientific collections are sorted meetings of dead specimens or parts thereof, properly preserved for study. Heritage preserved in these collections contribute in various ways for science and society. There are examples of applications in health, national security, agriculture, detection and monitoring of environmental accidents and monitoring of bioindicators and exotic or invasive species. The collection of these collections also serves as the basis for numerous ecological, genetic, conservation and taxonomic studies, which otherwise would take decades or centuries to develop. The curator of the collection and its activities for maintenance and research availability of collections represent a key step that the collections continue giving these contributions.

Keywords: Scientific collections. Biological collections. Patrimony.

¹ Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace (CHARW), Instituto de Ciências da Natureza (ICN), Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).



Introdução

Colecionar faz parte da natureza humana. O que varia é o item colecionado, mas praticamente qualquer pessoa tem algum tipo de coleção. Esse texto, porém, não abordará qualquer tipo de coleção, nem talvez as consideradas mais comuns pela maioria das pessoas, como, por exemplo, coleções de selos ou de moedas. Aqui serão tratadas coleções de itens que já foram vivos, mas que agora são preservados sem vida. Esse texto pretende destacar a importância do patrimônio preservado nas Coleções Científicas Biológicas.

Objetivos

Os dois principais objetivos do presente texto são: i) definir o que são coleções científicas biológicas e ii) apresentar exemplos de como o patrimônio nelas preservado é importante em vários aspectos científicos, mas também sociais.

Desenvolvimento

Colecionar animais e plantas mortos e preservados, bem como partes ou produtos deles (ex.: sementes, ossos, conchas, ninhos, etc.) sempre foram uma constante na vida dos seres humanos. Isso já ocorria na Grécia antiga, mas teve um desenvolvimento maior nos séculos XV e XVI, juntamente com a expansão das grandes navegações, que possibilitam conhecer outras regiões e suas respectivas biotas. O material coletado durante essas excursões era trazido de volta à Europa, armazenado e preparado para uma espécie de exposição permanente nos chamados “gabinets” ou gabinetes. Podemos afirmar que essas foram as primeiras coleções científicas biológicas.

Mas o que são coleções taxonômicas ou coleções biológicas? São reuniões ordenadas de espécimes mortos ou partes deles, devidamente preservados para estudos (MARTINS, 1994; SUAREZ & TSUTSUI, 2004). Essas coleções podem ainda ser didáticas ou científicas. As primeiras são utilizadas para alguma forma de capacitação, treinamento e/ou exposição. Como esse material didático acaba sendo deteriorado pela constante manipulação, coleções didáticas não podem ter uso científico, ou seja, não podem ser destinadas à pesquisa, pois exigiriam disponibilidade, organização e bom estado de conservação para os cientistas conduzirem seu trabalho. Este texto limitar-se-á às coleções científicas biológicas.



Qual a contribuição para a Ciência e/ou para a sociedade do patrimônio preservado nessas coleções? Não é apenas uma contribuição e sim várias em diferentes aspectos. Na saúde, por exemplo, coleções científicas de vírus e outros tipos de organismos permitem conhecer a história de doenças infecciosas, suas origens e reservatórios. Os exemplos são vários: gripe H₁N₁, o vírus da imunodeficiência dos símios, que foi o precursor do vírus HIV (imunodeficiência humana), um surto de hantavírus nos Estados Unidos em 1993 (YATES *ET AL.*, 2002). Em todas essas situações, informações obtidas em coleções foram fundamentais na identificação do agente causador e na definição de onde tudo começou e para onde e com que velocidade os surtos estavam se alastrando (SUAREZ & TSUTSUI, 2004). Muitas vezes, fatos como esses extrapolam a questão da saúde pública e se transformam em assunto de segurança nacional, como os atos terroristas com antrax nos Estados Unidos em 2001, para os quais também foram fundamentais coleções científicas bacterianas, que possibilitaram a identificação correta do material (SUAREZ & TSUTSUI, 2004).

Na agricultura, muitos controles de pragas dependem de se saber quando e onde determinados insetos começaram a agir nos campos cultivados. Um dos exemplos é o acompanhamento da invasão da espécie de mosca exótica, *Ceratitis capitata*, na Califórnia (DAVIES *ET AL.*, 1999). Outra aplicação das informações de coleções científicas biológicas é a detecção e monitoramento de acidentes ambientais. Uma possibilidade é rastrear no material preservado nas coleções concentrações históricas normais de determinados poluentes e definir os momentos em que tais concentrações alcançaram concentrações acima da média normal. Isso já foi feito com mercúrio em peixes (BARBER *ET AL.*, 1972; MILLER *ET AL.*, 1972). Vo e colaboradores (2011) foram um pouco além disso e quantificaram a concentração de metilmercúrio de 1880 a 2000 em coleções científicas zoológicas, através da análise de penas de albatrozes, que são aves marinhas predadoras de peixes. Assim demonstraram bioacumulação deste metal tóxico ao longo da cadeia alimentar e a época em que essas concentrações ultrapassaram limites acima do tolerável. A águia-calva, careca ou de cabeça-branca, símbolo dos Estados Unidos, foi salva da extinção graças à descoberta em coleções do efeito causado pelo inseticida DDT em seus ovos. Isso proibiu o uso desse inseticida e permitiu que projetos de reprodução em cativeiro e posterior soltura na natureza recuperassem as populações. Basicamente o que aconteceu é que o DDT nos insetos foi se acumulando ao longo da cadeia alimentar até chegar às águias-careca, que são predadores de topo. Essa alta concentração de DDT nos tecidos corporais dessas águias não as matava diretamente, mas impedia o funcionamento normal da formação da casca do ovo no momento da postura. Os ovos contaminados tinham cascas bem menos espessas que o normal e não suportavam o peso das mães durante a



incubação. As águias chegavam a pôr os ovos, mas nenhum era incubado, pois todos se quebravam muito facilmente. Isso foi observado também em outras aves, como o Condor-da-Califórnia, espécie também ameaçada de extinção. Essa descoberta foi baseada na análise histórica da espessura da casca de ovos guardados em coleções zoológicas e a coincidência de época do uso do DDT com as cascas mais finas (KIFF *ET AL.*, 1979).

Além de permitir detectar e monitorar acidentes ambientais, o acompanhamento dos exemplares preservados nessas coleções possibilita a percepção da redução ou até desaparecimento de espécies bioindicadoras promovidos por perda e/ou degradação ambiental. Isso foi observado, por exemplo, com espécies de roedores em pradarias norte-americanas (PERGAMS & NYBERG, 2001) e também com répteis no município de São Paulo (MARQUES *ET AL.*, 2009).

Assim como as coleções permitem observar reduções de espécies sensíveis, elas também auxiliam em outro problema oposto e extremo: aumento ou explosão populacional de espécies exóticas ou invasoras. Essas espécies transformaram-se em um dos maiores problemas ambientais em praticamente todos os países do mundo, que gastam milhões de dólares por ano tentando controlar essas pragas. Como geralmente são colonizadoras agressivas, essas espécies espalham-se muito rapidamente e geralmente não possuem inimigos naturais no novo hábitat. Essas espécies competem com ampla vantagem com as espécies nativas, deslocando ou extinguindo localmente muitas delas e ainda podem ser transmissoras de doenças ou parasitas. O sapo-cururu amazônico (*Rhinella marina*) foi introduzido na década de 30 na Austrália supostamente para controlar um besouro que era uma praga nos cultivos de cana-de-açúcar. Além de não controlar a praga, esses sapos venenosos espalharam-se de tal forma, que muitos animais silvestres e cães domésticos australianos têm morrido envenenados ao tentarem predá-los. O acompanhamento de sapos tombados em coleções permitiu quantificar que essa espécie invasora amplia sua distribuição geográfica na Austrália a um ritmo impressionante de 50 km/ano e com uma absurda expansão populacional de 400%/geração (ESTOUP *ET AL.*, 2010). O monitoramento de espécies de plantas preservadas em herbários, que são coleções científicas botânicas, permite registrar os efeitos da urbanização no aumento de espécies invasoras. Dolan e colaboradores (2011), verificaram exatamente isso e, com base em registros históricos, mostraram que a porcentagem de espécies de plantas invasoras ou exóticas aumentou de 20.3 para 27.1%, após a urbanização.

As coleções também são fundamentais como fonte de material para pesquisas científicas, por exemplo, nas áreas ecológica, genética e de conservação, entre outras.



Exemplares tombados em coleções são fontes praticamente inesgotáveis de dados sobre maturação sexual, dieta, parasitas, variações (individuais, sexuais, ontogenéticas, geográficas), número de ovos ou filhotes, distribuição geográfica, definição de áreas prioritárias para conservação, bancos de sementes, comparações passado-presente, etc. Às vezes é possível até ter acesso ao material genético desses exemplares, mesmo com os exemplares mortos há muito tempo (BOUZAT *ET AL.*, 1998; ROWE *ET AL.*, 2011; STUCKAS & FRITZ, 2011). Esse material genético pode ser, inclusive, fundamental em projetos de restauração ambiental. Nesses casos, além das coleções servirem de testemunho do que existia em determinado local antigamente (para que a reposição seja fiel à composição original), é preciso que exista uma variabilidade genética mínima para que essa recomposição não se inicie a partir de poucos exemplares, o que muitas vezes já determina altos valores de endogamia ou consaguinidade. Uma iniciativa neste sentido é o trabalho de Hardwick e colaboradores (2011) usando material de vários jardins botânicos dispersos pelo mundo, justamente para aumentar a variabilidade genética do banco de sementes. Uma excelente revisão sobre a importância das coleções científicas biológicas para estudos ecológicos é o trabalho de Pyke e Ehrlich (2010).

Uma última aplicação científica para esses acervos na verdade é derivada da vocação primária daqueles primeiros “gabinets”, que é a própria identificação do material coletado. Essas coleções são fundamentais também para isso: como acabam acumulando muitos espécimes de uma mesma espécie de longas séries de tempo (às vezes de 2-3 séculos) de várias localidades da distribuição geográfica original, possibilitam revisões taxonômicas que definem a identificação das espécies, principalmente de grupos de difícil determinação. Para alguns desses grupos, em particular, reunir material é tão difícil ou demorado que seriam impossíveis alguns desses estudos de outra forma que não fosse consultando as coleções científicas (SILVA & RODRIGUES, 2008).

Considerações finais

Diante do que foi exposto, foram apresentadas várias contribuições das coleções científicas biológicas tanto para a sociedade como para fins científicos. Tais acervos representam, portanto, centros de documentação e depositários de um patrimônio cultural e científico de valor inestimável. Esse material precisa estar acompanhado dos dados de coleta e identificação e tem que estar devidamente conservado e disponível para estudos. Para que possam dar essas contribuições, as coleções necessitam de alguém que cuide, organize e disponibilize este material para outros pesquisadores. Essas atividades são denominadas em conjunto de curadoria das coleções e quem a exerce é o curador



responsável pela respectiva coleção. A figura do curador é, portanto, fundamental tanto na preservação e manutenção deste patrimônio, quanto na disponibilização do mesmo para estudos científicos que se traduzam em benefícios à sociedade.

Referências

- BARBER, R. T.; VIJAYAKUMAR, A.; CROSS, F. A. Mercury concentration in recent and ninety-year old benthopelagic fish. *Science* v. 98, p. 636-639. 1972.
- BOUZAT, J. L.; LEWIN, H. A.; PAIGE, K. N. The ghost of genetic diversity past: historical DNA analysis of the greater prairie chicken. *American Naturalist* v. 152, p. 1-6. 1998.
- DAVIES, Neil; VILLABLANCA, Francis X.; RODERICK, George K. Bioinvasions of the Medfly *Ceratitis capitata*: source estimation using DNA sequences at multiple intron loci. *Genetics* v. 153, p. 351-360. 1999.
- DOLAN, Rebecca W.; MOORE, Marcia E.; STEPHENS, Jessica D. Documenting effects of urbanization on flora using herbarium records. *Journal of Ecology* v. 99, p. 1055-1062. 2011.
- ESTOUP, A.; BAIRD, S. J.; RAY, N.; CURRAT, M.; CORNUET, J. M.; SANTOS, F.; BEAUMONT, M. A.; EXCOFFIER, L. Combining genetic, historical and geographical data to reconstruct the dynamics of bioinvasions: application to the cane toad *Bufo marinus*. *Molecular Ecology Resources*, v. 10, n. 5, p. 886-901. 2010.
- HARDWICK, Kate A.; FIEDLER, Peggy; LEE, Lyndon C.; PAVLIK, Bruce; HOBBS, Richard J.; ARONSON, James; BIDARTONDO, Martin; BLACK, Eric; COATES, David; DAWS, Matthew I.; DIXON, Kingsley; ELLIOTT, Stephen; EWING, Kern; GANN, George; GIBBONS, David; GRATZFELD, Joachim; HAMILTON, Martin; HARDMAN, David; HARRIS, Jim; HOLMES, Pat. M.; JONES, Meirion; MABBERLEY, David; MACKENZIE, Andrew.; MAGDALENA, Carlos; MARRS, Robert; MILLIKEN, William; MILLS, Anthony; LUGHADHA, Eimear N.; RAMSAY, Margaret, SMITH, Paul; TAYLOR, Nigel; TRIVEDI, Clare; WAY, Michael; WHALEY, Oliver; HOOPER, Stephen D. The role of botanic gardens in the Science and practice of ecological restoration. *Conservation Biology* v. 25, n. 2, p. 265-275. 2011.
- KIFF, Lloyd F.; PEAKALL, David B.; WILBUR, Sanford R. Recent changes in California Condor eggshells. *Condor* v. 81, p. 166-172. 1979.
- MARQUES, Otavio A. V.; PEREIRA, Donizete N.; BARBO, Fausto E.; GERMANO, Valdir J.; SAWAYA, Ricardo J. Os répteis do município de São Paulo: diversidade e ecologia da fauna pretérita e atual. *Biota Neotropica* v. 9, n. 2, p. 139-150. 2009.
- MARTINS, Ubirajara R. A Coleção Taxonômica. In: PAPAVERO, Nelson (Org.). *Fundamentos práticos de taxonomia zoológica*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, Fapesp. 1994. p. 19-43.
- MILLER, G. E.; GRANT, P. M.; KISHNORE, R.; STEINKRUGER, F. J.; ROWLAND, F. S.; GUINN, V. P. Mercury concentrations in museum specimens of tuna and swordfish. *Science* v. 175, p. 1121-1122. 1972.
- PERGAMS, O. R. W.; NYBERG, D. 2001. Museum collections of mammals corroborate the exceptional decline of prairie habitat in the Chicago region. *Journal of Mammalogy* v. 82, p. 984–992, 2011.
- PYKE, Graham H.; EHRlich, Paul R. Biological collections and ecological/environmental research: a review, some observations and a look to the future. *Biological Reviews*, Cambridge Philosophical Society v. 85, p. 247-266, 2010.
- ROWE, Kevin, C.; SINGHAL, S.; MACMANES, Matthew D.; AYROLES, Julien F.; MORELLI, Toni L.; RUBIDGE, Emily M.; BI, Ke; MORITZ, Craig C. Museum genomics: low-cost and high-accuracy genetic data from historical specimens. *Molecular Ecology Resources* v. 11, p.1082-1092. 2011.
- SILVA, Vinícius X.; RODRIGUES, Miguel T. Taxonomic revision of the *Bothrops neuwiedi* complex (Serpentes, Viperidae) with description of a new species. *Phyllomedusa*, Piracicaba Esalq-USP v. 7, n. 1, p. 45-90. 2008.
- STUCKAS, Heiko; FRITZ, Uwe. Identity of *Pelodiscus sinensis* revealed by DNA sequences of an 180-year-old type specimen a taxonomic and a taxonomic reappraisal of *Pelodiscus* species (Testudines: Trionychidae). *J. Zool. Syst. Evol. Res.* v. 49, n. 4, p. 335-339. 2011.
- SUAREZ, A. V.; TSUTSUI, N. D. The value of museum collections for research and society. *Bioscience* v. 54, p. 66-74. 2004.
- VO et al. Temporal trends in total mercury and methylmercury concentrations in the breast feathers of black-footed albatross museum specimens spanning 1880-2002. *PNAS* v. 108, p. 7466-7471. 2011.



YATES, T. L. The ecology and evolutionary history of na emergent disease: hantavirus pulmonary syndrome. *Bioscience* v. 52, p. 989-998. 2002.



IRAN MUSEUM AND HERITAGE IN CHANGING WORLD New challenge new inspiration for Iran museums

Damon Monzavi¹

Introduction

In Iran, as in other parts of the world, museums began to show a greater interest in the needs of the audience, because of two parallel and unconnected forces. Museums are becoming institutions which are not entirely dominated by a manager or an idea. The opening up of higher education opportunities to people formerly denied them means that the museum profession is becoming more diverse, more community-orientated, and more aware of our social responsibilities. People are getting more educated, because of a structure from Iranian oil, and their needs are growing to create and form new museums. It is the single most important factor in museums being able to grow and broaden audiences even in an age when the competition for people's time and attention is immeasurably fiercer than it has ever been.

The second force underlying museums' new focus on audiences is simple self-preservation. Many museums were publicly funded and, therefore, traditionally not reliant on attracting audiences for survival. However, recently economic problems made the government more careful about spending money, so museums should receive more visitors or making more benefits in society. In this paper we will try to find the answer of these main questions: What are the new challenge and inspirations for museums and heritages of Iran in changing world? What are the ways they can overcome the challenges? What are the ways they can find new social harmony?

Significance and challenges

As we know, the Annual theme from ICOM in 2012 is "*Museums in a Changing World New challenges, new inspirations*". Although, because of economic problems in Iran, in 2010 we had already developed a big and challenging project. This research presented is not important only because is the theme of the ICOM, but because it is the seriously challenge that Iranian museums face, especially with the new young generation. More than 65 percent

¹ Project Manager, Gemstones Museum of kooh-e-Nour, Tehran, Iran. This document is a short text based on the Damon Monzavi's Opening Conference, in *IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG* (Fourth National Museums Week in Unifal-MG).



of the Iranian population is young, so nowadays the population's needs are different from the past. Museum face new challenges that they did not have in the past.

Iran has a long history – it is 4,000 years of Persian Empire. So, it is a good place and has a very big potential to establish different museums. We have, just in National Museum, more 500,000 pieces inside the deposit, so it is possible to make 1,000 museums just with this collection. As we said before, more than 65 percent of the population is young people. So, today, Iran is the first user of mobile in the Middle East (more than 50,000,000 mobiles) and also the first user of internet in the Middle East. Other fact is the main cities are very crowded and that is the reason for the terrible traffics, like other big cities. We have, in Iran, the following challenges to develop of this Museums' project: Traffic; Traditional methods, specifically in museums; New generation; Modern society and use of technology; Time; and Budget. The project's aim is create solutions and ideas to overcome these challenges and attract more people for visiting our museums – not just the Gemstones Museum, but all of museums we have in Iran.

The ways overcoming the challenges

The first step chose taken was to make this project in the Province of Tehran, because it is the Iran's capital and we have 62 museums around this city. We started interviewing: museum staffs – all the staffs, unattached with their function; museum experts; social scientist experts – because we need different theories, not only about museums. We chose 1,000 visitors – from different museums, different ways, different ages and sex. We also collected papers and newspapers from media about museums. The challenges presented above are results from this research: the audience presented their difficulties to visit museums. Among the difficulties, there is traffic and, consequently, time. The moment that people are stuck in the traffic, museums are open and, the moment that the traffic finishes, museums are closed. So, according to this fact, we proposed activities during the night and we will talk about it again in the next topic.

During a long time, objects were the only thing that museums used to show. Today we understand much more is necessary. Much of this criticism seems to stem from the use of technology in order to breathe more life into certain subjects. The power of sound and lighting effects, or film in attracting the visitors. The other old problem we have in museums is just one person, one manager, decides what it is necessary to do in exhibitions. When these exhibitions are open, people usually think that the work has finished, but it is not that. Creative idea and team work can change the way of exhibiting. For exhibiting we have to meet the needs of visitors. Making different exhibitions is a key to building broader audiences



the museum needs, because objects rarely “speak” for themselves. The existence of Marketing’s sector in museums is very important for attracting visitors.

Museums need to learn more, each day, about: new methods, new techniques, marketing, project managing, collecting, documentation, conservation, strategic planning, exhibitions, publications and all other forms of communication. Museums also need to pay attention to the social changes and their role in society and different realities: people with disabilities, full time workers, people abroad, unemployment, small cities – and then they realize themselves as a social agent. So, until here, we are taking care from the second and the fourth challenges: traditional methods, modern society and use of technology.

Relating to new generation, we should considerate some problems: because of the sale of oil and their money/economic benefits, young people are the most independent than before, where the family worked together. Because of this, the new generation also prefer not to get married and just to follow their lives alone. They go their mobile phones, network, facebook, and it is like they emplying: “facebook is more interesting than boring museums” - so it is not a museum challenge, it is a social challenge.

So, it was necessary to discover who they are, what exactly they need when they come to museum and what we should do to entertain them. We also have to understand and use the value of the media: that is the key for promoting our activities and we can attract many visitors by media. The Marketing’s sector will be very important for it, because marketing is not only important for selling, but it will be useful for us. There is a new competition between all organizations: museums, clubs, football teams and others about how absorbing the free time of the public – so everybody needs to work hard for this challenge, considering that people have a very short time. About the new generation’s challenge and budget, we will present some cases below, when we will talk about Gemstones Museum.

Conclusions – Gemstones Museum experiences

This museum is a private museum, so it has some benefits, like acting very fast than government’s museums. We have seven museums in exhibition and the Gemstones Museum is the responsible in management of good leadership. The first step was involving the staff in making decisions, and we had good ideas from them. It represented a new structure for a team work: composed by old workers (good experiences) and young workers (new ideas). We make, for example, short classes for one day, as a workshop, for them to put in practice what they learned. After that, we are always sending to media news about the museum activities.



We have different approaches to reach the public. The most important audience is the new generation, as we have noticed before. So, the challenge of absorbing this kind of audience is very expensive, i.e., it needs a good investment. The other fact is that usually children don't like museums because they need to be quiet, they normally cannot play in these spaces. So, our museum is investing in entertainment for children – we have invited them in not crowded time for staying there and having fun, playing and laughing. We ask them to take photos – in that moment the child will be look one more at the object. We also separate the children groups in teams, electing a leader for these groups, making different competitions about our objects and to help us: they have given us new and great ideas. There also are different approaches for girls and boys: for girls, romantic histories; for boys, battles and war histories. These activities for children are just allowed for them, adults cannot participate and it makes children very proud. Then our challenge is changing the museum in an interesting place and we can see parents taking their children to stay there.

The visits are divided according different groups of interest: religion, government, young people and others – we have six different histories for different groups, including theaters and specific manners of speaking. The posters in museum are not written in scientific ways (there are papers for it). They are just about mysteries, discovery of Iranian scientists, victories in battles, deposits of gems and imperial jewelry stories. We have, two days on week, activities on the night as a solution for the challenge of traffic and time for the most of people. Those are moments for families to go to museum and knowing our extra areas.

We used different technologies: websites (in this case it is important to know how it can be done – from website we can contact the people who cannot come to museums); books and digitalized documents with all information about gemstones for computes, mobiles and tablets; the use of Bluetooth – when the visitor enters into our museum she or he can receive a visit's guide under mobile, by Bluetooth. They can transmit this information for other people and listen to it later, during the traffic, for example. The Gemstones Museum still has a radio channel to promote the activities; a bus museum with some objects and small exhibition for other cities to know the museum; and small exhibitions, during one month, inside the schools, universities and other spaces of the Ministry of Education.

But new methods are new ideas: we do not need to use so much money to be successful. We can make theatrical plays, different visit guides, using sound and lights and other simple but good ideas. It is also necessary to understand what the visitors want and need, to think about the use of free tickets and among the minorities.



The main challenge is money. Challenges of museums in Iran mainly are about economy struggles that prevent the development of researches and successful managements in museums. But that is best way that the Gemstones Museum perform, and it is changing the vision and mission, according to short time and its goals – it will help the museum, and others, in slow progress but successful way, step by step.

Conference presented in 14th May 2012, in Federal University of Alfenas.

Edited by Caliane Gisele Bessa Lima and Luciana Menezes de Carvalho.



MUSEU E PATRIMÔNIO NO IRÃ EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Novo desafio, nova inspiração para os museus iranianos

Damon Monzavi¹

Introdução

No Irã, assim como em outras partes do mundo, duas forças paralelas tem causado um crescimento no interesse dos museus pelo público e suas necessidades. Museus estão se tornando instituições que não são totalmente dominadas por uma ideia ou pessoa. A abertura de oportunidades e acesso à educação superior à população menos abastada, representa uma maior diversidade na profissão de museus, voltando-se mais para o lado comunitário e a responsabilidade social. O crescimento econômico gerado pelo petróleo iraniano tem trazido benefícios à educação da população, e conseqüentemente também tem trazido a necessidade de um maior acesso à cultura e a criação de mais museus. Este é o fator mais importante para o crescimento dos museus e seus públicos, em tempos onde a concorrência pelo tempo e atenção dos públicos é mais feroz que nunca.

A segunda força paralela é a auto-preservação. Muitos museus eram sustentados por verbas governamentais e tradicionalmente não possuíam como objetivo atrair um público crescente, pois não dependiam disto para manter-se. Porém, recentemente, o embargo econômico afetou diretamente os museus mantidos por verbas públicas, fator que compeliu os museus a buscar atrair maiores públicos e gerar benefício através da sociedade. Neste trabalho, tentaremos encontrar as respostas para as perguntas: Quais são os novos desafios e inspirações dos museus e do patrimônio do Irã em um mundo em mudança? Quais são os caminhos para superar os desafios? Quais são os caminhos para encontrar uma nova harmonia social?

Significado e desafios

Como sabemos, o tema anual do Conselho Internacional de Museums (ICOM) é "Museus em um mundo em mudança: novos desafios, novas inspirações". Mas o Irã tem enfrentado um grande embargo econômico e, por isso, desde 2010 nós temos desenvolvido um projeto grande e desafiador. Esta pesquisa é importante não apenas por ser relacionada ao tema anual do ICOM, mas também por representar o maior desafio que os museus

¹ Diretor de Projetos, *Gemstones Museum of kooch-e-Nour* (Museu de Gemas), Teerã, Irã. Este documento é um breve relato baseado na Conferência de Abertura de Damon Monzavi, ocorrida na **IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG**.



iranianos enfrentam na atualidade. Mais de 65% da população do Irã é jovem, e este fato torna a necessidade da população diferente das gerações anteriores, e os museus se deparam com desafios nunca antes enfrentados.

O Irã possui uma longa história - o império persa durou cerca de 4000 anos. Um país de história e cultura milenar, que o faz um lugar de grande potencial para a criação de museus. Apenas o Museu Nacional do Irã conta com um acervo de mais de 500.000 objetos. Com uma coleção grande como esta, é possível criar mais de mil museus. Como mencionamos, a maior parte da população do Irã é jovem, por isso é esse o país com o maior número de usuários de internet e telefonia celular no Oriente Médio. Outro fator importante a se considerar é a grande concentração populacional nas metrópoles do país, que causa problemas de grandes cidades, como o trânsito lento, com muitos engarrafamentos. Temos então os seguintes desafios para o desenvolvimento de um novo projeto: tempo, pouco orçamento, os problemas com o trânsito, os métodos museológicos tradicionais, uma população jovem, uma nova geração, uma sociedade moderna e o uso da tecnologia. O objetivo é criar soluções e ideias para superar esses desafios e atrair mais visitantes, não apenas para o Museu de Gemas mas também para todos os museus iranianos.

Maneiras de superar desafios

O local escolhido para exercer o primeiro passo deste projeto foi a província de Teerã, por haver 62 museus e ser a capital do país. Começamos entrevistando as equipes dos museus: funcionários; trabalhadores que contribuem direta e indiretamente; profissionais de museus; e cientistas sociais - pois há a necessidade por uma diversidade de teorias e diálogos entre diferentes áreas. Escolhemos mil visitantes de ambos os gêneros, variadas idades, em diferentes museus. Também coletamos da mídia artigos e reportagens sobre museus. Os desafios apresentados acima são resultados desta pesquisa: são as dificuldades que o público apresentou em visitar museus. O tempo que as pessoas possuem para visitar museus é justamente quando eles estão fechados. Por isso, propomos atividades noturnas que mencionaremos no próximo tópico.

Por muito tempo, o método dos museus para comunicação com o público era apenas expondo os objetos para este público. Atualmente, entendemos que apenas apresentar objetos não é o bastante. O uso da tecnologia é importante para trazer ao visitante um maior entendimento sobre todo o conhecimento que o acervo pode mostrar. Quando as exposições inauguram, as pessoas geralmente pensam que o trabalho terminou, mas é apenas o começo. Ideias criativas e trabalho em equipe pode mudar a maneira de expor a



coleção. Para isso, temos que nos focar nas necessidades que os diferentes públicos têm. Elaborar exposições diversificadas é a chave para alcançar mais visitantes, pois os objetos raramente "falam" por si mesmos. Nós falamos por eles. Assim, um departamento de marketing em um museu é muito importante para atrair o público.

Os museus precisam aprender mais a cada dia: novos métodos, novas técnicas, marketing, gerência de projetos, gerência de coleções, documentação, conservação, planejamento estratégico, exposições, publicações e todas as formas de comunicação. Museus também precisam prestar atenção para as mudanças sociais, para seu papel na sociedade e diferentes realidades: portadores de necessidades especiais, pessoas que trabalham em tempo integral, estrangeiros, desemprego, cidades pequenas - se percebendo como agentes sociais. Então, até aqui, nós estamos tratando do segundo e quarto desafios: métodos tradicionais e sociedade moderna e uso da tecnologia.

Com relação à nova geração, devemos considerar alguns problemas: devido à economia gerada pelo petróleo e seus benefícios, os jovens de hoje são mais independentes do que no passado, quando toda a família precisava trabalhar junta para produzir renda. Por este fato, os jovens da nova geração também preferem não se casar, e seguem a vida sozinhos. Eles recorrem aos seus celulares, redes sociais, facebook, como se dissessem: "facebook é mais interessante que esses museus chatos". Então, isso não é apenas um desafio para museus, é um desafio social.

Desta maneira, era necessário descobrir quem eles são, do que eles precisam exatamente quando eles vão a um museu, e o que podemos fazer para entretê-los. Também devemos entender o uso e o valor da mídia: ela é a chave para promover nossas atividades e atrair visitantes. O setor de marketing é muito importante para isso, já que marketing não é importante apenas para as vendas, é importante para nós também. Há uma grande competição entre as mais diferentes organizações: museus, clubes, times de futebol, dentre outros - todos querem absorver o tempo livre do público - então todos precisam trabalhar por este desafio, considerando que as pessoas têm pouco tempo disponível. Sobre o orçamento e o desafio para essa nova geração, apresentaremos alguns casos abaixo, quando falarmos sobre o Museu de Gemas.

Conclusões – Experiências do Gemstones Museum

O Museu de Gemas é um museu privado, o que traz alguns benefícios, pois nele pode-se agir com mais rapidez do que em museu público. Temos sete museus em exposições, e o Museu de Gemas é responsável pelo gerenciamento, com boa liderança. O primeiro passo foi envolver a equipe na tomada de decisões, e obtivemos boas ideias. Isto



representou uma nova estrutura de trabalho em equipe: composta por funcionários antigos (boas experiências) e novos (boas ideias). Por exemplo, fizemos aulas curtas por um dia, como oficinas, pra que estes colocassem em prática o que aprenderam. Ainda, temos também sempre enviado à mídia notícias sobre as atividades do museu.

Temos diferentes abordagens para alcançar o público. O público mais importante é a nova geração, como ressaltamos antes. Então, o desafio de absorver esse tipo de público é muito dispendioso, pois requer um bom investimento. O outro fato é que geralmente crianças não gostam de museus, pois elas precisam ficar quietas, elas geralmente não podem brincar nesses espaços. Por isto nosso museu está investindo em entretenimento para as crianças - as convidamos em horários com pouca visitação, para brincar, aproveitar o espaço. Pedimos que elas tirem foto, pois neste momento as crianças olham mais para os objetos. Também separamos as crianças em grupos e times, escolhendo um líder para esses grupos, fazendo competições e brincadeiras sobre os objetos da coleção e para que elas nos ajudem: elas nos dão ideias novas e maravilhosas. Também há abordagens diferentes para meninos e meninas: para as meninas, histórias românticas e para os meninos, histórias de batalhas e guerras. Durante essas atividades permitimos apenas as crianças, os adultos não podem participar, e isto faz as crianças sentirem orgulho. Então, nosso desafio tem transformado o museu em um lugar interessante, e temos visto os pais levarem seus filhos para o museu.

As visitas são divididas de acordo com os diferentes grupos de interesse: religião, orientação política, jovens, e outros - temos seis tipos de histórias para os grupos, incluindo peças de teatros e diferentes linguagens. Os cartazes no museu não são escritos em linguagem científica (há artigos científicos para tal). Os cartazes dão uma conotação de mistério, dando ênfase em descobertas de cientistas iranianos, vitórias em batalhas, depósitos de minerais e histórias de joias imperiais. Temos, duas vezes por semana, atividades noturnas como uma solução para o desafio do trânsito e a falta de tempo para a maior parte das pessoas. Esses são os momentos para as famílias visitarem nosso museu e conhecerem as áreas extras.

Usamos diferentes tecnologias: *websites* (neste caso é importante saber como é feito: pelo *website* podemos entrar em contato com as pessoas que não podem visitar o museu); livros e documentos digitais com toda informação sobre gemas e pedras, para computadores, celulares e *tablets*; uso de *bluetooth* - quando o visitante entra no nosso museu, ele pode receber um guia de visitação pelo celular, via *bluetooth*. Eles podem transmitir as informações recebidas para outras pessoas e/ou escutar depois, durante o trânsito, por exemplo. O Museu de Gemas também possui uma estação de rádio para



promover as atividades; um "ônibus museu" com alguns objetos e exposições itinerantes para outras cidades conhecerem o museu; e pequenas exposições de curta duração dentro de escolas, universidades e outros espaços do Ministério da Educação.

Porém, novos métodos são novas ideias: não precisamos gastar muito para termos sucesso. Podemos fazer peças de teatro, diferentes guias de visitação, usando som e luz, além de outras ideias simples e boas. Deve-se pensar, ainda, em entradas gratuitas para as minorias e também, sobretudo, faz-se necessário entender o que os visitantes querem e precisam.

O maior desafio é financeiro. Desafios em museus iranianos são principalmente causados pelo embargo econômico do governo, que impede o desenvolvimento de pesquisas e projetos museológicos bem-sucedidos. Mas esta é a melhor maneira que o Museu de Gemas trabalha, e estes desafios estão mudando a visão e a missão, de acordo com o tempo curto e os alvos aqui apresentados – estes também ajudarão o museu e outros, passo a passo, mas com sucesso.

Conferência apresentada em 14 de maio de 2012, na Universidade Federal de Alfenas.

Traduzido por Caliane Gisele Bessa Lima.

Editado por Luciana Menezes de Carvalho.



X Semana Nacional de Museus / IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG

Universidade Federal de Alfenas,
de 14 a 18 de maio de 2012.

DOCUMENTOS DE TRABALHO

(em ordem alfabética, por autor)

	P.
Álea Santos de Almeida & Marcos Luiz Miranda - A Revitalização das Matrizes do Samba Carioca e atualidade das Teorias de Conservação do Século XIX	1
Antônio dos Reis Lopes & Luciana Menezes de Carvalho - Planejando um Museu em um mundo em transformação: novos desafios, novas inspirações	14
Claudio Umpierre Carlan & Mickaela Schwab Muniz - O multifacetado patrimônio brasileiro: raízes desconhecidas	25
Elisama Beliani - A Museologia e os parques nacionais	36
Estela de Melo Faria - A importância da preservação do patrimônio numismático para melhor compreensão da Antiguidade, o exemplo de Alexandre o Grande	49
Iara Ribeiro Regiani - Museu Silencioso: A Libras como forma de acessibilidade da pessoa surda dentro do museu	59
Lalaine Rabêlo - Museus e meios de comunicação eletrônica: novas possibilidades	67
Luciana Christina Cruz e Souza & Nilson Alves Moraes - "Caminhos do Sul de Minas": uma reflexão sobre patrimônio e políticas preservacionistas no circuito turístico mineiro	76

** O conteúdo dos Documentos de Trabalho é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).*



A REVITALIZAÇÃO DAS MATRIZES DO SAMBA CARIOCA E ATUALIDADE DAS TEORIAS DE CONSERVAÇÃO DO SÉCULO XIX

Álea Santos de Almeida¹

Marcos Luiz Miranda²

Resumo

Este trabalho discute o conceito de revitalização nas práticas de preservação do patrimônio material e imaterial envolvendo a questão de se dar uma função na coletividade para o patrimônio cultural buscando preservá-lo. Traça um paralelo entre as práticas de conservação do patrimônio material e a salvaguarda dos bens imateriais, utilizando como objeto de análise as matrizes do samba carioca, com base na atualidade dos questionamentos realizados no século XIX por Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc e John Ruskin. Analisa a utilização do termo revitalização, presente em documentos que se ocupam de ambas as práticas de preservação por meio da bibliografia pertinente. A problemática de se dar uma função no corpo social para o patrimônio cultural, discutida desde o século XIX, é por fim entendida como uma possibilidade viável para o patrimônio imaterial desde que admitamos a possibilidade de ressignificação dessas manifestações.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Teorias da Conservação. Samba. Rio de Janeiro.

Abstract

This paper discusses the concept of revitalization practices for the preservation of tangible and intangible heritage involving the question of whether a given function in the community to the cultural heritage seeking to preserve it. Draws a parallel between the practices of conservation of tangible heritage and the safeguarding of intangible property, as the object of analysis using arrays of samba, based on the timeliness of inquiries made in the nineteenth century by Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc and John Ruskin. Analyzes the use of the term revitalization, present in documents dealing with both conservation practices through the relevant literature,. The problem of providing a social function in the body for the cultural heritage, discussed since the nineteenth century, is finally seen as a viable possibility for the intangible heritage as long as we admit the possibility of reinterpretation of these events.

Keywords: Cultural Heritage. Conservation's Theories. Samba. Rio de Janeiro.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

² Professor do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).



1. Introdução

As práticas de salvaguarda³ do patrimônio imaterial são bastante recentes, se comparadas com as discussões em torno da conservação do patrimônio material. À primeira vista, estas práticas – as referentes ao patrimônio material e as referentes ao patrimônio imaterial - podem parecer bem diferentes entre si. Mas, é possível perceber que alguns conceitos e práticas estão presentes nessas duas instâncias. Este artigo procura discutir o conceito de revitalização, presente em ambas as práticas de preservação⁴ e que envolve a questão de se dar uma função na coletividade para o patrimônio cultural na busca de preservá-lo. A idéia de se tornar o patrimônio funcional estabelece uma relação intrínseca entre a apropriação social e a preservação do patrimônio, ou seja, acredita-se que se um bem é utilizado pela população esta se sensibilizará para a necessidade de se preservar o bem em questão e tomará para si essa responsabilidade.

A problemática da função na sociedade já era discutida pelas Teorias da Conservação do século XIX, principalmente pelo arquiteto e restaurador Eugene Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879). O seu pólo oposto, o pensamento de John Ruskin (1819-1900) com seu não-intervencionismo radical, também contribui para o questionamento dessas práticas que se aproximavam do que hoje denominamos de revitalizações.

Para discutir a revitalização do patrimônio cultural utilizaremos o exemplo do registro pelo IPHAN das Matrizes do Samba Carioca no Livro das Formas de Expressão. O Dossiê das Matrizes do Samba do Rio de Janeiro (2006) apresenta este patrimônio como em vias de desaparecimento e também sugere medidas de salvaguarda. A principal delas seria a promoção da prática dessas formas musicais do passado, acreditando que assim elas poderão ser revitalizadas e transmitidas para as gerações futuras. Mas, será realmente possível repetir formas musicais do passado no presente? A apropriação por parte das novas gerações não acarretaria uma resignificação dessas matrizes? Isso significa que sua perda é irremediável?

Nas práticas de preservação, persiste em aberto a questão de dar uma nova função na coletividade ao patrimônio cultural, recomendação presente tanto na Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972)

³ Usaremos o conceito de salvaguarda da maneira que ele é definido na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO de 2003. Este documento define que a salvaguarda é o instrumento de proteção do patrimônio intangível, sendo portanto, diferente da conservação e da restauração que se ocupam do patrimônio tangível.

⁴ Preservação é aqui entendido como um conceito que engloba diferentes instrumentos e práticas de proteção do Patrimônio Cultural.



que trata do patrimônio material, quanto na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). Traçaremos um paralelo entre os dois documentos no que tange a questão da “revitalização” bem como analisaremos o significado desse termo a partir da análise bibliográfica. A “revitalização” das matrizes do samba carioca por meio do instrumento da salvaguarda é analisada a partir das Teorias da Conservação do século XIX que por sua vez influenciaram e impulsionaram reflexões e práticas posteriores no campo da conservação - estas tendem ora para a tendência intervencionista de Viollet-Le-Duc, ora para a não-intervencionista de Ruskin. Procuramos demonstrar que estas teorias também podem ser esclarecedoras quando se trata da salvaguarda dos bens imateriais.

2. Paralelos entre a conservação do patrimônio material e a salvaguarda do patrimônio imaterial

A preocupação com a conservação do patrimônio material acontece desde, pelo menos, a Idade Antiga. Essas práticas são sistematizadas no século XIX - incluindo-se aí a criação de uma legislação específica para cuidar do assunto -, quando a restauração e a conservação estão organizando-se enquanto disciplina. É também neste período que a revolução industrial estabelece na Europa uma ruptura dramática na percepção sobre o tempo. Os modos de vida, artefatos e construções mudaram rapidamente, criando um grande fosso entre um “antes” e um “depois”. Assim, o sentimento de que as obras e acontecimentos do passado estavam em vias de desaparecimento impulsiona as ações de conservação do patrimônio material.

Na França, Viollet-le-Duc conceitua e pratica a restauração, preocupado não em estabelecer o estado original das construções, mas sim um estado ideal “[...] que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 29). Ele acreditava que se o arquiteto responsável pela restauração, através de um estudo pormenorizado, conhecesse profundamente o projeto inicial de uma construção, bem como os estilos arquitetônicos ali representados, poderia imaginar como o construtor original teria agido se possuísse, à época, todos os recursos do século XIX; este seria o estado “ideal” da construção em questão. Foi duramente criticado por realizar restaurações que reconstruíam partes consideráveis de edifícios, por incluir detalhes até então inexistentes, por muitas vezes não respeitar as modificações (consideradas por ele como “defeitos”) que a construção havia sofrido ao longo do tempo. Mas Viollet-le-Duc também contribuiu para a disciplina Restauração, sendo o primeiro a



formular uma metodologia desta prática, além de pensar em questões que permanecem em aberto até os dias de hoje, como a problemática de se restaurar não só o edifício, mas também sua função, o que implica, ao se restaurar uma construção, em se ter em mente a função que ela terá no futuro.

O pólo oposto ao pensamento de Viollet-le-Duc seriam as idéias de seu contemporâneo John Ruskin que não admitia a restauração, acreditando que esta prática apenas colocava diante de nossos olhos uma mentira, pois sua premissa seria “despedaçar a obra antiga” (RUSKIN, 2008, p 30). Ruskin defendia que a preocupação com o patrimônio material deveria ser contínua – o que hoje chamaríamos de conservação preventiva – e se alguma construção ou monumento não tivesse recebido este tipo de atenção e chegasse a um ponto crítico, o melhor era deixar que este patrimônio se perdesse e desabasse por completo, porque em verdade ele já estava no fim de sua vida. A construção, como a vida de um homem, teria um tempo de vida determinado, sendo a morte a consequência final; o trabalho do conservador seria comparado ao trabalho de um médico que possui os meios para retardar ao máximo esse término. Essa corrente teórica defendia que em se tratando de edifícios antigos o melhor era intervir o mínimo possível, acreditando que prevenir e reparar os danos eram ações suficientes para conservá-los.

Após Viollet-le-Duc e Ruskin, muitos outros como Camilo Boito , Alois Riegl , Cesari Brandi, Salvador Munhos Viñas se ocuparam da questão da preservação do patrimônio material. Cada um desses teóricos tentou equilibrar as ações de caráter intervencionistas e não intervencionistas primeiramente discutidas por Viollet-le-Duc e John Ruskin, respectivamente.

Ao longo dos anos, no mundo ocidental a preservação do patrimônio material tem sido o foco das políticas públicas patrimoniais de Estados nacionais e de organizações internacionais como a UNESCO. Porém, depois da Segunda Guerra Mundial, observa-se um alargamento do conceito de patrimônio: aos poucos a tradicional ênfase na materialidade (ou seja, a preocupação apenas com os chamados bens móveis e imóveis como objetos de museus, construções e monumentos) vai diminuindo e os aspectos imateriais do patrimônio vão cada vez mais ganhando espaço.

Isso não significa que no século XIX, os aspectos imateriais do patrimônio fossem ignorados; edifícios, monumentos e objetos museológicos sempre foram valorizados como símbolo de algo importante para uma comunidade específica, seja por terem pertencido a personalidades ou por terem participado de eventos históricos,



ou ainda por representarem aspectos constitutivos das identidades nacionais. Porém, é a partir da segunda metade da década de 1940 que o conceito de patrimônio imaterial ou intangível vai sendo cunhado e utilizado, e crescem as preocupações com sua preservação. Em 2003, a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial definiu o patrimônio imaterial como o conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como sendo parte de seu patrimônio cultural.

A partir desse processo o patrimônio imaterial começa a engendrar novas formas de preservação, à primeira vista bem diferentes das práticas de conservação e restauração do patrimônio material. Uma construção pode ter passado por várias modificações ao longo do tempo e muitos estudos podem ser feitos para se saber qual o contexto histórico destas transformações. Cabe aos profissionais encarregados optarem por qual tempo histórico privilegiar em suas restaurações, por manter-se ou não as modificações. Na questão da conservação preventiva o objetivo é retardar ao máximo o processo natural de destruição do patrimônio material. No caso do patrimônio imaterial, por se tratarem muitas vezes de manifestações, fazeres e expressões relacionadas à cultura popular - que não possuem nenhum tipo de registro de suas primeiras formas - o trabalho de documentação das fases desses bens mostra-se bastante difícil. Ainda mais importante é a reflexão a respeito da constante transformação desse patrimônio, que torna o conceito de “autêntico” ainda mais problemático. Para a preservação do patrimônio imaterial é utilizado o instrumento da salvaguarda, definido pela Convenção de 2003 como o conjunto de medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial: práticas como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão “[...] e a revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos.” (UNESCO, 2006, p. 5).

Percebemos a ratificação da revitalização e da questão de se dar uma função na sociedade ao patrimônio, algo que como vimos já era discutido por Viollet-le-Duc no século XIX com relação ao patrimônio arquitetônico. Até hoje, em se tratando do patrimônio material, as revitalizações são bastante mencionadas nas práticas de preservação de conjuntos arquitetônicos, como no caso dos centros históricos urbanos. Porém, o significado do que seria “revitalizar” ainda é controverso. Para Freitag (2003), em se tratando de revitalizações de construções antigas de cidades históricas que foram modificadas ao longo dos anos pelos imperativos da modernidade (Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, entre outras) o objetivo seria “devolver” a



função original destas construções. Uma antiga confeitaria deveria ser revitalizada no sentido de novamente funcionar como confeitaria, bem como um antigo cinema e assim por diante.

Já para Oliveira (2008), revitalizar significa criar nova vitalidade, dar novo grau de eficiência, reabilitar. Esta autora também critica a revitalização por relacionar-se na verdade com a crescente mercantilização e banalização do patrimônio, e com o processo denominado pelo termo *gentrification*, ou seja, a expulsão da população local substituída por uma elite interessada em um local “diferenciado”. Esses centros históricos durante as “revitalizações” passariam por um processo que combina a restauração de antigos edifícios com a reconstrução de espaços públicos, medidas que procuram acima de tudo a beleza estética. O objetivo principal seria atrair o interesse do mercado imobiliário e da indústria do turismo, agora empenhada em proporcionar aos turistas uma “experiência cultural” em um espaço intencionalmente modelado para estimular o consumo. Assim, o patrimônio torna-se produto de luxo para elites, com rótulo de “cultural”. Corroborando com as idéias da autora, não podemos deixar de citar o exemplo da revitalização do centro histórico de Salvador, o Pelourinho. Nesta “revitalização” a população local foi expulsa e o espaço foi ocupado pela atividade comercial voltada para os turistas⁵.

É possível perceber nessas revitalizações contemporâneas a herança do pensamento de Viollet-le-Duc, mesmo que a hipótese não seja admitida por aqueles que dirigem esses empreendimentos. A importância dada ao valor estético e ao turismo articula-se à concepção de “estado ideal” defendida por Viollet-le-Duc. Seria como se os responsáveis por estes trabalhos imaginassem o que teriam feito os construtores do centro histórico se à época estivessem imbuídos das preocupações atuais de se transformar o patrimônio em um produto destinado ao turismo.

De qualquer maneira, as confusões com relação ao significado do que seria “revitalizar” um patrimônio não são aleatórias. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 da UNESCO - que trata da preservação dos conjuntos arquitetônicos - recomenda em seu Artigo 5º que se determine uma função na vida coletiva para o patrimônio cultural e que se realize o aperfeiçoamento de métodos de intervenção. Não há maiores detalhamentos da natureza dessa função, se seria a função anterior do conjunto ou uma nova função. A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial de 2003 novamente deixa em aberto as questões da “revitalização” desse patrimônio e da recomendação de se

⁵ Fato noticiado pela revista *Carta Capital*, na edição de 27 de Abril de 2011.



integrar o patrimônio imaterial a sociedade por meio de uma função que novamente não tem sua natureza especificada⁶. Novos instrumentos, antigas questões e críticas: como revitalizar ou dar uma função na sociedade para o patrimônio cultural? Fernandes (2011), assim como Oliveira (2008), alerta para a entrada do capital na salvaguarda do patrimônio imaterial dando especial ênfase novamente para o turismo. No caso da “revitalização” de manifestação, fazeres e saberes, corre-se o risco de ou engessarmos este patrimônio em formas acabadas, ou de os banalizarmos.

Enfim, o termo “revitalização” chama a atenção para o risco que se corre em tentar “remoçar” ou criar “um estado ideal” do patrimônio imaterial através da sua inserção na lógica da encenação, da teatralização, na tentativa de aglutinar a estes bens aspectos presentes na lógica do turismo. Por outro lado, não podemos esperar que a dinâmica do patrimônio imaterial aconteça totalmente à parte do mercado, porque afinal como tornar estas práticas viáveis se seus executantes não possuem os meios para tal? Uma manifestação não é apenas imaterial, ela tem efeitos materiais: necessita de objetos, lugares, roupas, etc. É preciso incentivo financeiro para que as comunidades possam perpetuar seu patrimônio frente às pressões de um mundo cada vez mais regido pelo consumo.

3. As matrizes do samba do Rio de Janeiro e sua preservação

Em 2007, as matrizes do samba carioca foram registradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No Brasil, o Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000 instituiu o registro do patrimônio imaterial nos livros de registro (Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão, Livro de Registro dos Lugares) e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

As matrizes foram então registradas no Livro das Formas de Expressão; seriam elas: o samba de partido-alto, o samba de terreiro e o samba-enredo. É importante que caracterizemos de forma sucinta estas matrizes. O partido-alto é um tipo de samba cantado em forma de desafio por dois ou mais participantes que realizam frases improvisadas ou provenientes do repertório tradicional, estes cantos são intercalados por uma parte coral cantada por um grupo de pessoas (refrão), sendo que

⁶ Segundo o Artigo 13 da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003): “Para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, cada Estado Parte empreenderá esforços para:

a) adotar uma política geral visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento;” (UNESCO, 2003, p 8)



não há obrigatoriedade em se manter o mesmo assunto do refrão nas partes improvisadas. A formação desta matriz teria ocorrido no início do século XX e seria o resultado do cruzamento de diversas práticas musicais e coreográficas como as chulas, o lundu, o samba rural paulista, o samba de roda baiano e o calango (BRASIL, 2006). O partido-alto é um gênero que se apóia na capacidade do sambista de criar no momento da performance versos capazes provocar tanto o outro sambista, como também os outros participantes.

O samba de terreiro é caracterizado não por questões estilísticas e formais, mas sim por seu contexto: o samba é de terreiro quando é realizado no terreiro. O terreiro é um espaço sócio-cultural que pode ser o quintal das casas onde os sambas eram cantados, ouvidos e dançado, ou o terreiro de candomblé (BRASIL, 2006). Em um sentido mais restrito o termo terreiro também designa a área comum das escolas de samba, e neste contexto o samba de terreiro é aquele realizado para consumo interno dos participantes do samba organizado. Um samba só pode ser designado como de terreiro pelo grupo de sambistas reconhecidos pela comunidade, já que esta classificação deriva do fato do samba ter sido apresentado nas rodas realizadas no terreiro. Por dependerem apenas do contexto onde são realizados, os sambas de terreiro têm grande variedade estilística: podem se confundir com o próprio partido-alto, dando grande ênfase ao improviso, ou podem ter somente partes fixas. O tema mais recorrente no samba de terreiro é o elogio a escola com utilização da simbologia comum a comunidade que reforça o sentimento de identidade dessa organização; a função coletiva do samba de terreiro é provavelmente seu maior valor cultural (BRASIL, 2006).

O samba-enredo baseia-se na estrutura do desfile carnavalesco, associando a sonoridade da bateria da escola de samba com uma forma de canção narrativa. Mas, é preciso distinguir três tipos de samba enredo: 1 - os sambas cantados nos primeiros desfiles, nos anos 1930, que não tinham, na maioria dos casos, não se constituíam como uma narrativa; 2 - os sambas que já eram narrativas, mas compostos musicalmente de uma maneira que não se diferenciava de outros sambas dos mesmos compositores, que prevaleceram aproximadamente do final dos anos 1930 até o final dos anos 1940; 3 - os sambas-enredo propriamente ditos, que desde então associam uma função determinada no desfile a uma forma musical específica (BRASIL, 2006).

É importante ressaltar que essas formas musicais não correspondem ao que a maioria da população conhece como samba. Também é importante dizer que o termo



samba é utilizado para denominar diferentes manifestações como o samba do Recôncavo Baiano, ou o samba rural paulista. As matrizes do samba carioca dizem respeito a um gênero musical surgido na cidade do Rio de Janeiro por volta do final do século XIX e criado por negros pobres recém-alforriados que viviam principalmente no Bairro da Saúde. Sofrendo forte preconceito e tendo suas manifestações culturais e religiosas oprimidas pela força policial, essa população se esforça para manter vivas suas tradições afro-brasileiras, destacando-se aí o grupo de negros que vinham da Bahia e que constituíam uma liderança cultural e política. O samba então nasce de variadas experimentações, estabelecendo um espaço cultural que escapa a opressão do trabalho agora não mais compulsório, mas mal-remunerado (TINHORÃO, 1998). O samba carioca é gravado pela primeira vez em 1917, é o samba “Pelo Telefone” registrado como sendo de autoria do músico Donga e do jornalista Mauro de Almeida.

Inicialmente marginalizado, o samba carioca a partir da década de 1930 passa a ser um dos símbolos nacionais, utilizado até hoje para descrever a identidade brasileira. Vianna (2010) descreve esta trajetória do samba carioca como sendo um processo que envolveu vários atores de várias classes sociais: intelectuais, políticos, músicos eruditos, negros, baianos, ciganos, franceses, milionários, entre outros, todos em maior ou em menor grau teriam ajudado na fixação do gênero. Já Matos (1982) destaca a ação do governo ditatorial de Getúlio Vargas que estimulou a entrada do samba carioca para as indústrias fonográfica e radiofônica, esforçando-se para transformar esta manifestação provinda das classes populares em símbolo de brasilidade para em troca conquistar sua simpatia e apoio. O samba então chega até nossos dias não como expressão de uma classe social específica, mas como gênero que conquistou reconhecimento nacional, sendo consagrado no Carnaval no tradicional desfile das escolas de samba.

Os sambas-enredos dos desfiles estão bem distantes da matriz descrita pelo Dossiê, assim como o samba interpretado por cantores e grupos de samba da contemporaneidade é bem diferente do partido-alto e do samba de terreiro. O próprio Dossiê descreve este “afastamento” das formas e práticas musicais das matrizes do samba carioca, o principal elemento que estaria se perdendo seria a prática do improviso, cultivado anteriormente nas três matrizes. O improviso musical é uma prática que consiste na criação de letra e melodia no momento da performance, sendo muito comum em vários estilos musicais, é como um jogo entre os participantes que tentam “ganhar” o desafio de criarem e executarem sua composições em um único momento. Sua perda estaria relacionada à entrada maciça da produção de sambas na



lógica do estúdio de gravação e a conseqüente profissionalização dos sambistas. Nesse espaço, não há tempo para experimentações, a produção em massa exige que os músicos sejam rápidos e perfeitos, sendo o erro – obviamente presente na prática do improviso – mal visto. Outra questão apontada pelo Dossiê é a importância de que as novas gerações conheçam e pratiquem as matrizes do samba carioca, pois os jovens estariam se afastando cada vez mais dessas práticas.

Diante do risco de perda dessas manifestações tornam-se necessárias medidas de salvaguarda. O Dossiê então, recomenda que seja realizado um trabalho de documentação dessas práticas, por meio de entrevistas com os sambistas mais velhos e do registro de melodias e letras de antigos sambas. Também aponta para a necessidade de se promover a criação de centros de memória dessas matrizes dentro das comunidades onde o samba se originou, e/ou na Cidade do Samba, e para capacitação de pesquisadores que façam parte das comunidades de sambistas.

Porém, a principal medida recomendada pelo Dossiê seria a promoção da prática dessas matrizes dentro das comunidades onde foram criadas: “Mas acima de tudo, é preciso ouvir, cantar e dançar esses sambas” (BRASIL, 2006, p.120). A sugestão é de que essa prática poderia ser transmitida às novas gerações através da promoção de rodas de versadores, onde sambistas antigos e novos pudessem se encontrar para improvisar. Dessa maneira, as matrizes seriam retomadas e “revitalizadas”. O que desejamos destacar é que a prática no presente dessas matrizes dificilmente seria no sentido de repetir as formas musicais do passado. É provavelmente impossível se retomar uma prática musical tão relacionada ao seu momento histórico, pois os negros das comunidades que o Dossiê aponta como criadoras do samba não são mais os mesmos, apesar de ainda estarem em posição social desfavorecida.

Novamente temos a confusão com a questão da revitalização. Ainda não é claro se esse compromisso em se preservar o patrimônio por meio do estabelecimento de uma função na sociedade se refere a “devolver” a função que a manifestação possuía antes ou dar uma outra (decorrendo desse novo lugar todas as implicações em relação a entrada do patrimônio na lógica do mercado, como anteriormente discutido). Além disso, será possível afirmar com certeza que o samba pertence apenas a essas comunidades? Tinhorão (1998) nos revela que já na década de 1940 o samba era praticado e criado por músicos brancos e o próprio Dossiê (2006) aponta



que as rodas de samba de partido-alto continuam presentes, mas em outros locais que não seriam os locais da comunidade supostamente detentora dessas matrizes⁷.

De qualquer maneira voltar ao passado é impossível, é preferível considerar que a salvaguarda deve se concentra principalmente nos processos inerentes à transmissão e à comunicação do patrimônio de uma geração para outra, e não tanto na produção de suas manifestações concretas (FERNÁNDES, 2011). Vejamos por exemplo a afirmação de que a prática do improviso estaria se perdendo, se olharmos com atenção veremos que a improvisação pode não estar mais tão marcante no samba, porém é bastante praticada em manifestações como o rap - tão presente nas periferias das grandes cidades. O que nos leva diretamente a questão da transmissão dessas práticas às novas gerações e a necessidade de despertar o interesse dos jovens por essas tradições. Pensamos que a preservação do patrimônio intangível talvez precise abandonar pretensões de retorno a formas “autênticas”; uma manifestação tem função à medida que pode ser manipulada livremente pelas novas gerações, ou, caso contrário, ela se torna uma forma musical engessada e distante.

Como os novos sambistas poderiam continuar compondo com formas musicais, melodias e letras semelhantes as das matrizes do samba carioca? A linguagem musical, como toda produção cultural é fruto do seu contexto histórico e social. Pensemos por exemplo no caso da música erudita ocidental, o que seria de sua história se todos os compositores continuassem compondo à maneira de Bach? É essa mesma música que vai sendo manipulada ao longo do tempo até chegarmos a compositores contemporâneos como Philip Glass. Isso não diminui a importância das orquestras continuarem executando Bach. Esse mesmo raciocínio aplica-se no caso das matrizes do samba carioca, podem-se executar estes sambas, mas para que eles sejam transmitidos de uma geração para outra, fatalmente passarão por modificações.

Mas, permitindo que as matrizes sejam modificadas criativamente não estaríamos correndo o risco de perdê-las para sempre? Nesse ponto as idéias de Viollet-le-Duc e de Ruskin, apesar de tratarem do patrimônio de pedra e cal, podem ser úteis. Se as matrizes do samba carioca estão quase perdidas para essas comunidades de origem como afirma o Dossiê (2006), as idéias de Ruskin apontam que o melhor seria deixar morrer essas formas musicais; é como se elas fossem um edifício em ruínas, e restaurá-lo seria impossível. Já Viollet-le-Duc se esforçaria para restaurar esse edifício. Seguindo seu pensamento, as matrizes do samba carioca

⁷ “Já partido tradicionais são cantados atualmente em rodas promovidas por bares e centros culturais em outros pontos da cidade, fora das comunidades onde foram criados” (BRASIL, 2006, p 118).



precisariam ser “revitalizadas” pensando-se na sua nova função na sociedade, sendo que partes dessa manifestação poderiam ser inteiramente recriadas. Certamente não poderíamos pensar em forma ideal à maneira de Viollet-le-Duc. Se esse conceito se aplica mal às construções, pior ainda o seria no caso de manifestações, onde é muito difícil se definir o “certo” e o “errado”. Precisaríamos tomar bastante cuidado na hora de definir essa nova função, para não mantermos a prática comum de se associar a preservação do patrimônio ao turismo, ou seja, para não reiterarmos a idéia de que a única função que o patrimônio pode exercer na sociedade é a de ponto turístico.

Quanto às recriações, essas não poderiam de forma alguma ficar à cargo dos agentes da salvaguarda, como no século XIX ficavam à cargo de Viollet-le-Duc, mas sim da comunidade de novos e antigos sambistas. A própria Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (2003) já aponta para a necessidade de se garantir a participação das comunidades que criam, mantêm e transmitem o patrimônio intangível⁸.

4. Considerações Finais

Repetir na prática uma manifestação do passado não é possível. Uma forma musical que nasceu tão fortemente vinculada a um momento histórico específico como o samba carioca não poderia ser “resgatada”. A própria dinâmica do patrimônio imaterial aponta para uma contínua transformação e é preciso também salvaguardar este aspecto, evitando-se assim, sua fossilização ou esvaziamento de sentido (FERNÁNDES, 2011).

Porém, é difícil que deixemos morrer, como pregava Ruskin, um gênero musical que ainda tem grande ressonância junto a uma ampla comunidade. Reconstruí-la como um edifício em ruínas aos moldes de Viollet-le-Duc, procurando-se encontrar um “estado ideal” poderia nos levar a resultados insatisfatórios, como no caso das revitalizações atuais de alguns centros históricos urbanos.

O registro documental das matrizes do samba carioca – medida também sugerida pelo Dossiê (2006) - pode proporcionar o registro sonoro, marcando uma forma determinada, relacionada a um contexto cultural e histórico também determinado. Assim, este patrimônio imaterial poderia ser reproduzido e re-utilizado, e

⁸ O Artigo 15º trata da participação das comunidades, grupos e indivíduos: “No quadro de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo” (UNESCO, 2003, p 9).



teríamos a abertura para uma “revitalização” dessas matrizes que seguiriam se modificando em consonância com o momento em que estão sendo criadas. Podemos preservar essas matrizes se admitirmos que elas possam ser ressignificadas pelas novas gerações, mantendo-se assim o fluxo de mudança constante do patrimônio imaterial.

Referências

- IPHAN. **Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2006. Processo nº 01450.011404/2004-25. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=771>>. Acesso em 12 Nov 2011.
- _____, **Decreto nº 3.551**, de 4 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em: 17 Dez 2011.
- _____, **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**, instituído pelo Decreto nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=201>. Acesso em: 17 Dez 2011.
- FERNÁNDEZ, Loreto Bravo. A salvaguarda do patrimônio imaterial na América Latina: uma abordagem de direitos, avanços e perspectivas. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas Culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 14-39
- FREITAG, Bárbara. A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras. In: **Urbanidades-Revista do PIP Itinerâncias Urbanas**, Ano 1 nº1, Jan/Abril de 2003. Disponível em: <http://e-groups.unb.br/ics/sol/urbanidades/barbarafreitag.htm>. Acesso em: 17 Dez 2011.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.
- MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- OLIVEIRA, Raquel Diniz. A revitalização patrimonial. In: **Patrimônio: Lazer e Turismo – Revista Eletrônica Mestrado em Administração**, n. 3, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/images/artigos/Ensaio1_JulAgoSet08.pdf> Acesso em: 17 Dez 2011.
- RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- UNESCO. **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Tradução do Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>> Acessado em: Dezembro de 2011.
- _____. **Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural, Mundial e Natural**. CONFERENCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 17 Dez.2011.
- VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar: Ed. UFRJ, 2010.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.



PLANEJANDO UM MUSEU EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: NOVOS DESAFIOS, NOVAS INSPIRAÇÕES

Antônio dos Reis Lopes¹
Luciana Menezes de Carvalho²

Resumo

O presente documento de trabalho visa apresentar, como estudo de caso, o projeto "*Planejando o Museu da Unifal: a relação dos discentes com o Patrimônio e a Memória da Unifal*", desenvolvido desde 2008 com o objetivo de orientar alunos da Universidade Federal de Alfenas e incentivar a comunidade externa a participar das etapas básicas de criação de um museu: elaborar políticas internas, organizar, higienizar e acondicionar o acervo; idealizar e montar exposições, entre outras atividades. Assim, dialogando com a temática proposta pela Semana Nacional de Museus de 2012, com o tema: "*Museus e Patrimônio em um mundo em Transformação: Novos desafios, novas inspirações*", o presente documento encontra suas bases teóricas nas discussões contemporâneas no campo da Museologia e Patrimônio, que reforçam a existência de ações nos museus que defendam e valorizem as práticas locais, sempre construídas em diálogo com interessados na ação. Ainda, neste presente documento, se encontra o relato de experiências de Antônio dos Reis Lopes, bolsista de Extensão durante os anos de 2009 e 2011, e como suas atividades no Museu da Memória e Patrimônio interferiram na sua formação pessoal e profissional.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Patrimônio. Memória. Projeto de Extensão.

Abstract

This working paper aims to present, as a case study, "*Planning Unifal's museum: the relationship between the students and Unifal's heritage and memory*", that has been developed since 2008 intending to guide the University's students and encourage the outside community to join the first steps in the creation of a museum: work on internal policies, organize, clean and pack the collections, idealize and set up the exhibitions, as well as other activities. Thus, dialoguing with the theme proposed by the National Museums Week 2012 with the theme "*Museums and Heritage in a Changing World: New challenges, new inspirations*", this document finds its theoretical underpinnings in contemporary discussions in the field of Museology and Heritage, which reinforce the existence of defending actions in museums and appreciate local practices, always constructed in dialogue with stakeholders in the action. Still, in this paper can be found the report of experiences from Antônio dos Reis Lopes, an Extension' scholar during the years 2009 and 2011, and how his activities at the Museum of Memory and Heritage has interfered in his personal and professional training.

Keywords: Museum. Museology. Heritage. Memory. Extension Project.

¹ Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alfenas. Foi bolsista de Extensão durante 03 anos no Projeto aqui apresentado.

² Museóloga (Unirio), Mestre em Museologia e Patrimônio (Unirio/Mast) e Diretora do Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas.



1. Considerações iniciais: situando o Projeto “Planejando o Museu da Unifal: a relação dos discentes com o Patrimônio e a Memória da Unifal”

Desde final do século XX, a Universidade Federal de Alfenas³ manifestou o desejo de estabelecer um museu voltado para celebração de sua memória e patrimônios. Assim estabeleceu, através da Resolução n. 018/2007 do Conselho Superior, a criação de um museu da instituição – Museu da Unifal-MG. Com a contratação de um profissional de museus, tal idealização foi tomando forma. Ao dar os primeiros passos para a implantação do atualmente denominado Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas - MMP-Unifal-MG (disponibilizando um prédio utilizado pela Universidade desde a década de 1940), visou-se ressaltar a importância da preservação de seus patrimônios, desde os seus tempos de Escola de Farmácia e Odontologia até o presente, através de suas manifestações materiais e imateriais.

Ainda em fase de implantação, o MMP-Unifal-MG necessita e tem contado com a participação direta de membros da comunidade acadêmica da Unifal-MG no planejamento de etapas básicas de criação de um museu: elaborar políticas internas, organizar, higienizar e acondicionar o acervo; idealizar e montar exposições, entre outras atividades. O projeto "*Planejando o Museu da Unifal: a relação dos discentes com o Patrimônio e a Memória da Unifal*" tem sido desenvolvido desde 2008 e tem atingido seus objetivos no gerenciamento e coordenação das atividades acima descritas. As propostas de atividades e, respectivamente, os benefícios são:

1. Organização e planejamento – propomos a participação efetiva dos alunos, pois julgamos assim contribuir para uma relação cultural sadia e proveitosa, que o beneficiará não apenas como um profissional consciente, mas como um cidadão responsável pela preservação de um patrimônio para as futuras gerações;

2. Higienizar e acondicionar o acervo – Nesta atividade, os participantes desenvolverão interesse pelo patrimônio de sua universidade, além de trabalhar diretamente com a história dos diferentes cursos, a partir da relação com objetos em sua maioria obsoletos, mas de suma importância para o processo evolutivo das ciências;

3. Pesquisa sobre o acervo – Os participantes, a partir de uma escolha prévia, farão um levantamento do objeto selecionado, acerca de sua origem, uso,

³ Sigla Unifal-MG, conhecida, na região, como Unifal ou Efoa – Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (nome antigo, existente até a transformação em universidade, em 2005).



procedência, entre outras necessidades. Tal levantamento servirá, para o MMP-Unifal-MG, basicamente para fins documentários, porém, para o aluno, por exemplo, poderá ser objeto de estudo para uma pesquisa mais aprofundada, podendo culminar em um Trabalho de Conclusão de Curso;

4. Elaboração e execução de exposições – nesta atividade, os alunos terão a oportunidade de aprimorar a metodologia de desenvolvimento de um projeto e/ou pesquisa a ser apresentado ao público: elaboração do projeto expositivo, considerando objetivos, justificativa, viabilidades, problemáticas, custos, entre outros; e execução da exposição – pensar numa disposição que tenha introdução, desenvolvimento e conclusão, além de refletir sobre as questões que efetivamente despertariam o interesse do público em geral.

Assim, o presente documento de trabalho trilhará o seguinte caminho: apresentação das bases teóricas que sustentam o referido projeto, num diálogo com os desafios e inspirações que se apresentam aos museus, na contemporaneidade; o relato de experiências do bolsista do Curso de Farmácia, hoje Bacharel em Farmácia, Antônio dos Reis Lopes; e finalizando com algumas considerações e resultados do projeto.

2. Entre desafios e inspirações: o projeto e suas bases

Segundo Tereza Scheiner, o conhecimento do Real começa pela consciência, por uma percepção muito particular que cada indivíduo possui do mundo exterior. De fato, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças, que não tenha uma certa duração, e que não exija um esforço de memória. A aquisição de lembranças faz-se assim por hábito, e estas são trazidas ao primeiro plano da consciência na medida de sua utilidade, o que nos leva à perspectiva ilusional de que a memória tem uma relação absoluta com o passado (SCHEINER, 1997). No âmbito do coletivo, Scheiner define, baseando-se em Halbwachs, que memórias coletivas combinam-se com as memórias individuais, num complexo jogo de reatualização-reconstrução de uma lembrança por uma experiência - um processo sem princípio nem fim.

Assim, para estes autores, a vivência da memória é portanto social: a lembrança parte do presente, do sistema de idéias gerais que está sempre diante de nós e nos remete a uma totalização de numerosas memórias coletivas. Apresentada sob a forma de noções virtuais, a memória social pode ser entendida como uma



virtualidade de memória coletiva, pois ela é o que resta de uma ou várias memórias coletivas passadas. Sempre cultural e sempre social, a memória não é coletiva a não ser quando é dominante ou ao menos importante para um número expressivo de indivíduos, na sociedade global ou nacional (SCHEINER, 1997).

Seja no coletivo ou no individual, Scheiner também afirma que o processo de memória é extremamente dinâmico: a vida cotidiana nos submete a um constante e rápido processo de mudança, e enquanto mudamos, muda a nossa memória. Há inclusive lugares que são exclusivamente dedicados ao estudo e à difusão da memória: estes caracterizam um gênero de memória social dada - a memória cultural. São as organizações culturais: os centros culturais, as bibliotecas, os arquivos, os museus, entre outros. Mais que um meio de legitimação da memória dos objetos materiais, o Museu se revela também como instância dinâmica de construção de memórias, sejam estas materiais ou não-materiais (SCHEINER, 1997).

Assim, o MMP-UNIFAL-MG propõe, a partir deste projeto, (re)construir permanentemente as "memórias" da Universidade a qual pertence. Este processo - contínuo, presente, vivo - não busca "resgatar" um passado (como se este estivesse parado em algum lugar esperando "jogarmos uma corda para resgatá-lo") ou simplesmente "catalogar" as atividades do cotidiano, mas sim trabalhar continuamente, a partir dos referenciais do cotidiano, as experiências registradas e (re)construídas de ontem, vividas no hoje, num contínuo processo de celebração da Memória, para uma trajetória em direção ao amanhã.

A idéia de Museu que defendemos não é a idéia deste apenas como instituição, mas uma visão como fenômeno que remete a uma pluralidade enquanto modos de representação (SCHEINER, 2001). Ao reconhecermos o caráter fenomênico do Museu, cria-se a possibilidade de que este pode ser percebido através da experiência de mundo de cada indivíduo, a partir das diversas, múltiplas e complexas relações que cada homem ou sociedade estabelece com o Real complexo. No caso Museu, as relações no âmbito emocional acontecem com maior frequência a partir de percepções identitárias, que remetem à memória, seja ela individual ou coletiva. As representações da identidade têm um atributo essencialmente afetivo, imbuído do caráter simbólico da memória pessoal e que ganha significados nos domínios do imaginário, da criação e do afeto.

Como influência para o (re) descobrimento desta face dionisíaca do Museu, Scheiner aponta a teoria nietzscheana e seus sucedâneos, que por sua vez abrem



caminho para o entendimento do **Museu enquanto fenômeno**. Por estarmos num período onde a verdade deixou de ser um conceito absoluto, é possível e coerente pensar um Museu livre e plural, que possa existir em qualquer espaço, e em qualquer tempo. O que é anulada então é a existência de uma forma 'ideal' de Museu: “[...] **o Museu toma a forma possível em cada sociedade, sob a influencia dos seus valores e representações.**” (SCHEINER, 1999)

Afinal de contas, citando Norma Rusconi, os museus podem tornar-se

[...] um espaço de pura possibilidade, de liberdade que está requerendo do sujeito uma nova linguagem, uma nova perspectiva ontológica e o compromisso eterno que, como homem falante e pensante, assumiu ante aos outros homens e ante ao mundo [...]. Se a museologia e os novos museus aspiram a ser espelhos das sociedades viventes, a noção de liberdade deve ser o fundamento essencial.⁴

Baseada nestas afirmativas, Gorgas (2008) define o Museu como **uma construção permanente em conjunto com a dinâmica social**, como um espaço de poder e como um agente de dinamização cultural. Aponta como dificuldade a responsabilidade que o Museu tem na construção de seu conceito ante a comunidade. Soares (2008) afirma que o Museu se manifesta na própria comunidade, através da relação que esta estabelece com o Real, “[...] preservando a memória, os valores e as experiências de forma integral e democrática.” Com este processo, a comunidade passa a **ser** o próprio **Museu**:

[...] pensar uma fenomenologia do Museu significa pensá-lo em movimento, em um constante processo de atualização de si mesmo, pois é assim que se comporta o fenômeno. Este é um processo que acompanha a transformação do próprio indivíduo humano [ou da comunidade], pois é a ele [ou a ela] que o Museu diz respeito. [...] O fenômeno, portanto, totalidade do aparecer, é a mudança mesma, ou tem a mudança como essência, e acaba funcionando quase como espelho, no qual percebido e percebente se vêem refletidos um no outro, no mundo supra-sensível. (SOARES, 2008).

É na contemporaneidade, neste mundo em transformação, que os diferentes tipos de manifestação do fenômeno Museu ocorrem – é neste mundo pós-moderno que entendemos que museus não são apenas espaços onde se encontram objetos antigos expostos, mas são espaços de aprendizagem não-formal; de experimentação; espaços de pesquisa e produção de conhecimento; espaços de debates, de ciclos, de vivências e relações com os diferentes visitantes que adentram suas portas. É necessário também que nossos alunos de graduação percebam nos



museus, dos diferentes pontos do Brasil, como um rico espaço de atuação profissional, visto que temos uma grande diversidade de museus: Museus de Ciência e Tecnologia; Museus Históricos; Museus Virtuais; Museus de Farmácia, de Odontologia; Museus Comunitários; Museus que valorizam a Geodiversidade – todos, necessitando de profissionais dos mais diversos campos do conhecimento.

Com 98 anos de existência, a antiga Efoa / atual UNIFAL-MG se orgulha de ser responsável pela formação de várias gerações de competentes profissionais. A atuação consolidada da Extensão, por sua vez, representa uma via de direcionamento dos trabalhos acadêmicos, possibilitando o contato e o intercâmbio permanentes entre o meio universitário e o social. A intenção deste projeto é a de ressaltar a importância da preservação de sua memória e de seus patrimônios, desde os seus tempos de Escola de Farmácia e Odontologia até o presente, através de suas manifestações materiais e imateriais. Os benefícios culturais – tanto para o MMP-UNIFAL-MG quanto para Alfenas e Região – são inúmeros. Citaremos aqui os de maior destaque: propiciar ao público, através de suas exposições, relações com a Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG; em relação ao acervo, a pesquisa e a correto acondicionamento e também a acessibilidade da sociedade a este; tornar-se um centro de apoio a museus e centros culturais da Região do Sul de Minas Gerais que visam a preservação e divulgação de suas Memórias e Patrimônios.

Desejamos que todos os afetados durante a execução deste projeto (direta e indiretamente) percebam que Patrimônio, Memória e Museu não são apenas instâncias identitárias de (re) conhecimento de nós mesmos, mas também do Outro, construindo assim laços fortes. O Museu da Memória e Patrimônio ainda está em implantação. É um museu que se propõe a celebrar a memória de uma importante instituição de ensino superior brasileira, e de seus cursos. Sejam os oriundos da década de 1910 ou os mais recentes deste século XXI. Propomos, assim, que o Museu da Memória e do Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas propicie, a partir da execução deste projeto, esta relação entre seus idealizadores e seu público com suas identidades, suas experiências e memórias – que nada mais é que a própria natureza fenomênica do Museu. Baseados nestas premissas, reafirmamos a relevância deste projeto, objetivando despertar o interesse do público, primeiramente, dos docentes e discentes da UNIFAL-MG e em seguida da população externa (Alfenas

⁴ RUSCONI (1998 apud ICOFOM, 1999), ICOFOM LAM. Carta de Coro. ENCUESTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (8). Coro [Venezuela]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano** – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 50.



e Região) para esta relação puramente identitária, a partir do acervo – registro da história e da memória da UNIFAL-MG.

3. Os frutos do projeto: relato de experiências de Antônio dos Reis Lopes

Decidimos, justificando a importância desta experiência, manter na íntegra o relato do Antônio dos Reis Lopes:

“Enquanto acadêmico do curso de Farmácia, eu sempre me interessei pela história e memória do mesmo, bem como da instituição na qual eu estava inserido. Logo no primeiro período, após a apresentação do curso pelo coordenador, fiquei sabendo que a ‘recém criada’ Universidade Federal de Alfenas teve início lá em 1914 com o professor Leão de Faria com a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas e que, afinal de contas, a história da Unifal-MG não era tão recente assim. Sempre me impressionou o fato de a minha Universidade ter começado como uma Escola, ficava pensando o quão impressionante deveria ser a pessoa do Prof. Leão de Faria, que homem de visão ele era, afinal, começar um curso superior em 1914 não era tão fácil, principalmente se pensarmos que estávamos no interior do Estado de Minas Gerais e que Alfenas não era uma cidade tão avançada assim para aquela época. Mas, o mais importante foi que ele conseguiu, e que desde aquela época, embora pequena no espaço físico, a EFOA conseguiu seu espaço no âmbito nacional através da qualidade dos profissionais que aqui formaram.

Assim, eu ia me perguntando a respeito das histórias que haviam ocorrido nestes quase 100 anos de existência e nas mudanças que aconteceram neste período: mudança de endereço ou de prédios, aumento do número de cursos oferecidos, reformas etc. até que um dia conversando com uma professora, hoje já aposentada, indaguei a ela se não havia na Instituição alguém que cuidasse da parte memorial do curso de Farmácia, uma vez que as histórias e memórias da Unifal se convergem com as do curso de Farmácia, foi quando ela me apresentou o Prof. Amon Sérgio Vieira (também já aposentado). Foi o Prof. Amon quem idealizou o projeto de um Museu, e quem guardou o acervo pertencente ao curso de Farmácia e também à memória da Unifal-MG, se não fosse por iniciativa dele o que hoje é memória e patrimônio seria apenas lixo, e como lixo teria sido descartado.

Após uma conversa com o Prof. Amon, este me disse que a Instituição havia contratado uma museóloga e que ele a estava esperando para dar início aos trabalhos



e implantação efetiva de um Museu na Unifal-MG. A minha entrada no projeto de extensão se deu após a chegada da museóloga Luciana Menezes de Carvalho, autora e idealizadora do mesmo. Como eu era acadêmico do curso de Farmácia, a minha participação no projeto se deu através de pesquisa histórica do acervo do curso de Farmácia, quer fosse através de livros, da internet ou através de entrevistas a ex-professores ou funcionários da Instituição, visto que eu já estava familiarizado com a maioria daqueles instrumentos, objetos de laboratórios e livros. Como eu sempre fui muito curioso, quando encontrava uma peça ainda não descrita, perguntava-me para que serviria? como era utilizada? será que ainda funciona? Deixou de ser utilizada porque estragou ou porque ficou obsoleta? E era exatamente isso que eu realizava enquanto bolsista do projeto, uma pesquisa a respeito de como era a prática farmacêutica do início, meio e final do século XX, já que o acervo do Museu é muito rico e apresenta peças raras, muito antigas e outras bem recentes.

A pergunta que eu mais respondia era o que eu, enquanto acadêmico do curso de Farmácia, fazia em um Museu. A resposta era simples, ora, eu pesquisava como era a minha profissão. E o Museu era o lugar perfeito, pois eu tinha acesso às peças, aos livros e as pessoas que poderiam me ajudar. Durante estes anos em que lá estive todas as pessoas que entrei em contato sempre foram muito solícitas, embora não tenha entrevistado todas que eu quisesse pela incompatibilidade de horários ou pelo fato de a pessoa residir em locais distantes, mas não me faltou força de vontade e entusiasmo. Eu sempre pensava na visão que o Prof. Leão de Faria tinha, e por isso não importava quando algumas pessoas diziam “mas porque que você está em um Museu?” ou “você está perdendo seu tempo”, pois o Museu era a oportunidade que eu tinha de ampliar a minha visão, ampliar os horizontes, já que trabalhava em outra área do conhecimento. Durante as aulas teóricas e práticas eu estava inserido na área da Saúde: ciências farmacêuticas; já no momento que eu estava nas atividades do Museu eu estava na área de Humanas: museologia, patrimônio, história etc. Esta realidade me possibilitou uma formação única, com conceitos amplos e diversificados e enriquecidos, que vou levar durante toda a minha vida profissional. Quando eu assim falo, digo-o pelo fato de sempre conversar com outros profissionais farmacêuticos e de outras áreas, da saúde ou não, e eu percebo que na grande maioria eles não conhecem a própria profissão, não sabem como a profissão que escolheram para exercer chegou ao patamar que se encontra hoje. E para sermos bons profissionais, devemos conhecer a nossa profissão, seus acertos e erros. Além da necessidade do



mundo atual de sermos sempre atualizados e atuarmos em um ambiente multidisciplinar, o que sem dúvida foi me permitido enquanto estava no Museu.

Quanto as minhas realizações, confesso que não são muitas e que gostaria de ter saído com o MMP implantado e funcionando a pleno vapor, mas nem tudo é possível. Assim, entre as coisas que fiz, o que mais me chamou a atenção enquanto farmacêutico foram o catálogos das seguintes peças: piluleiro, utilizado para fazer pílulas, uma forma farmacêutica estritamente artesanal; bafômetro da década de 1980, que funcionava através de uma reação química visual e diversos livros da área de saúde com o conhecimento da época, dentre as quais se destacam as Farmacopéias Brasileira (FB), Americana (USP), Portuguesa (FP) e Britânica (BP), pelo fato de serem os Códigos Oficiais Farmacêuticos dos respectivos países, aos quais os profissionais Farmacêuticos devem seguir.

Também não poderia deixar de citar a minha participação na organização de diversos eventos promovidos pelo Museu: Semana Nacional de Museus, que começou em uma pequena sala do Prédio E, que nem existe mais (já é memória) e hoje é um evento de toda a Instituição, Primavera nos Museus, visitas guiadas e a participação no Fórum Nacional de Museus, em Brasília. Estas experiências de execução de eventos são muito enriquecedoras, pois possibilitam o contato com inúmeras pessoas e o intercâmbio de conhecimentos sempre é benéfico, principalmente para mim. Uma vez que o Farmacêutico hoje é, antes de tudo, um profissional da comunicação, devendo levar conhecimentos científicos respaldados a população em geral e ser um referencial; toda e qualquer forma de comunicação e oportunidade de estar à frente é bem vinda, inserindo o profissional em outras realidades sociais”.

4. Considerações finais: um projeto e um museu em um mundo em Transformação

O projeto, iniciado em setembro de 2008, visa a implantação do MMP-UNIFAL-MG, conforme afirmamos anteriormente. Nos últimos anos, com o bolsista Antônio dos Reis Lopes e outros alunos e membros da comunidade externa, desenvolvemos as seguintes atividades: execução e auxílio na elaboração de um plano diretor para este e preparação da divulgação do museu e suas atividades; higienização e acondicionamento de instrumentos; levantamentos de informações básicas e secundárias de objetos que fizeram parte da primeira exposição (procedência, data, uso, fabricação e um histórico do objeto) para registro, catalogação e documentação



básica destes; elaboração de projetos de fomento para Petrobrás, BNDES e Lei Rouanet; e organização dos eventos regulares tais como Semana Nacional de Museus, Primavera dos Museus (ambos na quarta edição, na UNIFAL-MG, em 2012) e Semana Nacional de Ciência & Tecnologia.

Esperamos dar continuidade as atividades regulares do Museu da Memória e Patrimônio e, além disso, delinearemos uma proposta que visa tratar conceitos de Museu, Memória, Patrimônio, atuando numa vertente que dedicasse à Educação Patrimonial. A atuação se daria da seguinte forma: 1) Aplicação de questionários sobre estes conceitos; 2) Apresentação de *workshops* sobre estas temáticas, incluindo os eventos anuais; e 3) apresentação de oficinas em escolas do município. No entanto, nosso objetivo é que tal proposta seja pensada e construída em conjunto com os participantes, apenas utilizando as vertentes levantadas acima como base, porém não definitivas. Ainda não foi estabelecida – de forma firmada – uma parceria com a Secretaria de Educação e Cultura de Alfenas, mas esta será feita no momento que a proposta for delineada e aprovada pelo Conselho Consultivo do MMP-UNIFAL-MG.

Museus devem considerar os embates e demandas da contemporaneidade para conduzirem suas vertentes de atuação: sem diálogos, espaços de discussão e participação dos principais interessados na preservação dos patrimônios que compõem suas coleções não é possível um justo, coerente e correto fazer museológico. Este projeto, acima de tudo, se propõe a ser uma ponte: uma ligação entre o MMP-UNIFAL-MG e seus principais interessados. Num mundo cada vez mais cambiante, museus precisam estar atentos às mudanças, mas sempre buscando valorizar os laços, espaços e fenômenos que constituem as identidades e memórias das comunidades a que pertencem – mesmo que estas instâncias também se reconstruam e se recriem ao longo do tempo.

Agradecimentos

À Pró-Reitoria de Extensão; ao Prof. Dr. Claudio Carlan; aos (ex)alunos: Antônio dos Reis Lopes, Beatriz Ribeiro, Eloíse I. B. David, Edvânia M. Antenor, Francielle Penna, Karolini de F. Mota, Janaína Franco, Jeâni Landre Rosa, Maria Luzia Mariano, Nalva Aparecida Martins e Rita Codignole; e aos membros da comunidade externa: Agueda B. de A. Novais, Gilmar A. de Carvalho, Jorge O. R. de Carvalho e Rosalia M. de Carvalho.



Referências

- CARVALHO, Luciana Menezes de. **Em direção à Museologia latino-americana**: O papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2008. 107p. Orientadora: Tereza Scheiner.
- GORGAS, Mónica Risnicoff de. Desafíos profesionales para el futuro dos museos. In: WORKSHOP MUSEOLOGIA COMO CAMPO DISCIPLINAR. **ICOFOM LAM**, Rio de Janeiro, Brasil, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, março 2008. pré-ed. Não paginado.
- ICOFOM LAM. Carta de Coro. ENCUESTRO DEL COMITÉ REGIONAL PARA A AMÉRICA LATINA Y CARIBE / ICOFOM LAM (8). Coro [Venezuela]. In: **El pensamiento museológico latinoamericano** – los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: ICOFOM LAM, 2006. p. 49-54.
- SCHEINER, Tereza. **Apolo e Dionísio no templo das musas** – Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. 152 p. Orientador: Paulo Vaz.
- _____. As bases ontológicas do Museu e da Museologia. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA, FILOSOFIA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **ICOFOM LAM**, Coro, Venezuela, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 1999. p. 133-164.
- _____. **Imagens do não-lugar**: comunicação e os novos patrimônios. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Museologia e Patrimônio Intangível: A experiência virtual. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. **ICOFOM LAM**, Montevideu, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, 2001. p. 214-224.
- SOARES, Bruno César B. Experimentando o Museu: A Museologia como campo disciplinar. In: WORKSHOP MUSEOLOGIA COMO CAMPO DISCIPLINAR. **ICOFOM LAM**, Rio de Janeiro, Brasil, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, março 2008. pré-ed. Não paginado.



O MULTIFACETADO PATRIMÔNIO BRASILEIRO: RAÍZES DESCONHECIDAS

Mickaela Schwab Muniz¹

Cláudio Umpierre Carlan²

Resumo

O presente trabalho tem a intenção de expor os remanescentes de uma de uma antiga cultura, que não deixa de ser uma das mais influentes da nossa própria. Será a constatação da existência de raízes, desconhecidas por grande parte da população, mas que ao mesmo tempo são tão presentes, mesmo que diluídas e incorporadas por outras tradições ao longo do tempo. Mais do que simplesmente expor, será tratada a importância da construção de uma Identidade Nacional a partir dos Patrimônios Históricos tangíveis e intangíveis e a grande presença do Patrimônio Imaterial provindo da cultura Celta no imaginário e nas tradições do povo brasileiro, mostrando o quanto o reconhecimento desses povos é importante no reconhecimento do próprio Brasil como nação.

Palavras-chave: Patrimônio intangível. Identidade Nacional. Raízes Celtas.

Abstract

This paper aims to expose the remains of one of an ancient culture that is nevertheless one of the most influential of our own. Is the finding of roots, unknown to most of the population, but the same time so present, even being dissolved and incorporated by other traditions along the time. In addition to simply expose, will be treated the importance of building a national identity from the tangible and intangible Historical Heritage and the large presence of the Intangible Heritage coming from the Celtic culture into the imaginary and traditions of the Brazilian people, showing how the recognition of these people is important to recognize as a nation of Brazil itself.

Keywords: Intangible Heritage. National Identity. Celtic Roots.

¹ Pesquisadora do Grupo de Estudos Península Ibérica: da Antiguidade tardia à Reconquista, Universidade Federal de Alfenas. E-mail: mickaela.schwab@gmail.com.

² Professor Adjunto de História Antiga do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal de Alfenas. E-mail: claudiocarlan@yahoo.com.br.



1. Introdução

Todos nós, como seres humanos, procuramos uma identidade. Observa-se isso individualmente, por exemplo, uma pessoa que cresceu com pais adotivos ter quase que necessidade em saber sobre seus pais biológicos, numa ideia de descobrir suas origens, de procurar referências de si própria. Segundo ERIKSON (1972), a construção da identidade individual ocorre principalmente na adolescência e muitas vezes é precedida de rebeldia contra alguma instituição (seja a família, seja a escola ou a sociedade como um todo). De modo geral, essa identidade parte dos valores infantis (STEPHEN, FRASER & MARCIA, 1992) e é confrontada com outros diversos valores apresentados ao adolescente, causando o que MARCIA (1966) chama de crise ou exploração, seguida do comprometimento (que indicaria o processo de solidificação de cada aspecto da identidade em construção).

Esse processo de construção de identidade pode ser comparado ao de construção de uma identidade nacional, transferindo os conceitos individuais para o âmbito do coletivo. Podemos associar a infância ao período da Antiguidade Clássica, a qual RENAN (1997) afirma a inexistência do conceito de nação para os povos (entendida como individualidade histórica). Após esse período há entrada do Romantismo na Idade Média, que ainda não tinha como característica a formação de identidades, mas se formavam as referências e se construía o alicerce para que, no Renascimento, época em que as mudanças ideológicas começam a procurar independência, desvinculação do que não se sente como próprio, fosse explorada o conceito de nacionalidade. Confirma isso RENAN (1997), dizendo que o nacionalismo moderno surge no Romantismo, inicialmente baseado nas ideias de Rousseau que, identificando a Revolução (Francesa) com a nação, declara que o amor à pátria é o meio mais seguro de ser um bom cidadão. Na Europa, as guerras empreendidas por Napoleão Bonaparte transformam o mapa político, contribuindo para a emergência de novos Estados inspirados, de um lado, nas ideias revolucionárias e, de outro, nas tradições culturais e folclóricas de povos que descobrem a sua consciência nacional e desejam conquistar um lugar entre as nações.

Portanto, é principalmente com a Revolução Francesa que a construção de identidades fica exposta ao mundo. A ideia de “nação” é erguida, que, no caso dos franceses, significava “ser francês” (assim como para o alemão seria “ser alemão”, e assim por diante). Esse conceito coletivo pode ser comparado ao que foi dito por KIMMEL & WEINER (1998) com relação a indivíduos: “quanto mais desenvolvido o



sentimento de identidade, mais o indivíduo valoriza o modo como é parecido ou diferente dos demais”.

O povo, necessitado então de “ter um comprometimento” com sua nacionalidade (fazendo analogia ao conceito de MARCIA (1966) com relação a indivíduos), o Patrimônio é posto em pauta, como objeto de importância, feito para ser preservado, como representante das identidades das nações. Entretanto, essa ideia de patrimônio surgiu do que existia de material, como construções, monumentos, obras. O que negligenciava o mais importante no quesito patrimônio: o intangível. É o mais importante, pois sem a memória, sem o significado atribuído, sem o simbolismo, sem a narração, nenhum patrimônio material faz sentido a uma população, se torna obsoleto. Uma nação é constituída principalmente de seu povo, não apenas da elite, e segundo COSTA & CASTRO (2008), o Patrimônio Material (igrejas, construções arquitetônicas, monumentos) representavam principalmente a elite. Assim, na própria Revolução Francesa, os líderes desta “precisavam criar novos símbolos nacionais e novos hábitos que pudessem construir o próprio cidadão” (FUNARI & PELEGINI, 2006). No caso dessa época era necessária a criação de novos símbolos por estarem justamente fazendo a revolução contra valores que os reprimiam, mas muito do que foi usado para construir o “ser francês” foi provindo do próprio povo.

E assim o Patrimônio Imaterial passa a ter importância e a ser protegido, o que significa que os hábitos e costumes, as credences e festas populares, as histórias, os mitos, as danças, entre outros quesitos que caracterizam um povo, estariam sendo preservados também (SCIFONI, 2003).

No caso de nós, brasileiros, também procuramos uma identidade, como todos os outros países. Mas no caso de uma nação tão heterogênea como a nossa, resgatar nossas raízes é um trabalho mais árduo. Apesar de termos uma noção de identidade brasileira (onde nos vemos como uma mistura de diversos povos e culturas), há muita coisa que não fazemos ideia de que faz parte da nossa identidade. Além disso, não se sabe que muito da nossa cultura já é o remanescente de outra cultura anterior que foi modificada e/ou adaptada, o que nos leva à construção de uma identidade incompleta.

2. Um mundo em transformação, um Brasil em busca de sua identidade

É interessante a procura pelas reais raízes da nossa cultura, o que implica em um estudo mais aprofundado e livre de preconceitos. “Ser brasileiro” não é tão simples assim. O Patrimônio Material do nosso país é bem diverso, mas é o que é. O



intangível do nosso patrimônio é que nos faz tão diferentes, mas não o conhecemos. Já temos grande parte da cultura europeia como raiz, além da cultura africana e indígena. Essa mistura nos faz únicos, mas de onde vem tudo isso? Só a cultura europeia já é uma grande mescla de diversas outras.

O mundo está numa transformação que abrange todos os aspectos da vida humana: religião, cultura, hábitos diários, política, economia, tecnologia. As pessoas perderam o contato com a essência delas, e a consciência disso surgiu, de acordo com PINHEIRO (2004) (*apud* COSTA E CASTRO, 2008), em 1980 quando o Ocidente passou a atribuir maior valor ao passado, em forma de recordação total, resgate de antigas tradições e até mesmo por lutas em prol da conservação dos patrimônios da humanidade tangíveis e intangíveis. Se antes tentávamos construir uma identidade, hoje queremos conhecê-la de toda maneira, resgatá-la, fazê-la parte de nossas vidas, do nosso cotidiano. Por isso, é importante que esses pedaços de cultura perdidos sejam reagrupados e estudados.

Portanto, esse é o propósito deste trabalho: mostrar uma pequena parte das nossas raízes, no caso as Celtas, que, levando em consideração o texto de VIANNA & TEIXEIRA (2008), provavelmente foi negligenciado, e se não podemos dizer escondido, ao longo dos anos por questões políticas e religiosas.

A Cultura Celta é de extrema importância na sociedade humana como a conhecemos. É a raiz de uma grande região na qual vivia a sociedade Europeia, que é carregada até hoje, intrínsecas na cultura ocidental, inclusive no nosso país.

A história sobre os povos celtas são, ainda hoje, pouco analisados pela sociedade brasileira. Poucos conhecem até mesmo a existência desses povos antigos que viveram na Europa primitiva (existência a qual resistiu séculos, até mesmo com as diversas guerras que sofreram), e sabem muito menos da gigantesca bagagem cultural, simbólica, mitológica e religiosa que deixaram e que nos influencia até hoje. Os Celtas tiveram grande participação na história da humanidade, além de serem parte importante na história do Império Romano, cujos acontecimentos de tal época influenciam o mundo nos dias de hoje e continuará influenciando ao longo da História.

3. Mas, quem eram os Celtas?

É nítida a variedade e a discordância de opiniões com relação ao povo Celta. Sejam historiadores ou não, arqueólogos ou não, há inúmeras versões sobre sua



sociedade, seus costumes, sua cultura em geral. Portanto, esse texto nada mais é que uma tentativa de reunir as informações confiáveis mais aceitas entre especialistas, mantendo assim o embasamento arqueológico, os fatos históricos e o pensamento lógico como alicerce, usando as visões líricas apenas para comparações e esclarecimentos.

Começando por definir o termo “Celta”, eram povos da Europa que compartilhavam cultura, língua, costumes, religião, entre outras coisas. Isso por serem provenientes de uma elite intelectual e guerreira que surgiu por volta de VI a.C., fixou-se na região da França à Áustria e “celtizou” os povos daquela região. Os relatos romanos, que são os mais abundantes dos escritos contemporâneos sobre os Celtas, referem-se a eles como bárbaros. O termo bárbaro teria como significado povo não-romano, que não fala a língua romana e não compartilha sua cultura. Alguns os viam como caçadores de cabeças, outros como nobres selvagens, livres da corrupção da civilização (MARKALE, 2008).

Entra, então, em contrapartida com o que lemos em livros religiosos. Na visão típica dos livros de magia e de ficção, os Celtas aparecem como herdeiros de Atlântida, todos sábios e conhecedores da natureza, magos poderosos com vestes brancas preparando poções em rituais e mulheres nuas de cabelos compridos dançando em volta de uma fogueira. Enquanto isso, os cristãos (que herdaram um bocado dessa “religião pagã”) os vêem como satânicos, adoradores do demônio e os queimam em fogueiras (SANTOS, 2012).

Mas, chegando ao ponto, passemos ao que foi observado por historiadores e arqueólogos sobre sua sociedade e cultura.

Os Celtas viviam em tribos independentes umas das outras, e segundo HUBERT (1957), foram os pioneiros na agricultura e no pastoreio na região da Europa Ocidental e Central. Foram também os primeiros a dominar o cavalo e a desenvolver técnicas para manusear o ferro e outros metais, inclusive preciosos. O celta é a língua mais antiga nessa mesma região e acredita-se que a maioria das cidades e fronteiras hoje conhecidas foram definidas pelos Celtas. Além disso, suas construções foram antecedentes dos antigos castelos e o conceito de moeda como meio de pagamento também foi introduzido pelos Celtas (MARKALE, 2008).

Com relação à organização social, viviam sob a orientação de um líder e havia a elite guerreira, os druidas e os homens livres. A elite guerreira tinha muita importância na sociedade, sendo isso evidenciado em tumbas em que tais guerreiros



eram enterrados com ornamentos em metais preciosos e com seus armamentos (MARKALE, 2008). Os druidas eram os intelectuais e religiosos que muitas vezes também exerciam a função de guerreiros (LIMA & TACLA, 2008). A confecção de roupas e armas, a manufatura de ornamentos, o pastoreio e a agricultura, entre outras funções do dia-a-dia eram de responsabilidade dos homens livres. Não tinham a concepção de escravidão na sociedade, mas seus prisioneiros de guerra eram tratados como servos (BREKILIEN, 2004).

No que diz respeito à cultura, a incrível habilidade com os metais é vista em artefatos encontrados em sítios arqueológicos, como jóias de ouro e espadas de ferro (SANTOS, 2012). Outros artefatos, como ânforas de cerâmica e caldeirões de ferro são mais exemplos de sua exímia arte. Além disso, produziam sua própria cerveja e uma bebida fermentada à base de mel chamada hidromel. Suas roupas eram feitas de linho e couro e no inverno utilizavam a lã. As casas eram redondas, feitas de madeira e pedras cobertas de sapé, simples, mas com grande preocupação com a decoração. Tiravam seu sustento da agricultura e do pastoreio e complementavam com a caça e a coleta de outros alimentos, como frutas. O comércio é aderido pelos celtas também, sendo evidenciado por achados arqueológicos de origem em outras regiões (HUBERT, 1957).

Eram um povo com, no mínimo, admiração pela natureza. Sua religião era centrada na natureza e suas atitudes mostravam respeito por esta. Uma das coisas que faziam era dividir a tribo quando chegava a certa quantidade de pessoas e então uma parte migrava para outra região, evitando a superpopulação e os efeitos disso sobre a natureza (LIMA & TACLA, 2008).

Sobre seu dia-a-dia há poucas informações, já que não registravam nada de sua cultura de forma escrita, tendo o hábito de passarem as coisas em forma de músicas e histórias. Sendo assim, é um trabalho que deve mesclar vários aspectos, como a arqueologia, os relatos históricos de outros povos, antropologia, filologia, numismática, entre outros estudos que possam levar a montar sua vida de forma fiel ao real (BACCEGA, 2012).

4. Os Remanescentes da Cultura Celta no Brasil

Para tanto, no entender de uma sociedade e sua cultura, é conveniente que se conheça seus mitos. A mitologia judaico-cristã tem grande influência no que somos hoje, pois foi adotada como religião oficial por Roma, que dominava praticamente toda



a Europa e cuja civilização foi a base para a construção de nossa civilização ocidental (SQUIRE, 2003). Entretanto, nunca é comentado que durante o domínio de Roma, os dominados eram povos, inclusive Celtas, com sua própria cultura e costumes enraizados, muitas vezes milenares e que precisaram ser incorporados e adaptados pelos romanos para que o objetivo de conversão (e que inclusive era visto na época como “civilizar” os povos bárbaros, pois para os romanos, tudo que fosse alheio à própria cultura era considerado não civilizado) daqueles povos fosse alcançado (DONNARD, 2012).

Roma constrói seu grande Império, e assim começa o processo de cristianização de todos os povos que haviam dominado. Entretanto, tais povos ofereceram resistência na aceitação de outra cultura, outras crenças, sendo evidente que a abordagem para cristianizar deveria ser indireta. Assim, foi adotada uma medida de incorporação, em que anos e anos foram esperados para que ocorresse uma adaptação das crenças daqueles povos aos padrões cristãos, tantos anos que as pessoas passaram a se esquecer do que havia antes, até mesmo a criar certo preconceito para com o paganismo, conforme lhes ensinavam que todas aquelas antigas crenças e tradições eram “pecaminosas” (MARKALE, 2008).

Primeiro a tentativa de substituir a Deusa por um Deus, o que não foi tão bem sucedido em princípio, pelo simples motivo que a figura feminina era extremamente forte na cultura celta. Para isso, foi adotada a figura de Maria como a Grande Mãe, o que não foi só bem aceito, como até hoje ela é um arquétipo de grande influência no catolicismo. A figura masculina do panteão celta, o Deus Cornífero não poderia ser incorporado ao cristianismo por ser de uma aparência não aceita. Entretanto, as pessoas não parariam de cultuá-lo, o que fez com que fosse incorporado, mas de outra forma: aos poucos as pessoas passaram a acreditar que ela era a figura do mal, o demônio, o que traz até os dias de hoje a ideia de o demônio ser uma entidade de aparência assemelhada a um carneiro, com chifres (SQUIRE, 2003).

Essa incorporação avessa ajudou o cristianismo a afastar as pessoas do culto pagão, porém sem negar a existência do antigo deus, e instalou-se o medo nas pessoas da nova entidade. O curioso é que o Deus Cornífero celta parece ter sido dividido em duas figuras: o próprio demônio, com sua faceta maligna, e Deus, com sua faceta benigna. O que evidencia essa divisão é o medo que as pessoas tinham (que muitas vezes ainda o têm), provindo de vinham de ambas as facetas. Aprende-se a temer a Deus e ao Diabo, mesmo que cada medo tenha uma característica diferente.



E não foram apenas as figuras principais da Antiga Religião que foram substituídas por figuras cristãs. Diversos deuses do panteão céltico foram incorporados à nova religião em forma de santos, pelo mesmo motivo que se incorporou o Deus Cornífero: as pessoas se identificavam com deuses específicos, e não seria o novo Imperador, ou qualquer suposta nova autoridade que os fariam deixar de acreditar e cultuar suas entidades. Um forte exemplo é de Santa Brígida, muito cultuada no cristianismo em certos lugares (principalmente na Irlanda, como sua padroeira, mas é popular até mesmo no Brasil, onde encontramos uma cidade na Bahia chamada Santa Brígida), e que antes de ser cristianizada era conhecida como *Brighid*, uma deusa extremamente importante no panteão celta, filha de *Dagda*, mãe de *Ruadán* e fazia parte dos *Tuatha Dé Dannán* (SQUIRE, 2003).

É importante ressaltar que a cultura de um povo não é constituída apenas do imaginário, das crenças, do panteão, mas também dos costumes, tradições, celebrações. Os celtas, por terem uma forte ligação com a Natureza, juntamente com uma profunda veneração por ela, tinham o hábito de celebrar suas fases, principalmente por agradecimento às suas dádivas. E há diversas dessas celebrações que tiveram de ser incorporadas ao cristianismo, pois eram a identidade desse povo, que não podia ser proibida de ser exercida, muito menos tomada e substituída. Assim, temos os sabás³ principais dos celtas sendo mantidos e festejados (MARKALE, 2008).

Beltane se tornou a tão conhecida Festa Junina. Isso é fato, pois, na tradição celta, havia a construção de fogueiras as quais as pessoas dançavam ao redor, primeiro sozinhas, depois formando pares que escolhiam para aquela noite em especial. Era uma festa que celebrava a fertilidade, a união do Deus com a Deusa. E a tradição se repete até os dias de hoje: dançamos ao redor de uma fogueira a dois, e ao final da dança há a celebração de um casamento fictício. A diferença é que não celebramos mais o Deus e a Deusa, mas Santo Antônio (GARDNER, 1954).

Outra celebração tradicional era o Samhain, que na verdade era o Ano Novo Celta, dia no qual acreditavam que as portas do outro mundo eram abertas e os vivos e mortos podiam transitar e se reencontrar. Hoje temos o Halloween, ou Dia das Bruxas, que não é uma celebração cristã, mas é bastante influente, e é vista como a noite em que as pessoas se vestem de fantasias macabras, lembrando os mortos e entidades consideradas pela igreja no mínimo malignas (GARDNER, 1954).

³ Sabá (ou *Sabbath*), nesse texto, é o nome dado aos festivais sazonais celebrados pelos povos antigos praticantes do Druidismo.



A Páscoa também é uma celebração originalmente pagã, tipicamente celta, chamada Ostara, ou Eostre, nome de uma de suas deusas, representando a fertilidade e a fartura. Eostre dará origem à palavra inglesa Easter, traduzindo, Páscoa. As antigas tradições já traziam o símbolo do coelho pra esta celebração, pois é a festa que comemora o início da primavera, época em que os coelhos se reproduziam muito naquelas regiões, e portanto, havia muita fartura. Além dos coelhos, aves também se reproduziam, o que significa fartura de ovos na alimentação. Assim, por meio de observação simples da natureza, o povo celta decorava os ovos que colhiam para representar a época alegre e colorida (por causa das flores) em que estavam (GARDNER, 1954).

O Natal também faz parte dos remanescentes culturais celtas. Para eles a celebração se chamava Yule e era o Solstício de Inverno. Na verdade se tratava mais de uma época escura, fria, sem muita fartura, sem muita vida. Assim, as tradições eram celebrações em forma de oferendas. Tinham o hábito de decorar árvores, em celebração à morte do Deus, além de lhe oferecer carnes fortes, grãos e pão, que era o que tinham como guardar por longos períodos, num intuito de alegrar o Deus e lhe dar motivos para renascer e trazer fartura novamente. O cristianismo colocou o Natal como o dia do nascimento de Jesus, que renasce, assim como o Deus, havendo certa identificação (GARDNER, 1954).

Além das festividades de um povo, a forma como eles encaram a vida também fazem parte da cultura deles. Os celtas tinham crenças (que muitas vezes até se tornavam tradições), como, por exemplo, a “Busca” (DONNARD, 2012). A Busca, geralmente apresentada como uma experiência individual, jornada ou percurso individual da alma que concorre para o aperfeiçoamento do Ser, que para realizá-la percorre caminhos cheios de obstáculos. Nos textos não cristianizados, esses obstáculos estão relacionados à incapacidade do Ser, já nos textos cristianizados eles dizem respeito à culpa. (AMIM, 2006) Como é possível perceber, essa concepção de busca foi incorporado ao cristianismo, mesmo que com outra conotação, além de haver uma história que se trata essencialmente de uma busca, a do Santo Graal.

Há ainda mais um elemento comum: nas estórias galesas e irlandesas, geralmente, as mulheres têm a função de lidar com os feitos sobrenaturais, pois na maioria delas tal função é uma especialidade feminina (AMIM, 2006) Essa importância feminina foi invertida pelo cristianismo, tornando nossa sociedade patriarcal, entretanto continua presente, e pode ser vista em Eva: a figura pecadora, detentora da malícia e da sedução continua sendo feminina.



5. Considerações Finais

Há diversos outros aspectos que devem ser considerados em estudos de remanescentes da cultura celta no Brasil, e o maior desafio seria trazer todo esse conhecimento à tona e o popularizar, sem que houvesse grande choque com a religião dominante do país. Entretanto, fica claro que para construir uma verdadeira identidade brasileira, para realmente sabermos o que é “ser brasileiro”, esse pedaço de cultura deve ser estudado, no mínimo conhecido por todos.

Para tanto, é importante ressaltar que esse escrito é um ensaio para uma ação extensionista que possui a finalidade de expor e debater justamente essas questões, e a importância do resgate das diversas facetas do nosso Patrimônio Histórico, da reconstrução da nossa história, do reconhecimento do multiculturalismo que o Brasil possui, e por fim, da moldagem de uma Identidade um pouco mais completa.

Referências

- AMIM, MÔNICA. **A Narração como elemento seminal na construção da Identidade Nacional**. História e Perspectivas, vol. 34, p. 15-48. Uberlândia, jan. - jun. 2006.
- BACCEGA, M. **Entre Celtas e Germânicos: a odisseia de Arthur no imaginário Medieval**. Revista Brathair, volume 7, p. 3-27. Disponível em: <www.brathair.com>. Acesso em: Março/2012.
- BREKILIEN, Y.; KRUTA, V.; TREGUER, M.; MARKALE, J. **Revista História Viva: Celtas emergem das brumas do passado**. Maio/2004.
- COSTA, M. L.; CASTRO, R. V. **Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias?** Estudos de Psicologia, p. 125 – 131. UERJ, 2008.
- DONNARD, A. **As origens “Celtas” do mito Arturiano, partes I e II**. Em: História & História. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em: Março/2012.
- ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FEITOZA, P. F. B. **Patrimônio Cultural da Nação: Tangível e Intangível**. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_2/Artigos_Professores/Paulo%20Feitoza.pdf>. Acesso em: Março/2012.
- FUNARI, P. P.; PELEGINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GARDNER, G.G. **Witchcraft Today**. Editora Citadel Press. 1954.
- HUBERT, H. **Los Celtas desde La época de La Tène y La Civilización Celta**. Editora Uteha, 1957.
- KIMMEL, D. C.; WEINER, I. **La adolescencia: una transición del desarrollo**. Barcelona: Ariel, 1998.
- LIMA, A. C. C.; TACLA, A. B. **Experiências Politeístas**. Cadernos do CEIA, n. 1, 28 p. Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ, 2008.
- MARCIA, J. E. **Development and validation of ego-identity status**. Journal of Personality and Social Psychology, 3, 551-558, 1966.
- MARKALE, J. et al. **Grandes Temas: Celtas**. A história real de um povo lendário. Revista História Viva, edição especial temática n. 11, p. 6-63. 2008.
- RENAN, E. **O que é uma nação**. In: ROUANET, M. H. Nacionalidade em questão. Universidade do Rio de Janeiro: IL, 1997.



- SANTOS, D. V. C. **Quem são os Celtas?** Em: História & História. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br>>. Acesso em: Março/2012.
- SCIFONI, S. **Patrimônio Mundial:** do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. GEOUSP, Espaço e Tempo, Número 14. São Paulo, 2003.
- SQUIRE, Charles. **Mitos e Lendas Celtas:** Rei Arthur, deuses britânicos, deuses gaélicos e toda a tradição dos druidas. Editora Nova Era. Rio de Janeiro, 2003.
- STEPHEN, J.; FRASER, E.; MARCIA, J. E. **Moratorium-achievement (Mama) cycles in lifespan identity development:** value orientations and reasoning system correlates. Journal of Adolescence, 15, 283-300, 1992.
- VIANNA, L. C. R.; TEIXEIRA, J. G. L. C. **Patrimônio Imaterial, Performance e Identidade.** Revista Concinnitas. Ano 9, volume 1, número 12, julho 2008.



A MUSEOLOGIA E OS PARQUES NACIONAIS

Elisama Beliani¹

Resumo

A abordagem do meio ambiente pelo museu traz à tona a universalização da sensibilidade ecológica e define uma Museologia que prioriza a relação ampla do homem com a natureza e o mundo em transformação que trazem novos desafios e por consequência novas inspirações. O tema Meio Ambiente e suas relações possíveis com o humano foi introduzido muito timidamente no campo disciplinar da Museologia. O trabalho dos museus frente ao patrimônio natural fundamenta-se numa proposta ética de construção do futuro através da transformação do presente – que inclui pensar e trabalhar a representação do patrimônio como bem comum. A Museologia pode contribuir para a construção de sujeitos conscientes de suas demandas sociais, culturais e ambientais; e que proporciona a cada indivíduo o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca.

Palavras-chave: Museologia. Parque Nacional. Patrimônio.

THE MUSEOLOGY AND THE NATIONAL PARKS

Abstract

The approach of the environment by the Museum brings to the fore the universalization of ecological sensitivity and sets a Museology that prioritizes the broad relationship between man and nature and the changing world that bring new challenges and consequently new inspirations. The theme of the Environment and its possible relations with the human was introduced very timidly in the fields disciplinary of Museology. The work of museums outside the natural heritage is based on an ethical proposal to build the future through the transformation of the present - this implies thinking and representing heritage as an asset. The Museology can contribute to the construction of subject conscious of their social, cultural and environmental demands; and that gives each individual the knowledge and awareness of oneself and the environment that surrounds him.

Keywords: Museology. National Park. Heritage.

¹ Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).



1. Introdução

A partir do final do século XX, e mais intensamente neste início do século XXI, observa-se um aumento de interdependência entre os saberes e os campos disciplinares. O que antes era fechado em um único olhar, agora pode ser visto e analisado por vários campos que se complementam. Além disso, é preciso uma aproximação com a sociedade, para esclarecer e agregar conhecimentos em busca de mudanças expressivas e efetivas dos problemas emergentes da humanidade.

Na verdade, os problemas de nossa época não podem ser entendidos isoladamente, mas devem ser analisados numa teia de relações. É imperativo fazer compreender a necessidade de preservar as comunidades de vida² existentes no planeta. Os movimentos que levam à compreensão desta necessidade podem ter a contribuição de diversos campos, inclusive da Museologia. Não há dúvida de que a demanda ambiental, sua conservação e as questões direcionadas à humanidade se tornaram tema a ser discutido por todos os atores sociais, seja pelas mudanças provocadas pela ação humana sobre a natureza, seja pela resposta que a natureza dá a essas ações.

O presente artigo, resultado da pesquisa de dissertação de Mestrado³, tem a finalidade de trazer à discussão a relação entre a Museologia e o Meio Ambiente, destacando as contribuições do campo museológico para a conservação dos Parques Nacionais, um exemplo de representação do museu de território.

2. A preocupação da Museologia com as transformações sociais

A Museologia como campo científico, com seu espaço próprio de pesquisa, análise e sistematização, visa “à preservação e uso da herança cultural e natural” (MENSCH, 1994, p.3). Sabe-se que os museus têm adquirido, nas últimas décadas, um novo papel perante a sociedade – o de refletir sobre o passado, o presente e o futuro – e trabalhar para a formação da sociedade; neste caso, social, política e ecologicamente, colaborando com a mudança de consciência dos indivíduos sobre as sua experiência de mundo.

De Varine (1987) enfatiza que, nos anos de 1970, “o papel tradicional do museu estava sendo questionado” na França e em todo o mundo; havia o desejo da

² Este termo é utilizado no documento *A Carta da Terra* (2000) cujo projeto começou como uma iniciativa das Nações Unidas (ONU), mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil, conhecida hoje como a carta dos povos.

³ A dissertação de Mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.



busca de novos desafios para a redescoberta do papel do museu perante a sociedade. A partir da valoração do patrimônio comum, que é a vida, observamos que esta tem tomado um novo sentido para todos nós, inclusive para a Museologia. Com a Conferência ocorrida em Estocolmo em junho de 1972, a Museologia intensifica sua preocupação pelos problemas ligados ao desenvolvimento social, principalmente, no que se refere o homem e a conservação da natureza. Verifica-se assim, uma mudança de paradigma para o trabalho em museus.

A formalização destas novas ideias ocorre na Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo, promovida pelo ICOM/UNESCO, conhecida por Mesa Redonda de Santiago de Chile, ocorrida em maio de 1972. Foi uma discussão pontual no que se refere ao papel ativo dos museus nas questões sociais, econômicas e culturais, por meio de ações educativas. Este evento gerou a Declaração de Santiago do Chile, que trata da necessidade de os museus tomarem consciência de sua responsabilidade social e recomenda que sejam buscadas soluções para que atuem como transformadores sociais, condição essencial para sua integração à vida em sociedade. Enfatiza-se, assim, a função social dos museus - já preconizada pelo ICOM desde a década de 1950 e reiterada nas conclusões da Conferência Geral de Museus de 1971⁴, mas ainda pouco percebida pelos profissionais de museus em sua totalidade. Neste evento se desenvolveu também um novo conceito, o **Museu Integral**.

O conceito de Museu Integral é simples e ao mesmo tempo complexo, pois enfatiza a missão social dos museus e seu compromisso com o desenvolvimento das populações. Este é parâmetro conceitual para o trabalho do museu com os parques nacionais onde se organizam análises interdependentes entre todos os fatores que fazem parte do território. Para Scheiner (2004, p.6) o conceito de **Museu Integral** implica no reconhecimento do museu como

instância de proteção e uso controlado de todo um território, do substrato natural às manifestações tangíveis e intangíveis dos grupos culturais ali estabelecidos, considerados em extensão e em historicidade, o museu integral é uma das mais abrangentes propostas modernas de conciliação entre Natureza e Cultura.

Nas duas últimas décadas do século XX, a Museologia, impulsionada pela CNUMAD aborda em 1992 no I Encontro Regional do ICOFOM-LAM, em Buenos

⁴ Segundo Scheiner (2009) em 1971, a 9ª. Conferência Geral de Museus, realizada em Grenoble, França (data, portanto anterior à conferência de Santiago), já se afirmava que “os museus devem estar, em primeiro lugar, a serviço da humanidade”; e que “o principal desafio dos museus é a educação e a transmissão de informações e conhecimento, por todos os meios disponíveis”. SCHEINER, T. Repensando el Museo Integral: del concepto a las prácticas. Conferência. ICOFOM LAM 2009. Santiago, Chile, nov. 2009. Inédito em espanhol. [Grifo da autora]. Tradução nossa.



Aires, Argentina, o tema o tema *Museus, Sociedade e Meio Ambiente Integral*. Passa, então, a tratar sistematicamente da relação humano-território em busca de soluções para o futuro, com reflexos nas políticas e diretrizes de ação que se desdobram no presente século. Assim, o campo da Museologia incorpora o estudo sobre as

relações entre o fenômeno Museu e as suas diferentes aplicações à realidade, configuradas a partir das diferentes visões de mundo que cada sociedade elabora, no tempo e no espaço. Fazem parte do estudo da Museologia as análises de conjuntura, desenvolvidas a partir de uma visão transdisciplinar, que interliga as diferentes visões da natureza, da cultura e do homem apresentadas pelos demais campos do conhecimento – a antropologia, a sociologia, a ecologia, a economia, a ciência política (SCHEINER, 2005, p.116).

Este caráter transdisciplinar, característico da Museologia, lhe consagra um *status* sistêmico e diverso, que se ajusta às ideias de Shiva (2003, p.17) quando a mesma discursa sobre a diversidade como “alternativa à monocultura⁵, à homogeneidade e à uniformidade”. Da mesma forma, Maure (1995, p.129) destaca que “o novo museu prioriza a visão interdisciplinar e ecológica; ênfase voltada para as relações entre o homem e seu meio ambiente natural e cultural”. No mesmo texto, o autor ainda define a Museologia como “uma ciência que tem como objeto de estudo o papel dos museus nos fenômenos de constituição e de representação de um patrimônio”. **O campo disciplinar da Museologia amadurece na diferença**, e na urgência de novos modelos de ação, possibilitando a complementariedade, enquanto representação e interpretação do Real.

Como um processo dinâmico, complexo e social, o museu se auto organiza frente às necessidades de uma sociedade em constante mudança, desenvolvendo um trabalho ligado às questões emergentes da sociedade. Sendo a Museologia uma ciência social⁶ e interdisciplinar, o museu, conseqüentemente, passa a ter um papel social que vai além da interação que ocorre na visita pública. A relação da museologia com a sociedade contemporânea é um projeto integral em quatro pilares: pesquisa, documentação, preservação e comunicação (Figura 1).

Na defesa de valores contemporâneos, o museu se alinha à preocupação científica, tecnológica e comunicacional. A partir da comunicação o museu abarca um vasto campo de pensamento e ação assumindo um papel importante para a interpretação da cultura; neste caso, da educação do homem no fortalecimento da diversidade e na conscientização para a qualidade e conservação da vida. Neste caso

⁵ Vandana Shiva é física, filósofa, ecofeminista e ativista ambiental da Índia. Em seu livro *Monoculturas da Mente*, defende que as monoculturas não são apenas maneiras de usar a terra, mas também de pensar e de viver.

⁶ MAURE, Op. Cit.



a musealização dos Parques Nacionais Brasileiros devem ser implantadas para que a sociedade compreenda a necessidade de preservar a comunidade de vida e inclusive a si mesmo através da consciência ecológica.

Queremos deixar claro que o modo de atuação dos museus, em busca da sensibilização e conscientização ecológica, poderá levar ao estabelecimento dos *museus verdes*, que Davallon, Grandmont e Schielle (1992) destacam em sua obra. Além disso, esta ação transformadora da Museologia traz à tona o reconhecimento do ser humano como o principal protagonista para determinar e garantir a manutenção do planeta; e ao mesmo tempo, a capacidade de participação ativa na promoção de uma nova ética capaz de conciliar natureza e sociedade⁷.

É oportuno esclarecer que a representação de Museu trabalhada neste artigo é o *museu de território*. Este conceito auxiliou bastante a noção de uma Museologia preocupada com as mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Segundo Scheiner (1998), o **museu de território**, produto das teorias sociais, é o espaço ou território onde todo o conjunto de referências valoradas como 'patrimônio' (ou parte significativa do mesmo) encontra-se musealizado, ou seja, subordinado a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação. Sua base conceitual é o patrimônio. O que importa neste museu é o estudo das relações de sincronicidade e ruptura entre os diversos componentes do conjunto. Integram o museu de território todos os elementos constituintes do espaço musealizado: *recursos naturais renováveis e não renováveis, formas de ocupação do espaço, relações entre o homem e a paisagem, relações intergrupais, o fazer cultural e o produto deste fazer*. Nesta categoria, incluem-se as **áreas naturais preservadas**, como os **parques nacionais**⁸.

3. A preservação da natureza através dos Parques Nacionais

A criação do ICOM, em 1946, possibilitou que se desenvolvessem melhores alternativas para que os museus pudessem interagir com a sociedade. Partindo da preocupação com os fatos sociais, desde 1968, em Assembleia Geral em Munique, o ICOM⁹ reconhece como museu as *reservas naturais*. De 1979 até 2001 o termo

⁷ No Brasil, a Política Nacional de Museus (2003-2010) estabelece, entre seus eixos de ação, o "incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processos de musealização" (IBRAM, 2010:9).

⁸ Vale destacar que as áreas naturais são museus a céu aberto. Mas nem todos os museus desta categoria são parques nacionais ou áreas naturais preservadas.

⁹ BOYLAN, P. **Defining Museums and Galleries**. ICOM International Committee for the Training of Personnel (ICOM-ICTOP). Disponível em <<http://www.city.ac.uk/ictop/mus-def.html>> Acesso em 28 de Dezembro de 2010. (Tradução e grifos nossos).



parques naturais é incluído na definição; e em 2007, na Assembleia Geral em Viena, o museu é definido como

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que **adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio** material e imaterial da Humanidade e de seu **meio ambiente**, para fins de **educação, estudo e deleite**. [Grifo nosso]

A última definição de museu do ICOM de 2007, apesar de não conter as palavras *parque e/ou reservas naturais*, apresenta claramente as ações específicas do museu a serviço da sociedade, atrelado à proteção do patrimônio. É preciso dizer que o pensamento museológico evoluiu e a definição de museus acompanhou a dinâmica e os processos globais da sociedade. Para Scheiner (2005, p.95),

Museu é processo, e não produto cultural: está em contínua mutação, dá-se no instante, define-se na relação - sendo capaz de representar, simultaneamente, os planos de realidade do Mesmo e do Outro, em todas as suas manifestações.

Todo parque nacional é uma categoria de Unidade de Conservação, do tipo Proteção Integral, onde há a proteção da natureza, admitindo-se o uso indireto dos seus recursos naturais; é altamente protegido por leis específicas de Conservação da Natureza que orientam seu uso e as atividades desenvolvidas no território. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), todo Parque Nacional tem a finalidade de:

Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de **pesquisas científicas** e desenvolver **atividades de educação e interpretação ambiental**, de **recreação**, de **proteção** e operacionalização, dentre outras. (BRASIL, 2000, p.7) [Grifos nossos]

Então, se compararmos e analisarmos a definição de Museu do ICOM relativa ao ano de 2007, com a definição de Parque Nacional do SNUC do ano de 2000, conclui-se que estes são **efetivamente museus**, pois se inserem no conjunto das ideias propostas pelo ICOM, contemplando a visitação pública, a pesquisa, a conservação, e a comunicação. Ambos os conceitos se interpenetram. Davallon, Grandmont e Schielle (1992, p.68) elucidam que

o traço característico do parque natural é que ele corresponde a uma reserva de uma parcela preservada de natureza. O território que ele institui é assim o território da natureza, o que limita voluntariamente a ação do homem (...) trata-se de todo um território – um (eco)sistema – que é objeto da preservação. Os visitantes são (...) passantes e descobridores.



Assim sendo, todo Parque Nacional é, por definição, um museu, mas nem todos estão preparados para assim atuar. Partindo do âmbito da teoria, para reconhecer se um Parque Nacional atua efetivamente como museu (instituído), deve-se partir da análise de sua gestão. Saber gerir liga-se ao controle, na área de cada parque, dos usos indiretos da natureza, controle este que limita as ações humanas¹⁰.

Estabelecer Parques Nacionais e musealizá-los possibilita à sociedade a promoção da consciência ecológica e da comunicação do bem natural a ser preservado. Pensando desta forma, é possível compreender que o museu possibilita à sociedade ter consciência de sua existência e do valor de sua própria cultura. “No que se refere ao meio ambiente, o museu mobiliza as representações que caracterizam a sensibilidade ecológica”¹¹.

4. A musealização nos Parques Nacionais

A relação do museu, e seus equipamentos culturais, com os Parques Nacionais têm quase um século. Na prática, ocorre desde a criação do *National Park Service*, em 1916, nos Estados Unidos. Em 1918, como política dos parques, a fim de que visitantes pudessem usufruir do espaço natural preservado, determinou-se que

museus de história natural, exposições e outras atividades de apoio à utilização educativa dos parques seriam promovidos também. Esforços interpretativos já em curso em diversas áreas logo floresceram em grande escala de programas de caminhadas guiadas, palestras, fogueira, publicações e exposições. Os primeiros naturalistas em tempo integral do parque foram nomeados em Yellowstone em 1920 e Yosemite em 1921¹².

Teoricamente, a busca desta reflexão se dá a partir do pensamento contemporâneo da Museologia, que se preocupa com eventos e mudanças ocorridas com a humanidade. Esta atitude ética frente aos imperativos ambientais emerge da noção de que o meio ambiente constitui-se em patrimônio, categoria cujo objetivo é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também interligar as gerações umas às outras. Eticamente, podemos afirmar, portanto que o trabalho da museologia com Parques Nacionais possibilita uma relação de respeito e diálogo do ser humano com a natureza.

¹⁰ Davallon, Grandmont e Schielle, Idem.

¹¹ *Ibidem*:55.

¹² *National Park Service*. Disponível em< http://www.nps.gov/history/history/online_books/sontag/sontag3.htm> Acesso em 4 de setembro de 2011.



As novas abordagens dos museus na contemporaneidade, especialmente o ecomuseu e os parques nacionais, levam o pensamento museológico a voltar-se para a questão ambiental, como forma de interpretar o Real. Neste contexto, o Real deve ser visto em sua totalidade: na essência (material/imaterial, natural/cultural), no tempo (passado/presente/futuro) e no espaço (local/regional/nacional/global) (SCHEINER, 2004).

Lima (2008, p.33) descreve que a “cultura, espaço das interpretações no qual se dá a relação do Ser Humano versus Real, produz a atribuição de sentidos/significados para o mundo natural e social” num espaço de relações interdependentes. Na Atualidade, o conceito de bens culturais se amplia para abarcar a reflexão sobre a dinâmica dos testemunhos do homem sobre a natureza.

Relacionar cultura e natureza é um passo de amadurecimento disciplinar e conceitual. Um conceito não está fora do outro; natureza e cultura são interdependentes, híbridos que fazem parte de um mesmo rizoma. “Viver a diversidade na natureza corresponde a viver a diversidade de culturas. As diversidades natural e cultural são fontes de riqueza e alternativas” (SHIVA, 2003, p.17). O meio físico e o natural, nesse sentido, não são mais entendidos como mero complemento subordinado às práticas culturais, mas situados no mesmo plano de relevância da esfera cultural, uma vez que são equivalentes. Assim, o valor cultural de um bem reside na possibilidade de estimular a memória da sociedade, contribuindo para o reconhecimento de sua identidade e para melhorar sua qualidade de vida.

A interpretação da natureza realizada pelo museu reconcilia “o olhar profano e a representação científica, as coisas da natureza e o discurso da ciência, o visível e o invisível”¹³. O Museu concilia o visível com o invisível – a paisagem estética visível e o ecossistema ‘invisível’. Eis sua missão e papel face ao meio ambiente: representá-lo a partir do saber científico. O museu contribui para que o meio ambiente possa ser identificado como patrimônio. Para esses autores, (1992, p.71), “O meio ambiente, mais que qualquer outro, representa (...) um patrimônio em projeto”, pois se dirige ao futuro, sendo assim virtual.

Ele pertence aos vivos atuais, mas leva em conta seu sentido de patrimônio pelo olhar daqueles que ainda virão. E assim, projetando-se no futuro, colocando-se no lugar de seus herdeiros que os vivos do presente tomam consciência de que aquilo de que dispõem constitui verdadeiramente um patrimônio¹⁴.

¹³ *Op. Cit.* 1992:67.

¹⁴ *Ibidem.*



Segundo Schärer (2008)¹⁵ “museu é, naturalmente, uma parte do processo de construção de significado no que se refere aos valores coletivamente e institucionalmente atribuídos”. O valor da coisa não existe por si só, mas é sempre atribuído pelo corpo social e pode ter significados diferentes. Este valor pode durar muito mais que a coisa em si. A vida eterna está nas ideias, na representação comunicacional de cada objeto. Aqui se insere a museologia e a importância da musealização da natureza. Esta é dinâmica, e tem intrinsecamente a ideia de perda em si mesma.

Musealização é um termo técnico usado para expressar o caminho que leva uma determinada referência, material ou não, a ser inscrita no âmbito do Museu. Sendo um processo específico da Museologia, a musealização pode ser definida, de acordo com o ICOM (2010, p.51), como

um processo científico, que inclui, necessariamente, as atividades essenciais do museu: preservação (seleção, aquisição, coleta, gerenciamento, conservação), pesquisa (incluindo, catalogação) e comunicação (através de exposição, publicação, etc.) ou, de outro ponto de vista, as atividades em torno da seleção, coleção e exibição. [Tradução nossa]

A Museologia aplicada se divide em subáreas com quatro grandes funções: a **documentação**, a **preservação** (compreende a coleção, identificação, conservação, restauração), a **pesquisa** (investigação do acervo) e a **comunicação** (exposição, divulgação do acervo e das pesquisas e educação). Estas quatro funções específicas do museu, quando realizadas dentro dos parâmetros técnicos e conceituais da Museologia, definem o processo de **musealização** (Figura 2) – através do qual as referências valoradas como patrimônio se inserem no âmbito do museu. Desta forma, “o museu participa do processo de mediação entre o meio ambiente e seu público”¹⁶. A interpretação do ambiente, além de trazer à tona a interdependência de tais relações, amplia a noção de patrimônio.

O sentido etimológico do significado do termo “*musealization*”¹⁷ se refere a coleção, preservação, exibição. O fenômeno é, no entanto, universal, e pode ocorrer em qualquer momento e lugar, a nível individual e social. Segundo o mesmo autor, os processos de musealização são definidos a nível coletivo, por questões sociais

¹⁵Palestra: *Coisas + ideias + Musealização = Patrimônio - Abordagem museológica*, ministrada em 17 de Março de 2008, na abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, UNIRIO/MAST), Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/50/39>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

¹⁶ *Op. Cit.* 1992:55.

¹⁷ *Ibidem*:88.



complexas - que definem os parâmetros de ressignificação. Este é, portanto um processo complexo, tanto quanto a sociedade.

Na atualidade, a musealização tem assumido novos lugares e significados e pode ser aplicada a todas as coisas naturais e artificiais, bem como para a conservação *in situ*; não há nenhuma diferença real entre uma coleção de xícaras de prata e uma coleção de montanhas, plantas e animais em um parque nacional¹⁸.

Preservar o significado do lugar é incorporar a significação ecológica da geração presente para as gerações futuras é uma reunião simbólica, cheia de significados complexos. Como processo dinâmico específico do campo museológico, funciona como uma das formas de preservar o patrimônio e de estabelecer condições de conservação, legibilidade e acessibilidade ao público que visita o museu. Além disso, “também protege o valor intelectual, o valor emocional (lembrança), o valor religioso (símbolos), bem como o valor estético (o melhor da coleção) e valor de conhecimento de objetos”¹⁹.

É importante ressaltar que, no museu de território, não predomina a coleta de objetos, uma vez que estes já estão *in situ*, e que particularmente, nos parques nacionais, assim como nos jardins, o objeto a ser musealizado, [por exemplo], passa a ser os grupos vegetais importantes do território, uma vez que o “museu coleciona sinais (informações, ou seja, processo)”²⁰. Nesta relação específica homem-coisa, o que se percebe como perspectiva de perda é candidato à musealização. Quando se fala em parques nacionais, o território musealizado passa a ser característica identitária da região, pois preserva o passado e conserva/forma para o futuro. Ou seja, conserva a vida, a informação. É preciso gerar, preservar, difundir conhecimento contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e da cultura.

O processo de musealização se configura pela descontextualização²¹. O espaço delimitado para o parque, por exemplo, fica fora de seu contexto, uma vez que seu uso passa a ser controlado apenas nas zonas de uso intensivo (visitação); porém, o público necessita conhecer a informação em seu contexto original, antes mesmo da área de ser musealizada. Para isto são importantes as exposições, as trilhas interpretativas e outros dispositivos e ações que promovam o relacionamento com a sociedade. De certa forma, interrompe ações dinâmicas pertinentes ao objeto, o espírito original e seu contexto social: o “objeto é salvo através de sua ‘morte’ (partida

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Op. Cit.*:88.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Op. Cit.*, 2008.



do seu contexto)”. No caso da natureza, em parques nacionais, o processo dinâmico do objeto é mantido, sendo preservado em sua dinâmica de vida; os processos ecológicos são garantidos em diferentes tempo e espaços, pois não são interrompidas pela ação humana. Desta forma, o contexto social assume outra representação, pois seu uso passa ser restrito.

O objeto só tem significado na cultura em que está inserido. O valor atribuído pode se modificar com o tempo nas diferentes civilizações. A preservação do patrimônio natural deve assegurar a sua continuidade, dando sentido ao seu caráter histórico, social e ambiental.

O museu em sua essência pode transmitir conceitos, ideias e mensagens. É preciso vincular o passado ao presente, lidando assim com o futuro de nosso passado; demonstrando que por um período da história da humanidade ocorreu a perda de harmonia entre o homem e a natureza, mas que na atualidade se considera como um imperativo o homem retomar sua relação intrínseca com a natureza, para proteção de si mesmo e do planeta Terra.

5. Considerações finais

O pensamento contemporâneo tem se caracterizado pela transformação de ideias - e pela proposta de um permanente diálogo com a vida e um profundo cuidado com o planeta. O campo museológico acompanha todas as mudanças que ocorrem no mundo, desde as sociais até as ambientais, com objetivo de preservar o patrimônio integral para as gerações futuras. Novas tendências, estudos e inserções dos museus são visíveis na sociedade contemporânea.

Considerando que se musealiza ideias, sentidos e representações, a Museologia contribui com a conservação dos Parques Nacionais, a partir dos dispositivos de comunicação de que dispõe para conscientizar o público visitante. **Como museu, o Parque Nacional é um espaço público que forma opiniões e conscientiza para a conservação do meio ambiente, o desenvolvimento social e a qualidade de vida das populações.**

A musealização de um Parque pode ser um caminho contributivo para a qualidade de seu uso público. Ter um Parque Nacional atuando efetivamente como museu permite desenvolver mecanismos que aumentem a sensibilidade das pessoas para identificar o conjunto de sistemas vivos que o compõem. Interpretar esses conjuntos para o público visitante, priorizando o desenvolvimento da consciência



ecológica, deve ser tarefa do profissional de museus uma vez que este é capacitado para trabalhar com a ideia e a representação do patrimônio a ser preservado.

Todos os Parques Nacionais são potencialmente museus, mas para que atuem como tais e auxiliem o seu uso público é importante incorporar à sua gestão metodologias que permitam que a sociedade assim os veja. Para isto, antes de mais nada, é fundamental que o poder público compreenda que o Parque é museu e que o profissional de museus deva fazer parte da equipe de trabalho.

Enfim, o processo de musealização comporta a ideia de que no presente se desenvolva o cuidado para a preservação do Planeta como um todo, incluindo todas as espécies que possuem vida; e a perspectiva de que, no futuro, as novas gerações recriem o modo de se relacionar com a natureza através da memória contada, documentada e exposta, refletindo sobre as práticas degradadoras do ambiente.

Referências

BOYLAN, Patrick. **Defining Museums and Galleries** – ICOM International Committee for the Training of Personnel (ICOM-ICTOP). Disponível em <<http://www.city.ac.uk/ictop/mus-def.html>> Acesso em 28 de Dezembro de 2010.

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** - lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

DAVALLON, Jean, GRANDMONT, Gerald & SCHIELLE, Bernard. **L'environnement entre au Musée**. Collection Muséologies. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1992.

DE VARINE, Hugues. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça, 1987.

IBRAM. Política Nacional de Museus. **Relatório de Gestão 2003-2010**. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília. MINC/IBRAM, 2010. p. 23-24.

ICOM. **Key Concepts of Museology**. Armand Colin, 2010. Disponível em <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2011.

LIMA, Diana Farjalla Correa. Museologia, informação, comunicação e terminologia; pesquisa termos e conceitos da museologia (UNIRIO). In: GRANATO, M. et al (Org). Documentações em Museus. p. 181-199. **Revista MAST Colloquia**. Rio de Janeiro: MAST. V. 10. 2008.

MAURE, Marc. A Nova Museologia: o que é? In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (17)]. Symposium Museum and Community II. Stavanger, Noruega, jul. 1995. Coord. Martin R. Schärer. **ICOFOM STUDY SERIES - ISS 25**. Org. and edited by Martin R. Schärer. Vevey: International Committee for Museology / ICOFOM; Alimentarium Food Museum, 1995. p. 127-132. Título original: La nouvelle muséologie – *qu'est-ce-que c'est?* Trad. Tereza Scheiner. RJ: UNIRIO, março 2000.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

National Park Service. Disponível em <http://www.nps.gov/history/history/online_books/sontag/sontag3.htm> Acesso em 4 de setembro de 2011.

SCHÄRER, Martin. **Coisas + ideias + Musealização = Patrimônio - Abordagem museológica**, palestra de abertura do semestre do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS, UNIRIO/MAST), Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/50/39>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

SCHEINER, T. **Apolo e Dionísio no templo das musas**. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.



_____. Tempo, Espaço, matéria e movimento: pensar o patrimônio. In ___ **Imagens do “não lugar”: comunicações e os novos patrimônios**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. RJ, 2004. Cap. 1

_____. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: GRANATO e SANTOS (Org). **Museus Instituição de Pesquisa**. P. 85-100. **Revista MAST Colloquia**. Rio de Janeiro: MAST. V. 7. 2005.

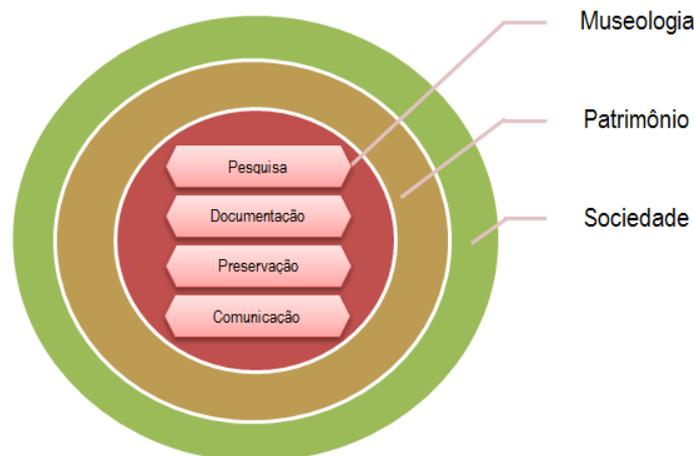
_____. **Repensando el Museo Integral: del concepto a las prácticas**. Conferência. ICOFOM LAM 2009. Santiago, Chile, nov. 2009. Inédito em espanhol. [Grifo da autora]. Tradução nossa. UNESCO. **DECLARAÇÃO de Santiago**. Princípios de base do museu integral. **Museum**. The role of museums in today's Latin America. Paris, UNESCO, v.XXV, n.3, p.198, 1973.

SHIVA Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

CARTA DA TERRA. Disponível em <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acesso em 15 de março de 2012.

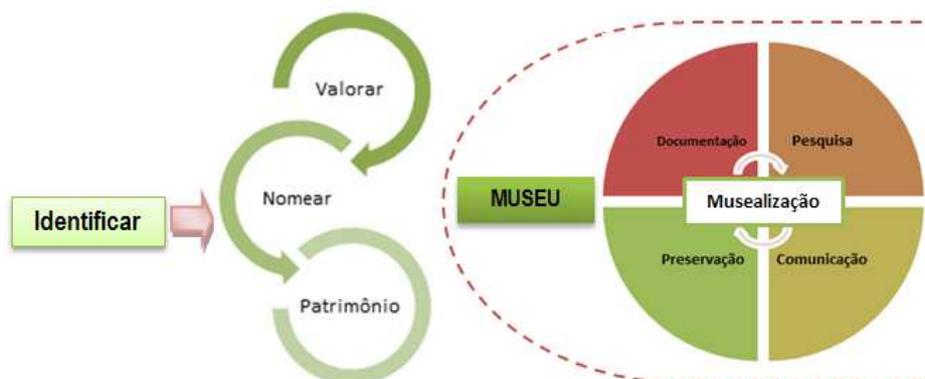
Figuras e legendas

Figura 1. Os quatro pilares da Museologia Contemporânea



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.

Figura 2. Processo de Musealização



Fonte: Elaborada pela autora, 2011.



A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NUMISMÁTICO PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ANTIGUIDADE, O EXEMPLO DE ALEXANDRE O GRANDE

Estela de Melo Faria¹

Resumo

A preservação do patrimônio vem há muito tempo ajudando historiadores a compreender melhor seu objeto de estudo, ele também pode abrir vários outros caminhos para a melhor interpretação de fatos. O patrimônio numismático ajuda muitas vezes dar veracidade a episódios, uma representação de um soberano, por exemplo, representado como um deus em uma moeda que foi mandada cunhar por ele, nos remete a associação de governantes com deuses, e se tem vestígios disso. Aqui irei usar exemplos da História de Alexandre o Grande, e das moedas que se preservaram podendo elucidar o que se está sendo dito.

Palavras-chave: Numismática. Patrimônio. Antiguidade. Alexandre o grande.

Abstract

The heritage preservations has long been helping historians better understand their subject matter, it can also open several other ways for the best interpretation of facts. The numismatic heritage often help give veracity to the episodes, a representation of a sovereign, for example, represented as a god on a coin that was minted sent for him, brings us the association of gods with rulers, and has traces of it. Her I will use examples from the history of Alexander the Great, and coins that have been preserved and can clarify what is being said.

Keywords: Numismatics. Heritage. Antiquity. Alexander the Great.

¹ Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL MG. Orientação Professor Doutor Claudio Umpierre Carlan. Monitora na área de Grécia Antiga.



1. Introdução

...Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico... (BRASIL, 1988).

O fragmento acima da constituição brasileira, nos mostra que temos uma regulamentação sobre a questão patrimonial, que inclui bens materiais e imateriais, que são muito importantes para a nossa compreensão daqueles que formaram a sociedade brasileira. O patrimônio que aqui será foco principal é o material, mas especificamente os numismáticos, que apesar de ser da época da antiguidade clássica, algumas moedas se encontram no Brasil, e a meu ver, se tornaram patrimônio nacional no momento que foram assimiladas por diversas coleções museológicas, e por isso tem que ser melhor reconhecidas pela população e preservadas. Nesse caso estou me referindo a moedas presentes no acervo numismático encontrado no Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro, que é o maior da América Latina, e ainda não se obteve estudo de várias das moedas que existem nele.

Para a estruturação desse artigo primeiro vejo que é importante uma definição sobre Patrimônio, englobando alguns aspectos sobre a cultura material (que será feito no próximo item), seguido de considerações sobre o patrimônio numismático e de alguns exemplos de elucidação de episódios.

As imagens que essas moedas contêm podem nos ajudar na representação de determinadas cenas, fazendo com que possamos extrair delas alguns significados implícitos que podem estar gravados nessas cunhagens por meio de simbologia, que foi, e é muito usada por governantes do mundo todo. As moedas de Alexandre o Grande nos permitem identificar algumas passagens de sua vida, já que existem poucos relatos contemporâneos a sua existência. Com a existência desse tipo de material os relatos que tenho em mãos não ficam soltos e de passividade de serem tomados como falsos, mas sim ganham corpo e personificação, saindo do imaginário, tendo uma personificação em imagens ganhando presença podendo assim ser exemplificados.



2. Importância do Patrimônio

No meio da História a preservação de uma gama de objetos se torna necessário para que um estudo mais completo do que se propõem fazer aconteça. Documentos precisam ser consultados, o modo que se vivia revela muita coisa, a cultura se torna importante, esses e outros meios de clareamento do passado só conseguem sobreviver através do tempo se forem cuidados adequadamente, Marc Bloch em Apologia da História escreve o seguinte:

... Pedacos inteiros do passado só puderam ser reconstituídos assim: toda a pré-história, quase toda a história econômica, quase toda a história das estruturas sociais... indícios que sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada não apenas nos permitem suplementar esses relatos, quando estes apresentam lacunas, ou controlá-los, caso sua veracidade seja suspeita... (BLOCH, 2002, p. 77).

Mas o que de fato irá constituir um patrimônio? Pela Constituição federal ele é tudo que influenciou na formação da sociedade brasileira, em 1972 a UNESCO realizou um tratado com nome de: Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural visando promover a identificação, proteção e a preservação de tudo que fosse considerado valioso para a humanidade, em 2003 uma complementação a esse tratado foi aprovada regulamentando também o patrimônio imaterial. Na Europa (conselho de 46 países), patrimônio constitui também um elemento de identidade, que essencialmente visa à definição de políticas e nomenclaturas comuns, como redes de cooperação transnacionais e apoio aos países membros.

O trecho citado de Marc Bloch traz a percepção de como a preservação se torna importante para os historiadores (não só para eles, mas esse é um caso específico) as lacunas como ele diz, muitas vezes são o que move a pesquisa histórica, releituras sempre são válidas, mas encontrar a peça chave do quebra-cabeça deve ser ótimo.

O tipo de patrimônio que esse artigo dá ênfase é o material, que também é vestígio de uma cultura. “A cultura material era compreendida como os vestígios daquilo que os homens constroem” (CARVALHO, 2010, p. 178), mas com o passar dos anos “ela pode se configurar, dentro de correntes teóricas pós-modernas, como tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo homem e que, constantemente é interpretada pelas pessoas” (CARVALHO, 2010, p. 179).

A cultura material é algo mais concreto que se tem, ela não irá mudar (a não ser que mal conservada, ou deixada a mercê do tempo) sua essência será a mesma,



em um bom estado de conservação os seus detalhes serão de grande importância para a compreensão do todo.

...Como a cultura material seria uma documentação palpável e, por isso, objetiva, não haveria possibilidades de erros nos seus estudos. A objetividade da cultura material, de acordo com o arqueólogo francês André Leroi-Gourhan, permitiria que a Arqueologia não encontrasse limites espaciais ou temporais aos seus estudos, podendo, como quase nenhuma outra ciência, elaborar sínteses gerais e particulares dos objetos estudados (Leroi-Gourhan: 1945)... (CARVALHO, 2010, p. 178).

3. Patrimônio Numismático

O patrimônio numismático brasileiro se encontra quase que em sua totalidade no Museu Histórico Nacional, sendo que é a maior coleção desse tipo da América Latina, são mais de 146. 550 peças, distribuídas em diversas coleções: moedas, valores impressos, medalhas, ordens honoríficas, filatelia e sigilografia. O exemplo de moedas que aqui será usado são as de Alexandre, o Grande, presentes nessa coleção em um número aproximado de 35 peças. Cada sociedade tem um modo de ver e interpretar os conceitos ligados a patrimônio a partir das relações sociais estabelecidas por eles.

Uma das principais vantagens, a meu ver, que a cultura material nos oferece, é que quando bem conservada, uma grande gama de detalhes podem ser observados. Como ramo da cultura material a numismática também oferece essa prerrogativa. A exemplificação que estará presente nesse artigo se refere à antiguidade, mas não se precisa ir muito longe para encontrar moedas, com símbolos antigos sendo usadas. Nas moedas do presidente Artur Bernardes (1922-1926) de 1000 reis uma figura feminina com os seios a mostra (representando a república e a liberdade) e com uma cornucópia em sua mão (simbolizando a abundância²), estes símbolos são comumente encontrados em representações mais antigas e conseguimos saber disso pelos artefatos que chegaram até nossos dias.

A moeda ainda nos é uma excelente fonte, pois com sua análise conseguimos também encontrar aspectos que abrangem sua série e totalidade, como aspectos políticos, jurídicos, mitológicos, estatais, estéticos e econômicos, nos informando sobre os mais variados aspectos da sociedade que estará em questão.

...Sem dúvida alguma é o terreno das ideias políticas e a propaganda onde é mais fecundo o serviço da Numismática à História... [Devemos] refletir sobre a significação da moeda no mundo antigo,

² Anexo 1.



num mundo onde não existiam meios de informação comparáveis aos nossos, onde o analfabetismo se estendia a numerosa camada da população. A moeda é um objeto palpável, objeto que abre todas as portas e proporciona bem estar. Nela pode-se contemplar a efígie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época: *Felicitas Temporum, Restituto Orbis, Victoria e Pax Augusta...* são slogans, propaganda... (ROLDÁN HERVÁS, 1975, p. 166.)

Nas sociedades em que apenas certa classe sabia ler e escrever, as imagens eram de extrema importância para que a população tomasse conhecimento das conquistas de seus governantes, e muitos chefes estatais usavam desse meio para tornar públicas suas conquistas, legitimar seu governo (através de associação com algum deus) e atrair a simpatia de seus governados.

4. Possibilidades de Melhor entendimento do Passado

Todo artefato em bom estado de conservação revela alguns aspectos que não nos são possíveis de saber. A história de Alexandre, o Grande é defasada quando o quesito é relatos contemporâneos, Plutarco³ que escreveu sobre ele viveu aproximadamente 300 anos após sua morte, como se poderia saber que os fatos relatados por ele são verídicos? Algumas das passagens que ele trás podem ser encontradas em suas moedas.

Alexandre, o Grande foi um grande general da antiguidade, que após a morte de seu pai Felipe II assumiu o governo da Macedônia⁴ e iniciou uma política de expansão tendo um império que ia dos Balcãs a Índia incluindo o Egito e a Bactria (atual Afeganistão⁵), suas moedas eram da mais pura qualidade, já que o valor era referente a seu peso. “As moedas mais famosas de Felipe foram suas *Philippeioi* de ouro, com a cabeça de Apolo de um lado e um carro de dois cavalos a galope no lado oposto” (HAMMOND, 1997, p. 71)⁶.

É possível saber da existência dessa moeda e fazer sua descrição, pois ela foi conservada, e até os dias atuais existe, em uma pequena análise desses símbolos descritos se sabe que Apolo é referencia ao deus (maneira de dizer que seu governo está ligado a ele, legitimação) na simbologia “do veículo propriamente dito, o modo como é conduzido e a parilha de animais a ele atrelada” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p. 192), também são analisados. Outra moeda da época de

³ Plutarco de Queroneia (46 a 126 d.C) filósofo e prosador grego do período greco-romano.

⁴ Região geografia e histórica da península dos Balcãs e celebre por seu rei Alexandre, o Grande.

⁵ Anexo 2

⁶ Anexo 3.



Felipe são os tetradracmas de prata “mostrando a cabeça de Zeus coroado com louro e, no reverso, um cavalo de raça montado por um jóquei⁷” (HAMMOND, 1997, p. 72.).

Alexandre foi o primeiro a utilizar moedas com sua face cunhada nelas, geralmente ele se associava com Hércules⁸, que segundo Plutarco ele era descendente do semideus mitológico, com o advento de sua expansão ele incorpora elementos culturais do povo que conquista, e o padrão de sua moeda passa a ser o ático, a primeira moeda que saiu em seu nome “mostrava a cabeça de um jovem Hércules e, no verso, uma águia sobre um raio, ambos os emblemas de Zeus” (HAMMOND, 1997, p. 73).

Ele teve uma grande disponibilidade de metais preciosos e algumas de suas moedas eram mandadas cunhar em Alexandria (Egito), a partir do momento que ele incorpora a cultura dos conquistados com a sua alguns dos emblemas que ele usa começou a se modificar, os chifres de Amon começam a aparecer e o diadema típico dos persas (povo que ele conquistou) também começam a aparecer, esses dois símbolos estão ligados a sua divinização. Os chifres de Amon estão relacionados “a Apolo Karneios, a Dionísio. Foi usado por Alexandre o Grande, que se apropriou do emblema de Amon, o carneiro, a que o Livro dos Mortos egípcio chama de Senhor dos Chifres” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p. 234). O diadema (ou tiara) tinha sido privilégio somente “dos grandes reis persas: a tríplice coroa fechada simbolizava o número de seus reinos e a totalidade de seus poderes...” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p. 883)⁹.

Como descendente de Hércules ele também manda cunhar moedas referenciando sua relação com o semideus, em uma dessas cunhagens ele está com a pele do leão que Hércules teria matado quando cumpria os doze trabalhos¹⁰. A simbologia do leão está ligada ainda “a autoridade e a força invencível das inteligências santas, este esforço soberano, veemente indomável, para imitar a majestade divina, assim como o segredo perfeitamente divino, concedido aos anjos, de envolver o mistério de Deus em uma obscuridade majestosa” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 2009, p. 538)¹¹. Mais uma vez algo ligado a divinização aparece,

⁷ Anexo 4.

⁸ Hércules (Hércules): herói da mitologia grega, filho de Zeus e da mortal Alcmena.

⁹ Anexo 5

¹⁰ Hércules era filho de Júpiter com uma imortal, ele tinha a hostilidade de Juno sua esposa, ela ardilosa deixou a criança com Euristeus que lhe impôs tarefas perigosíssimas que ficaram conhecidas como “Os doze trabalhos de Hércules”, a primeira delas foi uma luta contra o leão de Neméia, e para confirmar que teria matado o monstro ele teria que trazer sua pele. É a isso que Alexandre faz alusão quando cunha moedas com essa simbologia.

¹¹ Anexo 6.



legitimar o poder era algo de grande importância para um governante, e isso é facilmente percebido nos exemplos dessas moedas, e no reinado de Alexandre.

Todas essas descrições e conclusões foram possíveis entre outras coisas graças à preservação desses artefatos. Alguns mesmo tendo ficado ao tempo, enterrados ou ‘perdidos’ dentro de algum objeto, foram encontrados e com a política de preservação de patrimônio, hoje podem dar veracidade, ou deixar cair por terra, convicções e descrições de determinadas sociedades. No ramo histórico essas políticas se tornam ainda mais importantes, pois esse é nosso objeto de trabalho, o tempo é um dos nossos maiores aliados, já que ele também está incluído nesses objetos de trabalho e quanto mais ‘perto’ pudermos chegar a essas civilizações, mais detalhes conseguiremos obter relacionado ao que se estuda.

5. Considerações Finais

Após tudo que foi exposto, uma das conclusões que se pode tirar é que realmente há uma grande importância na preservação do patrimônio, pois ele pode nos ajudar a compreender melhor os diversos processos de formação social.

Essa é uma constatação que a UNESCO obteve quando fez sua Convenção para a proteção do patrimônio mundial, pois: “o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica” (UNESCO, 1972, p.1).

A produção do conhecimento ocorre em várias instâncias, de um professor com aluno (penso numa troca recíproca, onde os dois se beneficiam), ou com um colega de trabalho, por exemplo, o aprendizado é um algo que não acaba. Tudo que nos leva a entender uma sociedade é de extrema importância para a compreensão de toda ela (neste caso apenas os aspectos materiais foram considerados), com esse exemplo podemos ver também como é importante todas as relações ligadas ao patrimônio, seja de educação patrimonial ou em qualquer outra instância que o patrimônio esteja presente.

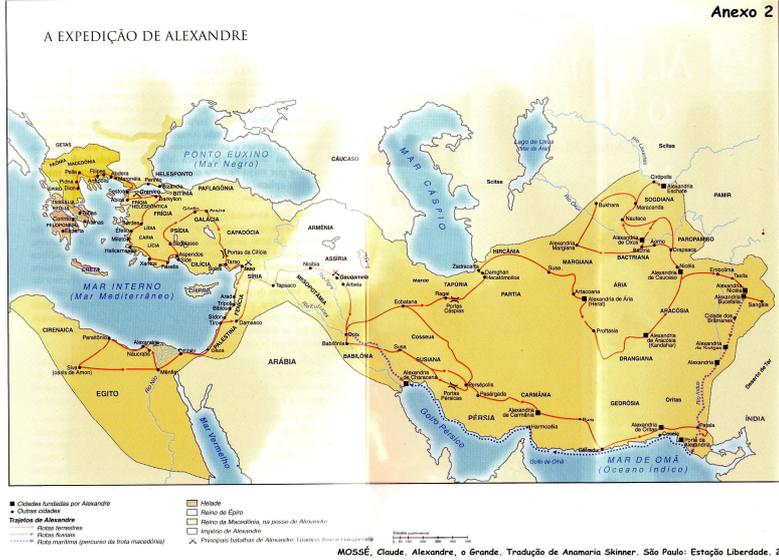


Referências

- AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, termos e conceitos históricos**. 2ª edição Colaboração de Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2002.
- BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Grécia Antiga**. Tradução de Maristela Ribeiro de Almeida Marcondes. São Paulo: Art Editora S.A. Phaidon Press Limited, 1982.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia**: histórias de deuses e heróis. 34ª edição. Tradução de David Jardim. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Editora. 1993.
- CARVALHO, Aline Vieira. **Entre ilhas e correntes**: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty. São Paulo: Anablume, 2010.
- CAWTHORNE, Nigel. **Os 100 Maiores Líderes Militares da História**: a mais completa lista dos grandes vitoriosos de todos os tempos. 2ª edição. Tradução de Pedro Libânio. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. 23ª Ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melin, Lucia Melin. Rio de Janeiro: Editora: José Olympio. 2009.
- Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. CARLAN, Cláudio Umpierre. **Arqueologia Clássica e Numismática**. Textos didáticos nº62. Campinas: UNICAMP/ IFHC, 20 07.
- HAMMOND, N. G. L. **O Gênio de Alexandre o Grande**. Tradução de Júlia Vidili. São Paulo: Madras. 2005.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- MOSSÉ, Claude. **Alexandre, o Grande**. Tradução de Anamaria Skinner. São Paulo: Estação Liberdade. 2004
- PLUTARCO. **Alexandre e Cesar, vidas comparadas**. Tradução de Hélio Veja. São Paulo: Editora Escala
- ZAMA, Cesar. **Os três grandes capitães da antiguidade**. Alexandre. 2ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987.



Anexos:







MUSEU SILENCIOSO: A LIBRAS COMO FORMA DE ACESSIBILIDADE DA PESSOA SURDA DENTRO DO MUSEU

Iara Ribeiro Regiani¹

Resumo

Este artigo busca uma compreensão sobre as possibilidades de realização da igualdade social através de uma percepção específica, a implementação e inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dentro dos museus como forma de acessibilidade e comunicabilidade de um sujeito com limitações auditivas. É objetivo do presente artigo, entender a LIBRAS como um instrumento imprescindível na relação entre a instituição museu, objeto-exposto e a pessoa surda. Utiliza-se no presente artigo referências a alguns autores da área da pedagogia e da museologia, bem como da legislação vigente, permeadas por uma específica pesquisa de campo. Portanto se faz necessário pensar o pressuposto da comunicação pela linguagem de sinais como um instrumento de acessibilidade nos museus, por isso a definição do que é surdez e do que seria a comunicação por meio da LIBRAS produz uma conexão entre os objetos expostos nos museus e o sujeito que se comunica por outras dinâmicas. Em suma, para compreender a importância dessa comunicação no espaço museal.

Palavras-chaves: Acessibilidade. LIBRAS. Surdez.

¹ Aluna do Curso de Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal de Goiás.



1. Introdução

Esta pesquisa visa apresentar o problema da acessibilidade pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma da pessoa-surda estabelecer relações comunicativas dentro do espaço do museu, com o claro intuito de apresentar um novo universo de compreensão e de inserção, visando superar qualquer impedimento entre o sujeito e o objeto.

É nesta específica reflexão sobre as pontes que se constroem com a Língua Brasileira de Sinais e a acessibilidade, como prática de inclusão, é que se permite compreender a relação do museu com um público específico. Para tanto, utilizaremos referências teóricas sobre o tema, bem como, uma pesquisa empírica já realizada, que abordou os diretores e funcionários de um espaço cultural e um museu, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás².

Para afirmar uma constatação à falta de especialistas e intérpretes em LIBRAS dentro dos espaços culturais da cidade de Goiânia e também a falta de estudo dentro dos espaços culturais sobre este tipo público específica. E através deste trabalho podemos encontrar um caminho teórico para transformar o museu em um espaço dinâmico e democrático, oferecendo soluções e orientações aos problemas específicos advindos da ausência parcial da compreensão da situação que ora se apresenta. Objetiva-se também aproximar a comunidade surda do museu, multiplicando ainda mais seu público e através desta prática possa se repensar as formas de inclusão e interação entre o espaço museal e o público.

2. Museu Silencioso: A LIBRAS como forma de acessibilidade da pessoa surda dentro do museu.

“A única coisa que temos de respeitar, porque ela nos une, é a língua”.³

Vivemos em uma sociedade na qual a língua oral-portuguesa é predominante, tornando assim qualquer outro tipo de comunicação verbal ou gestual estranha ao meio social. Esse é o caso da língua brasileira de sinais, a criação do estereótipo como via de reconhecimento e identificação dos praticantes desta linguagem, contudo a ambiguidade deste discurso nivelador não produz soluções a um novo ambiente cultural.

² Infelizmente não podemos utilizar o nome destes espaços por não ter sido autorizado por esses museus.

³ Franz Kafka.



Compreende-se que a língua oral é uma imposição social de uma maioria lingüística sobre uma minoria. Assim o surdo pertence a uma comunidade minoritária, mesmo não perdendo sua especificidade e dinâmica social. As comunidades surdas possuem traços próprios e se articulam e se reformulam dentro da comunidade dominante, pois, mesmo buscando uma identidade própria a LIBRAS é uma modalidade lingüística pertencente à língua oral-dominante.⁴ A língua de sinais não se articula como um português sinalizado, ou seja, as regras gramaticais se diferem das duas línguas, compreendendo que a LIBRAS não é uma linguagem, mas uma língua, própria do surdo, que constantemente há uma interação entre as duas línguas - a auditivo-verbal que é a língua oral e visual-motora que é a libras.

A língua brasileira de sinais utilizada pela comunidade surda é uma modalidade lingüística diferenciada, que se compreende através das mãos, expressões corporais e faciais. Para os surdos, se configura em um instrumento comunicativo, de modo que a pessoa estabelece todas as estruturas que compõe a comunicação. A LIBRAS, denominada como uma linguagem visual-gestual, permite para o surdo uma compreensão do espaço que o circunda através de seu campo visual. Como qualquer língua, não possui uma homogeneidade lingüística apresentando variações, "sotaques" e algumas variações lexicais, mas que não prejudicam ou comprometem a estrutura lingüística. (RAMOS, 2011, p.7)

“A LIBRAS, como toda Língua de Sinais, é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão; portanto, diferencia-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos. Mas, as diferenças não estão somente na utilização de canais diferentes, estão também nas estruturas gramaticais de cada língua.”⁵

Segundo o IBGE Instituto Brasileiro de Geografia Estatística o censo de 2000 apresentava no Brasil aproximadamente 24,6 milhões de pessoas portadoras de deficiência (ou 14,5% da população) das quais 5,7 milhões apresentavam algum tipo de surdez, sendo 170 mil surdos.

Os resultados do Censo 2000 mostram que, aproximadamente, 24,6 milhões de pessoas, ou 14,5% da população total, apresentaram algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou mental. Entre 16,6 milhões de pessoas com algum

⁴ Ao problematizar essa questão procura-se demonstrar a ausência da universalização da linguagem,

⁵ *Revista da FENEIS, número 2:16* apud. Ramos, Clélia Regina. LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros. Editora Arara Azul Petrópolis – RJ. Disponível em <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>> Acesso em 08 de janeiro 2011.



grau de deficiência visual, quase 150 mil se declararam cegos. Já entre os 5,7 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência auditiva, um pouco menos de 170 mil se declararam surdos.

A deficiência auditiva consiste na acuidade parcial ou total da capacidade do indivíduo compreender sons através do aparelho auditivo. Pode ser congênita ou adquirida, com diferenciações entre graus e níveis. Segundo o decreto nº 3.298, 20 de dezembro de 1999, considera que a deficiência auditiva é “perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis”.⁶

Por esta razão a pessoa surda nunca deve ser vista de uma forma uniformizada, uma vez que, na deficiência auditiva existem diferentes graus e níveis de surdez. A deficiência auditiva só se manifesta a partir da perda entre 16 e 25 dB, (decibéis) essa perda já é caracterizada com uma deficiência auditiva suave, mas ainda não é caracterizado com surdez. A surdez só se manifesta quando existe um aumento repentino ou progressivo entre os valores das medições, que são configurados entre 26 a 40 dB; essa perda é caracterizada como leve, neste grau a perda impossibilita a identificação de algumas variâncias sonoras como por exemplo, a diferenciação sonora de fonemas das palavras. A perda entre 41 e 55 dB; é considerada moderada, neste caso o indivíduo só percebe os sons que possuem uma maior intensidade. Entre 56 e 70 dB; a perda é moderadamente severa o indivíduo só compreende o som com intensidades elevadas e entre 70 e 90 dB é considerada severa, o indivíduo é completamente privado das informações auditivas externas.

Mas cada vez mais essa comunidade busca por seus direitos e sua inserção completa na sociedade. Tentando promover uma diminuição das barreiras linguísticas, um importante mecanismo alcançado pela comunidade foram as leis que regulam e difundem a LIBRAS e os direitos das pessoas surdas. A regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em abril de 2002 (Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002) e as diversas pesquisas sobre a surdez e língua de sinais, permitem a ampliação das discussões sobre este tema, abrindo assim novos caminhos, para a acessibilidade da pessoa surda dentro de espaços culturais e educacionais.

Nos últimos anos os museus vêm assumindo cada vez mais uma postura mais próxima e plural, construindo novas relações com a sociedade. Todas estas transformações vêm tornado o museu em um espaço mais dinâmico, propiciando ao visitante, possibilidades de inserção para uma reflexão cultural e educacional. A definição de museu atualmente utilizado por grande parte dos estudiosos da área e

⁶ Decreto nº 3.298/1999. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 08 de janeiro 2011.



pelas instituições museais, foi estabelecido pelo ICOM - Conselho Internacional de Museus:

Toda instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa e expõe para fins de estudo, educação e lazer, evidências materiais do Homem e do seu meio ambiente.⁷

Através dessas novas relações o museu busca ampliar seu público, levando para o seu interior grupos e comunidades que eram impossibilitados de freqüentar esses espaços, como por exemplo, os deficientes físicos que eram na grande maioria excluídos da vivência do museu. Na medida em que os museus assumem uma postura favorável à inclusão e tentam dissolver as barreiras que impossibilitavam o deficiente vivenciar o museu de uma forma global, eles constroem novas dinâmicas e práticas de acessibilidade.

É claro que essas medidas são consideradas ainda novas e seus processos nos parecem extremamente lentos e sempre voltados para ações educativas. O museu vai muito além das ações educativas, as medidas que devem ser tomadas para acessibilidade necessitam abranger toda a área em que o público tem contato sempre pensando de forma plural e não particular, ou seja, abarcando as exposições e locomoção dentro do espaço percebendo novas dinâmicas relacionais com acessibilidade que iniciam-se com funcionários, passam pelos visitantes e termina, na inteligibilidade apreendida no museu.

Essas transformações que estão ocorrendo devem também se refletir no que se refere à acessibilidade da pessoa surda dentro dos museus. Os serviços educativos culturais dentro dos museus para público surdo são extremamente importantes, mas não significa que apenas essa medida deve ser tomada pelos museus, o espaço de difusão cultural deve analisar toda sua estrutura para propiciar uma acessibilidade verdadeiramente inclusiva.

O museu seria necessariamente um intermediário, um *locus* onde as contribuições culturais das minorias devem ser expostas e compreendidas.⁸

Por tal razão é imprescindível que o museu tenha em seu quadro de funcionários um intérprete e um especialista em LIBRAS ou em inclusão de deficientes físicos. Para auxiliar na elaboração de práticas e estruturas permanentes que possam beneficiar o deficiente auditivo. Essas medidas não possuem o intuito de transformar

⁷ Icom (International Council of Museums).

⁸ Cândido, Manuelina Maria Duarte. **ONDAS DO PENSAMENTO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO**. Cadernos de Sociomuseologia ULHT. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. PP 39.



um espaço exclusivamente para surdo, mas agregá-lo dentro do museu, pois a comunicação não deve ser compreendida como um entrave, mas sim como um horizonte reflexivo imerso em várias possibilidades.

A realidade dentro dos espaços museais na cidade Goiânia é que se apresenta como “espaços à visitação” não possuem estruturas para receber este público específico, em outro momento⁹, ocorreu um levantamento dos principais museus na cidade e constatou-se que na maioria dos museus onde se tentou estabelecer o questionário percebeu-se uma relutância dos diretores e funcionários em respondê-lo, o que se obteve foram somente informações não formais. Mas no levantamento deste artigo, sendo entre as conversas com funcionários pode-se notar que os museus não possuem em seu quadro de funcionários intérpretes ou especialistas: quase não há funcionários que conheçam a LIBRAS e seus entendimentos são muito superficiais.

Outro problema é quando existe a possibilidade do surdo visitar este espaço. Os museus assumem duas posturas: a primeira: o não envolvimento com o surdo, com a justificativa de não conseguir estabelecer um dialogo o surdo não participa das mediações propostas pelo museu. A segunda postura observada seria quando o museu espera que o surdo esteja acompanhado de um intérprete também não havendo uma interação entre museu, intérprete e o surdo, deixando o intérprete ser o mediador do surdo dentro do espaço. Outro argumento levantado ainda nas conversas informais é que não há estudos sobre este público, os museus alegam desconhecer o número de visitantes surdos que o freqüentam ou freqüentaram.

Somente um único centro cultural e um museu de Goiânia, onde se dispuseram a responder o questionário, confirmando que os museus desconhecem este público e a escassez das práticas de acessibilidade para as pessoas surdas. Através desta postura se percebe que ainda dentro de grande parte dos museus da cidade de Goiânia as medidas para tornar estes espaços, lugares dinâmicos e democráticos, no qual as barreiras que excluem grupos ou comunidades, como no caso dos surdos, ainda não foram diminuídas. E muito tem que ser feito dentro destes espaços para de fato torná-los um espaço de vivência cultural.

Ao tornar possível a acessibilidade do surdo através da LIBRAS cria-se a oportunidade de se desenvolver e viv nciar a cultura de forma análoga   das pessoas

⁹ Para elaboração deste artigo se utilizou, varias pesquisa de campo nos museus na cidade de Goiânia, Goiás, procura-se compreender a relação entre os deficientes auditivos e o museus esta pesquisa, que levou a realização deste artigo, aponta para a possibilidade na resolução dos problemas na integração, por meio de um método que anseia encontrar as pontes entre as normatizações oficiais e a prática museológica para a construção da alteridade.



ouvintes. Além disso, para que o surdo possa participar e desenvolver-se é preciso promover a integração com sua cultura e sua língua, transformando a acessibilidade uma prática constante dentro do espaço museal. Permitindo que as interações entre surdos e ouvintes aconteçam, através das praticas sociais proporcionadas pela acessibilidade, ampliando não só a forma do surdo ver e compreender o museu, mas também do museu compreender a comunidade surda.

3. Conclusão

Durante muito tempo o surdo ficou alheio às determinadas vivencias culturais, hoje não se pode mais negar o direito, aos surdos de serem parte integrante e participativa de nossa sociedade e de suas manifestações culturais, sendo o museu uma parte importante para proporcionar parte dessas vivencias aos surdos e ouvintes. Vemos a falta de estudo sobre o público surdo e de profissionais de LIBRAS (intérpretes ou especialistas) dentro dos museus, e talvez estes seja um dos grandes desafios da acessibilidade de surdos dentro dos museus.

Quando o museu trabalha em assumir uma postura frente à diversidade social para buscar diminuir as barreiras que impedem um determinado grupo de frequentar um determinado lugar. Com o fim das barreiras o próprio conceito de museu altera-se, passa a ser um espaço democrático, inserindo os indivíduos que no silêncio abstraem o mundo por outras percepções. Ao permitir que o museu seja um espaço democrático que respeita e propicia a diversidade com o único intuito de produzir e propagar a cultura de uma forma ampla, através de novas práticas, cria-se o espaço da verdadeira natureza da comunicação, a ação da inclusão. Somente por essa via é que o silêncio pode ser rompido.

Referências

BOMFIM, Rute Oliveira do; Ana Paula Ramos de Souza. **Surdez, Mediação e Linguagem na Escola**. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acesso em: 25 de maio de 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acesso em: 17 de outubro de 2010.

Declaração de Salamanca. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br> > Acesso em 08 de fevereiro de 2011

DECRETO nº 6949/2009. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 08 de janeiro 2011.

DECRETO nº 3.298/1999. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 08 de janeiro 2011.

DORZIAT, Ana. **Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos**. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acesso em: 17 de outubro de 2010.



- CÂNDIDO, Manuelina M. Duarte. **Ondas Do Pensamento museológico Brasileiro**. Lisboa: ULHT, (Cadernos de Sociomuseologia, 20).
- FÁVERO, Maria Helena; Meireluce Leite Pimenta. **Pensamento e linguagem: a língua de sinais na resolução de problemas**. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acesso em: 25 de maio de 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 29 de maio de 2011.
- Lei 9394/1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 8 abril de 2011.
- Lei 10436/2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 8 de abril de 2011.
- Perlin, Gladis; Karin Lílian Strobel. **Fundamentos da Educação de Surdos**. [trabalho de conclusão de curso] Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.
- Torres, Elisabeth Fátima; Alberto Angel Mazzoni; Anahi Guedes de Mello. **Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais**. Disponível em: <<http://www.scielo.org>> Acesso em: 25 de maio de 2011.
- Ramos, Clélia Regina. LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros. Editora Arara Azul Petrópolis – RJ. Disponível em <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf> > Acesso em 08 de janeiro 2011.
- Sarraf, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: Políticas de Inclusão Cultural por meio da Acessibilidade**. [Dissertação] São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação. 2008.



MUSEUS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA: NOVAS POSSIBILIDADES

Lalaine Rabêlo¹

Resumo

Este artigo busca observar como tem se tornado freqüente o uso das novas mídias – sites e a internet em geral – na divulgação dos acervos e conseqüentemente do conhecimento, além dos benefícios que isso trás ao público, seja ele escolar, acadêmico e outros interessados. E como esta aproximação entre público e museus pode influenciar politicamente ou ideologicamente, além da construção de identidades.

Palavras- chave: Museus. Numismática. Novas Mídias. Educação.

Abstract

This article seeks to observe how it has become common to use new media - internet sites and in general - the dissemination of acquired knowledge and therefore, beyond the benefits that it brings to the public, be it school, academic and other stakeholders. And how this approach between public and museums can influence politically or ideologically, and the construction of identities.

Keywords: Museums. Coins. New Media. Education.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Alfenas e bolsista de iniciação científica pela FAPEMIG.



1. Introdução

A semana dos museus deste ano vem com as seguintes temáticas: Museus em um mundo em transformação e Patrimônios - Novos desafios novas inspirações. No tocante às duas temáticas podemos associá-las à questão das novas mídias, dos meios de comunicação eletrônica como forma de se serem aliados na dispersão do conhecimento.

Seguindo esta idéia, entendemos que as mídias em geral não são algo à parte e sim aliados dos museus e da educação patrimonial, pois isto é necessário ao conhecimento de acervos e conseqüentemente da história de um povo. Isto porque o uso dos meios de comunicações eletrônicas é válido para promover o conhecimento possibilitado pelos museus e quebrar barreiras entre público e esta instituição. Conseqüentemente oferece elementos à educação patrimonial, pois possibilitar o conhecimento sobre os acervos – que faz parte da nossa história – torna o público mais propenso a preservá-los, preservar algo que faz parte de nós e da nossa história.

Torna-se cada vez mais freqüente o uso dos meios de comunicação eletrônica para a divulgação de acervos de museus ou de conhecimentos que muitas vezes ficam restritos aos meios acadêmicos. O exemplo disso são as revistas eletrônicas de universidades com divulgação de artigos ou acervos como no caso do Museu de Berlim que disponibiliza imagens de sua coleção numismática.

Isto facilita o contato com o público e a realização de pesquisas acadêmicas, devidos as longas distâncias geográficas. Esta relação público/museu é importante, pois facilita também o acesso de professores e alunos, seja ele de ensino médio ou fundamental, tornando assim as disciplinas de história ou até mesmo biologia e física, mais interessantes e próximas de sua realidade. Além disso, traz a questão da educação patrimonial que envolve também a preservação de edifícios e objetos de valor histórico.

Em suma, é de grande importância discutir o que os museus e o conhecimento abrigado neles nos trás - ou pode nos trazer - e sua influência quanto local de memória. Neste sentido, buscamos com este artigo, observar as possibilidades de associar museus e patrimônios às novas mídias e os meios de comunicação eletrônica.

Acerca dos acervos numismáticos, faremos uma breve observação sobre como as moedas estão ligadas à identidade de um povo ou a legitimação do poder em certos períodos de nossa história (em nosso caso, a romana) - papel este também



desempenhado pelos museus em alguns períodos -, e como o conhecimento sobre isto e o acesso à informação pode colaborar para a criticidade.

2. Museus, aprendizagem e meios de comunicação eletrônica: novas possibilidades

Com o acesso cada vez maior da população aos meios de comunicação eletrônica, tem crescido também o uso destes recursos pelos museus. Um bom exemplo é o site Era Virtual Museus², que agrega várias instituições brasileiras em sua página e permite a visita aos acervos. No site encontramos o Museu da República, o Museu do Mar e também a Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Promover os museus por meio das novas mídias é trazer também ao público a oportunidade de estar conectado com a história ou com outras ciências, é não fazer com que estas sejam distantes. É trazer informações válidas que acrescentem e não somente uma visita à um depósitos de objetos antigos que muitas vezes não fazem sentido por si só. Claro que não podemos abrir mão de visitas “reais”, mas quando esta possibilidade encontra-se fora do alcance econômico ou pela distância geográfica, expor e explicar o que está por trás dos objetos dos acervos é trazer conhecimento e levar a discussão.

Outro ponto que vale destacar, é a digitalização de acervos documentais e bibliográficos feitos também por museus, bibliotecas e arquivos nacionais com o objetivo de disponibilizar material para pesquisas (TAVARES, 2012, p. 311). Isto, além de ser uma ação positiva no sentido de disponibilizar acervos para pesquisas, garante também a preservação de documentos e livros.

Tânia Maria Esperon Porto (2006) chama atenção para o uso das tecnologias, pois estas possibilitam ao indivíduo obter uma ampla gama de informações, podendo assim, servir como elemento de aprendizagem. E é neste contexto que também inserimos a questão dos museus online como elemento do ensino de história e outras disciplinas aqui citadas. A autora ainda enfatiza que são vencidas barreiras geográficas e criadas aproximações culturais, apesar das diferenças sociais e econômicas.

Por outro lado, Célia Cristina da Silva Tavares (2012) observa sobre a informática, que esta é um importantíssimo instrumento, uma ferramenta

² <http://www.eravirtual.org/pt/>



extremamente útil que, se não for usada com habilidade e prudência, pode-se tornar completamente inútil. Por esta razão, salientamos que essas visitas a museus ou aos acervos disponíveis na internet, devem ser orientados, ao menos em um primeiro momento, pelos professores com um propósito. Isto porque o aluno pode se perder em um mar de informações, se desvinculando assim do objetivo aqui proposto que é facilitar o contato entre público e museus contribuindo assim para o enriquecimento do aprendizado.

Nesta perspectiva, podemos inserir também a questão da educação patrimonial. Isto é necessário, pois vemos com freqüência a destruição, pichação ou descaracterização de edifícios ou objetos antigos e com valor histórico. E como tentar barrar isto? Parece clichê, mas o ideal seria a conscientização da população e é claro, do público escolar. Na própria página da Casa da Ciência fala-se do objetivo da visita virtual: “O grande desafio tem sido motivar o público a fazer suas próprias descobertas a partir de atividades que o convidem a buscar respostas e provoquem sua curiosidade”.

Temos ainda o Museu Nacional do Mar (São Francisco do Sul , S.C.), o Museu de Artes e Ofícios - que está localizado em Belo Horizonte e que abriga um acervo sobre o universo do trabalho, das artes e dos ofícios do Brasil - e que traz o seguinte em seu site: “Um lugar de encontro do trabalhador consigo mesmo, com sua história e com o seu tempo”.

Como o próprio museu explica, há uma necessidade de integração das pessoas com sua própria história, a história das classes trabalhadoras, além disso, a aproximação com as outras ciências. Contamos também com o Museu AfroBrasil e o Museu Histórico Nacional que possui uma galeria virtual com acervo numismático, de armas, acervo mobiliário e objetos de uso pessoal. Além dos museus brasileiros, há museus estrangeiros com a possibilidade de visita virtual como o British Museum na Grã Bretanha, Museu do Louvre na França e o Museu de Berlim da Alemanha.

3. Museu e seu papel legitimador e como local de memória

No que concerne a legitimação de uma classe ou de uma ideologia, museus, acervos - aqui daremos ênfase nas coleções numismáticas - e educação trazem elementos em comum.

Com relação aos museus, podemos dizer que seu acervo pode atender a diversas necessidades, seja ela legitimação ideológica ou ainda como expressão de



uma hierarquia. Os museus podem contar a história de uma nação, sua origem, ou até mesmo a história de uma classe como no caso do Museu de Artes e Ofícios, já citado anteriormente.

Podemos exemplificar essa idéia com o Louvre, que antes de se tornar museu, foi um palácio real e hoje abriga um grande acervo. Trazendo pra mais perto, temos o Museu Histórico Nacional (localizado na cidade do Rio de Janeiro) que possui um dos maiores acervos do Brasil e a maior coleção numismática da América Latina. O MHN foi criado em 1922 pelo então presidente da República, Epitácio Pessoa (1919- 1922) e inicialmente foi voltado para a história do Brasil, já que a monarquia fora substituída a pouco pela república, então o ideal era construir uma identidade nacional.

Podemos identificar esta atitude, de uma espécie de propaganda do governo com o que era feito na Roma Antiga, onde eram cunhadas moedas com símbolos religiosos, imperiais como forma de legitimar o poder, algo não muito distante do nosso presente.

Francisco Franco também cunhou moedas durante seu governo com sua imagem e a frase: FRANCISCO FRANCO CAUDILLO DE ESPANÑA POR LA G. DE DIOS, ou; Francisco Franco, caudilho da Espanha pela graça de deus. Com essas inscrições busca-se legitimação do poder desse governante, além de adquirir caráter divino, caudillo significa protetor.



Imagem 1: Foto: Lalaine Rabêlo, 6 de junho de 2011, coleção particular de Cláudio Umpierre Carlan

Legendas:

Anverso: FRANCISCO FRANCO CAUDILLO DE ESPANÑA POR LA G. DE DIOS 1966

Reverso: 100 PTAS



Descrição: Trata-se de uma moeda de prata, produzida em comemoração dos 30 anos de governo de Franco.

Anverso: Busto do General Francisco Franco, com a face voltada para direita, isto é uma representação religiosa. Há ainda duas estrelas, elas tem o significado de legitimação do poder, esse tipo de representação vem desde a época de Augusto, Imperador de Roma.

Reverso: 100 Pesetas. No reverso temos a representação dos quatro reinos espanhóis; Castela, Leão, Navarra e Catalunha. Observamos ainda três cruzes templárias. A Espanha é um país muito religioso e católico, então quem melhor representa a força, religião e a honra de lutar pela fé são os Cavaleiros Templários.

Através da análise desta cunhagem do período em que Francisco Franco esteve à frente do poder, percebemos a inclusão de elementos do passado espanhol como forma de legitimar seu poder, além de elementos da antiguidade romana. Ou seja, o presente é constantemente ligado ao passado seja através de costumes ou de símbolos, e estes intimamente ligados a construção de uma imagem que busca passar uma mensagem que legitima o poder de determinado sujeito ou ainda a adoção de uma cultura ou religião. E neste sentido os acervos ou coleções têm muito a contribuir com a observação e a construção da criticidade do sujeito.

No caso do medalhão apresentado abaixo, podemos notar a figura dos imperadores Valentiniano I e seu irmão Valente, que governavam ocidente e oriente romano, respectivamente. Valentiniano foi proclamado imperador em 364 d.C. e dividiu a administração do Império com seu irmão, Valente.



Imagem 2: FONTE: MUSEU DE BERLIN



Legendas

Anverso: R ES ROMA NO R VM

Reverso: GLORI A ROMA R V M

Exergo: A N (medalhão cunhado na casa de Antioquia, em 371)

Este medalhão foi cunhado provavelmente no início do governo dos dois imperadores com objetivo de transmitir uma mensagem. No reverso podemos observar o Imperador montado em um cavalo e este é símbolo de triunfo e força, algo que traz um certo entusiasmo para a população, afinal, o ocidente passava por algumas dificuldades de ordem econômica, social e política. Podemos observar a união do ocidente e oriente romano através das figuras dos dois imperadores, ou seja, uma forma de legitimar o poder, além de passar a mensagem de união entre ambos, de força entre as duas regiões. Além disso, podemos observar a mistura de elementos cristãos (a aureola na segunda imagem do imperador) e pagãos (uma mulher em frente à imagem do cavalo significando provavelmente uma divindade pagã) assim a mescla entre as duas religiões, pois no período apesar de boa parte da população romana ter se convertido ao cristianismo, os elementos da religião greco-romana ainda estão muito presentes. Ou seja, através da imagem passa-se a mensagem de que ambas não estão desligadas e que há ainda uma tolerância quanto as duas crenças, há uma diversidade no Império.

Quanto à modernização do Estado no período inicial da República, observamos que há um papel da educação quanto a formação do cidadão produtivo e obediente às leis, mesmo quando impedido de exercer direitos políticos (FONSECA, 2004, p. 44). Havia também a necessidade da construção de uma identidade nacional, como já mencionado anteriormente. Nesta perspectiva, destacamos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criado em 1938 com o propósito de elaborar uma história nacional e difundi-la por meio da educação.

Dentre os vários papéis da educação já citados, podemos ainda destacar a Era Vargas, que era privilegiada pela orientação do ensino de História direcionado no sentido da formação moral e política. Dentre suas políticas de cultivo de uma história para a construção de uma identidade nacional, estavam também as políticas de preservação do patrimônio histórico e as festas cívicas (FONSECA, 2004, p. 44).

Neste sentido, observamos ao longo da história a tentativa da legitimação de um governo, ou da construção de uma identidade através do patrimônio histórico. Porém devemos pontuar que nem sempre o patrimônio, os acervos dos museus, a



história ou educação sejam usados neste sentido. Hoje devemos utilizá-los no sentido de despertar discussões, as críticas e o interesse pelo conhecimento histórico e de outras ciências.

4. Considerações finais

Buscamos nesta discussão, patentear sobre as possibilidades da união entre novas mídias e museus como forma de atingir objetivos como, superar as barreiras geográficas e proporcionar um conhecimento maior para o público escolar ou não escolar. Lançar mão também destes recursos para a educação patrimonial, além de mostrar a importância dos museus e de seus acervos ao longo do tempo e como podemos direcionar isso na atualidade.

Outro ponto que vale destacar é o conhecimento sobre os elementos de legitimação que abarcam museus, as coleções (neste caso, em destaque as moedas romanas) e a educação. A observação e discussão sobre o papel destes elementos e da simbologia contida neles contribuem para a construção e valorização de nossa identidade - ou identidades pois em se tratando de Brasil temos ampla diversidade.

Assim como no Império Romano nas moedas eram representados elementos cristãos e da religião greco-romana sugerindo a construção de uma identidade diversa, e não totalmente desligada do seu passado pagão – já que o cristianismo vinha ganhando cada vez mais adeptos -, os próprios museus em parte da história serviram como construção da identidade, porém uma identidade da elite, e de sua história.. Entretanto, vale destacar que hoje há uma busca aos elementos que no passado foram relegados a segundo plano, ou seja, as várias identidades sejam elas indígenas, africanas ou de uma classe trabalhadora como no caso do Museu Afro e Museu de Artes e Ofícios, respectivamente.

E estas podem ser os vários papéis dos museus, contribuir para a construção dos processos de ensino-aprendizagem, para a educação patrimonial preservando assim nossa história e ao mesmo contribuir para a identificação das várias identidades presentes em uma sociedade.

Desta forma, concluímos que “passado” e presente devem e estão intimamente ligados, e que esta relação só tem a acrescentar para o conhecimento em geral.



Referências

- CARLAN, Claudio Umpierre. **Moeda e Poder em Roma**: um mundo em transformação. Campinas, 2007. Tese de Doutorado em História Cultural. IFCH, UNICAMP.
- CARLAN, Cláudio Umpierre; RABELO, Lalaine. **Cultura e poder em Roma**: o modelo da Antiguidade Tardia. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, v.7, n.1, ano IV, 2011. Disponível em: <www.antiguidadeclassica.com>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. 8a. ed. Tradução: Vera Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Ângela Melim, Lúcia Melim. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1994.
- Coleção Numismática do Museu de Berlim. Disponível em: <<http://www.smb.museum/ikmk/index.php?lang=en>>. Acesso em: 27 jan. 2012.
- British Museum. Disponível em: <<http://www.britishmuseum.org/>>. Acesso em: 08 mar. 2012.
- Era virtual museus. Disponível em: <<http://www.eravirtual.org/pt/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.
- FONSECA, Thaís N.L. História e ensino de História. Belo Horizonte; Editora Autêntica, 2004.
- FRÈRE, Hubert. **Numismática**. Uma Introdução aos Métodos e a Classificação. Tradução e Adaptação: Alain Costilhes e Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 1984.
- FUNARI, Pedro Paulo. CARLAN, Cláudio Umpierre. **Arqueologia Clássica e Numismática**. Coleção Textos Didáticos n. 62. Campinas: Unicamp, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo. ; Org.; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira, Org. **Política e identidades no mundo antigo**. Organização de Pedro Paulo A. Funari e Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia**. 2ºed. São Paulo: Contexto, 2010.
- FUNARI, Pedro Paulo. CARLAN, Cláudio Umpierre. **História e Numismática**. São Paulo: Annablume, 2012.
- GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. Edward Gibbon; organização e introdução Dero A. Saunders. Prefácio Charles Alexander Robinson, Jr. Tradução e notas suplementares José Paulo Paes. Ed. Abreviada. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Museu AfroBrasil. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.
- Museu do Louvre. Disponível em: <<http://www.louvre.fr/>>. Acesso em: 07 fev. 2012.
- PORTO, Tânia Maria Esperon. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. **História e Informática**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Novos Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.



“CAMINHOS DO SUL DE MINAS”: UMA REFLEXÃO SOBRE PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PRESERVACIONISTAS NO CIRCUITO TURÍSTICO MINEIRO

Nilson Alves Moraes¹
Luciana Christina Cruz e Souza²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o circuito turístico “Caminhos do Sul de Minas” e as políticas preservacionistas induzidas pela distribuição dos recursos do ICMS sob o critério do patrimônio e do turismo. Pretende discutir a construção de representações sociais a partir da patrimonialização de bens culturais ou naturais, tangíveis ou intangíveis, a qual se vê legitimada pelos circuitos turísticos mineiros.

Palavras-chave: Patrimônio. Preservação. Políticas Públicas. Circuitos turísticos.

Abstract:

The present work aims to analyze the relationship between the tourist circuit “Southern Paths of Minas” and the preservationist policies induced by the distribution of resources from ICMS (Brazilian tax on the circulation of goods, interstate and intercity transportation and communication services; state value-added tax on the circulation of goods, interstate and intercity transportation and communication services; or state excise tax) under the criterion of patrimony and tourism. This paper discusses the construction of collective representations from patrimonialization of cultural or natural property, tangible or intangible, which is being legitimized by the tourist circuits of Minas Gerais.

Keywords: Patrimony. Preservation. Public Policies. Tourist circuits.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC/São Paulo e Pós-Doutor pelo CESLA. Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).



1. Introdução

Em meio à desafiadora paisagem da Serra da Mantiqueira, no Estado de Minas Gerais, abrem-se os caminhos que sobem da terra às portas do firmamento. Eis o Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas, um lugar repleto de montanhas íngremes, onde a cultura e a hospitalidade do povo são capazes de materializar os sonhos em vivências únicas e enriquecedoras. Junte-se aos nossos visitantes de todo o mundo, sempre ávidos por "subir montanhas para garimpar estrelas".³

Para falar e pensar cientificamente sobre Minas Gerais é necessário deixar fluir e promover um encontro entre a rigidez do método científico, a poesia, o encantamento e saber ir além das palavras. Muito já se falou, ainda se vai falar e cantar de Minas Gerais, seja através de sua arte barroca, de sua arquitetura, dos sabores das fazendas, dos queijos, das estradas de ferro e de tantas outras referências tratadas como patrimônio desta vasta região. Minas Gerais, no imaginário, nas representações e discursos sobre a qualidade de vida e um turismo diversificado, boa alimentação, água em abundância, clima ideal e gente amigável, se repete, se (re)inventa em diferentes narrativas. Tais elementos ajudaram a construir imagens de uma terra hospitaleira, atraente por suas riquezas culturais e ambientais.

Nessa perspectiva, o turismo se revela um campo social e científico relevante e o presente texto tem como objetivo refletir, a partir das contribuições da ciência histórica e das ciências da cultura, sobre a preservação do patrimônio enquanto estratégia para o desenvolvimento de circuitos turísticos que se sustentam por representações de Minas Gerais. Ativador de crescimento econômico, o turismo encontra condições de sua viabilização no estado mineiro. Sendo assim, os estudos sobre a intensificação deste turismo e das garantias ambientais e culturais nestas condições devem ser estimulados. Na contemporaneidade, as relações entre turismo e questões ambientais são necessárias e urgentes: ambiente e preservação não são mais vagos discursos de alguns grupos sociais ou doutrinários, são situações que caminham juntas a formular novas questões e debates. O presente texto tenciona associar as políticas preservacionistas à ideia de representação social legitimada pela dinâmica do turismo regional. Para tanto, a menção ao circuito turístico Caminhos do Sul de Minas servirá para a reflexão sobre interesses e demandas que permeiam as políticas de preservação e agregam valor aos elementos nomeados como patrimônio.

³ Texto que abre o site do circuito turístico "Caminhos do Sul de Minas". Disponível em: <<http://www.caminhosdosuldeminas.com.br/turismo/Pagina.do>> Acesso em dezembro de 2011.



2. Pensando Patrimônio, Preservação e Políticas Preservacionistas em Minas Gerais

Partindo das análises de Bourdieu (1992), assumimos que falamos a partir do campo museal. Pensar a preservação do patrimônio implica, primeiramente, definir o que está sendo tratado como patrimônio e o que se entende como preservação pela perspectiva da Museologia. Existem noções diferenciadas de patrimônio que exibem especificidades referentes ao seu contexto de produção. Para dar conta dessa pluralidade, numa perspectiva analítica, alguns autores o entendem enquanto categoria de pensamento, ou seja, uma ideia presente na vida social e mental de qualquer coletividade humana (GONÇALVES, 2003). Dessa forma, afirma-se a possibilidade de “[...] se transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais [...]”, na tentativa de compreendê-la no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas (GONÇALVES, 2005, p.18). Nessa perspectiva, a categoria patrimônio revela-se como mediadora de duas importantes dimensões da cultura: uma se expressa na tradição, como herança dos grupos sociais; a outra é reconhecida enquanto processo, “[...] resultante do permanente esforço no sentido do autoaperfeiçoamento individual e coletivo [...]” (GONÇALVES, 2005, p.28). Categoria essa que manifesta características fluidas conforme sua apropriação no tempo e no espaço.

Pensar o patrimônio também implica considerar os diferentes contornos semânticos assumidos ao longo do tempo. Reconhecendo esta polissemia, Tereza Scheiner (2004) elucida as diferentes atribuições dadas no contexto da modernidade e chama a atenção para o entendimento do patrimônio em seu trânsito entre material e imaterial, cultural e natural, tangível e intangível. Importa destacar que em tempos recentes essa percepção amplia-se a todos os elementos que compõem os espaços habitados pelos grupos sociais e que atestam as relações e vivências ali (re)construídas. Mas nem todos eles são nomeados ‘patrimônio’: passam antes por processos de seleção que evocam elementos das memórias individuais e sociais e articulam-se às definições de identidades coletivas – em instâncias nacionais, regionais ou locais. Esse patrimônio escolhido passa a representar os grupos que o selecionaram. Essa seleção se dá num processo de apropriação social dos elementos definidos como patrimônio, ou seja, quando o sentido atribuído aos mesmos encontra “ressonância”⁴ nos grupos sociais (GONÇALVES, 2005, p.19). Nesse sentido, ele deflagra sentimentos e emoções na medida em que a subjetividade presente na

⁴ Ideia também pensada na forma de reverberação: quando ecos múltiplos são produzidos a partir da vibração de uma fonte.



relação entre a sociedade e o patrimônio passa a envolver “[...] os traços de memória afetiva que nos configuram no mundo e para o mundo, interferindo de modo permanente em nossa forma de ver, selecionar, reter e interpretar os fatos [...]” (SCHEINER, 2004, p.147).

Pensar o patrimônio também exige entender a (re)interpretação que se faz do bem a partir da atribuição de valor capaz de apresentá-lo como possuidor de caráter diferencial. Interessa analisar de que modo aquele bem se destaca perante os demais, tendo em vista que ao ser distinguido lhe é emprestado o sentido de “excepcionalidade” (LIMA, 2008). O patrimônio, nesse sentido, é percebido por instituições culturais e agências governamentais em sua especificidade e universalidade, assumindo múltiplas formas que reafirmam sua função de mediador entre passado e presente. Cabe questionar, então, se essa mediação, quando institucionalizada, não assume um movimento de idealização de um passado: uma espécie de “utopia” de um estado anterior estimulada pelas agências patrimoniais.

Nessa perspectiva delineiam-se as práticas de preservação, aqui consideradas pela definição de Leila Mendes de Vasconcellos e Maria Cristina F. de Mello:

[...] a preservação é uma ação global voltada para a proteção de um bem cultural na sua totalidade, contra qualquer dano ou degradação, através de instrumentos legais. [...] A conservação, no que se refere ao patrimônio, é um termo abrangente para definir tipos de medidas destinadas a manter ou restabelecer a "saúde" física de edifícios. Existem vários graus de intervenção conservativa, o mais leve é a manutenção preventiva e o mais sofisticado é a restauração (2008:62).

As autoras, ao conceituarem preservação, tem como referência a Carta de Veneza (1964) que trata a conservação e a restauração como um conjunto de ações que visam à manutenção permanente dos bens. No documento, tais operações contribuem para a salvaguarda – ideia que se coloca, portanto, como postura que não inclui intervenções diretas, aproximando-se do conceito de preservação trabalhado por Leila Mendes de Vasconcellos e Maria Cristina F. de Mello (2008). É possível pensar a preservação, portanto, como a promoção de instrumentos legais de proteção e de políticas públicas. Ela se volta para a manutenção permanente dos bens e garante – ainda que em teoria – a execução de ações de conservação e restauração, protegendo o patrimônio institucionalizado do desgaste natural ou da destruição humana voluntária.

Os instrumentos legais relacionados às ações de preservação seriam, por exemplo, o tombamento e o registro, os quais protegeriam ou controlariam as referidas transformações dos bens. Tais instrumentos tratam-se de intervenções do Estado – motivadas por ele ou por iniciativa popular – e justificadas como de interesse público,



executadas pelo Poder Executivo no seu exercício atípico: o de legislar por decreto. Tais medidas não são intervenções diretas nos bens, mas mobilizam forças sociais na tentativa de garantir a continuidade do patrimônio no tempo. São instrumentos que tendem a assegurar a manutenção permanente através de ações que atentam à especificidade de cada bem, seja ele tangível ou intangível, cultural ou natural.

O trabalho de seleção e de institucionalização do patrimônio é também um trabalho de leitura, de percepção do mundo social, e o mesmo de forma alguma é executado com neutralidade: traduz concepções, projetos, interesses e demandas dos grupos que o executa. O tema possibilita, portanto, a problematização sobre “[...] quem tem capacidade ou possibilidade de definir e orientar ações e garantir sua continuidade ou mudança, capacidade de pautar e se fazer permanente e como o faz [...]” (MORAES, 2009, p.03), apontando para a atuação da sociedade civil e de agentes de Estado que identificam e selecionam o que “merece” ser preservado. Portanto, incita a investigação sobre as motivações dessas escolhas e sobre a articulação de valores presentes nesse complexo cenário de trato com o patrimônio.

Em Minas Gerais, o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) tornou-se responsável pela criação de normativas que orientaram as políticas municipais de preservação. Estas últimas ficaram condicionadas, desde a década de 1990, à existência de um corpo técnico nas prefeituras para a condução das ações, além da instituição de Conselhos Municipais de Patrimônio. Tais conselhos foram constituídos como instâncias consultivas ou deliberativas – de acordo com a legislação de sua criação e regimento interno –, formados por segmentos da sociedade civil e representantes do governo municipal. As políticas preservacionistas passaram a ter o crivo desses conselhos, os quais se formaram como arena política onde agentes do Estado e membros da sociedade civil gerenciaram conflitos, divergências e negociaram consensos.

Mas não há como perder de vista que nesse espaço - onde passaram a se configurar as políticas preservacionistas - também se formaram confrontos sobre monopólios de força e pela partilha de poder. Em tal arena, a dinâmica estabelecida entre os grupos ali presentes tornou aparente a desigualdade existente entre os mesmos: os mais organizados detêm mais recursos, competências e condições de associação e mobilização de interesses, reduzindo os grupos mais pobres e marginalizados – ou até mesmo aqueles estigmatizados – ao anonimato e ao silêncio. E nesse quadro o pluralismo da sociedade civil acaba se mostrando reduzido (WALZER, 2008). Portanto, pensar as políticas preservacionistas exige considerar que estas se configuram em arenas onde a pluralidade se faz ou não presente



dependendo das condições dos grupos que lhe compõe. E é nesse *locus* que os consensos são negociados para responder às demandas estratégicas dos distintos atores que compõem o Estado e a sociedade civil (ABRANCHES; AZEVEDO, 2004). Sendo assim, a seleção do que é ou não patrimônio pode ser construída arbitrariamente por determinados grupos com intenção de legitimar formas de pensamento e de ação social (SCHEINER, 2004).

3. O circuito turístico Caminhos do Sul de Minas

Partindo de escolhas, condicionadas ao entendimento do patrimônio em sua instância tangível ou intangível, natural ou cultural, o circuito turístico Caminhos do Sul de Minas apresenta, com fins de divulgação turística, um conjunto de exemplares patrimoniais de 11 municípios localizados na região sul do Estado de Minas Gerais. Cada um dos membros associados (municípios) executa um Inventário Turístico periodicamente, através do qual identifica paisagens e ambientes “naturais” – tais como cachoeiras, lagos, reservas ambientais, entre outros –, além de bens e manifestações “culturais” – estações ferroviárias, pontes, igrejas, praças, festas, feiras, comidas e etc. – que servem como referência na divulgação do circuito. O Inventário Turístico confunde-se com o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural realizado pelas Prefeituras, o qual identifica os patrimônios locais “merecedores” de proteção estatal. Desde 1996, o Inventário de Proteção é executado periodicamente pelos municípios para angariar recursos junto à redistribuição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS)⁵. Tal redistribuição foi definida em lei estadual e primeiramente estabeleceu, entre os critérios redistributivos, a preservação do patrimônio. Em 2009, tal instrumento legal instituiu o critério turismo, incentivando a gestão turística a partir de inventários específicos ao setor. Desde então, observa-se a presença de bens tombados e registrados compondo os Inventários Turísticos, os quais estimulam o investimento em gestão turística através dos recursos provenientes do ICMS.

Os circuitos turísticos de Minas Gerais são entidades sem fins lucrativos. Tratam-se de Pessoa Jurídica de direito privado, registradas junto à Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais. Elas foram reconhecidas em 2003 através do Decreto Estadual 43.321 que as definiu como conjuntos de no mínimo cinco

⁵ O repasse do ICMS pelos Estados foi determinado pela Constituição de 1988 que definiu em 25% a distribuição entre os municípios do valor total arrecadado, sendo ¼ desse percentual disposto conforme determinações da legislação estadual. Com o objetivo de criar uma parceria entre o estado e os municípios, o Governo do Estado de Minas Gerais, em 28 de dezembro de 1995, instituiu a Lei 12.040 que estabeleceu uma série de critérios redistributivos que beneficiavam, entre outras áreas, o patrimônio cultural. Dessa forma, os municípios que comprovassem investimento nos bens identificados como patrimônio seriam beneficiados com recursos. A lei foi modificada ao longo dos anos e em 2009 lançou um novo critério redistributivo referente à comprovação da gestão turística por parte dos municípios.



municípios – localizados num raio máximo de 100 km de distância – com afinidades culturais, sociais e econômicas. No sul do Estado, oficializou-se, entre elas, o Caminhos do Sul de Minas que já estava em atividade desde 2001 através da Agência de Desenvolvimento do Circuito Turístico Sul de Minas (ADECTUR). Este circuito reúne os municípios de Conceição das Pedras, Cristina, Delfim Moreira, Itajubá, Marmelópolis, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Santa Rita do Sapucaí, São José do Alegre e Wanceslau Braz, os quais pagam mensalidades específicas para a manutenção das atividades da entidade. A associação desses municípios é voluntária, mas exige renovação anual por parte do Poder Executivo Municipal. O objetivo, de acordo com o site da entidade e da Secretaria de Turismo do Estado, é a regionalização do turismo e a consolidação de uma identidade regional.

A associação procura fomentar a atividade turística criando circuitos de visitação através dos quais o visitante é guiado aos referidos pontos “culturais” e “naturais”. Esta é uma orientação da entidade que ocorre via internet⁶, sendo executada por links que oferecem roteiros, mapas, informações climáticas, fotos, locais de hospedagem, dicas de restaurantes, notícias, entre outros. O circuito afirma-se como “turismo de aventura, cultural e rural” e baseia-se em inventários turísticos executados pelos municípios associados. Seu objetivo é estimular o fluxo turístico nessas localidades, entendendo-o como fonte de renda, gerador de empregos e motivador de atividades e eventos culturais.

A expansão do alcance do patrimônio pela disseminação do turismo cultural parece criar um mercado de bens simbólicos no qual os bens e manifestações patrimoniais acabam transformando-se em objetos de consumo (VELOSO, 2006). A atividade turística, associada à prática de consumo, atribuiu valor econômico ao patrimônio institucionalizado. Nessa perspectiva, as referências presentes no circuito turístico Caminhos do Sul de Minas são elencadas como atrativos citadinos capazes de atrair recursos públicos e privados para o desenvolvimento econômico. Marisa Veloso (2006) chama a atenção para o risco de que esses patrimônios se tornem espetáculos produzidos pela atividade turística. Atenta, portanto, para a observação do modo como o patrimônio está sendo apropriado pelo poder local: desde o processo de escolha até seus usos manifestam interesses, demandas e projeções que se dão num campo de disputa política e simbólica. A preservação do patrimônio acaba por se tornar uma ferramenta passível de sustentar a engrenagem dos circuitos turísticos.

⁶ O circuito mantém uma página na internet através da qual divulga as informações referentes ao turismo nos 11 municípios associados. Disponível em: < <http://www.caminhosdosuldeminas.com.br>>.



É por esta mesma razão que é preciso observar o poder econômico e político que hoje possuem os grandes conglomerados de empresas turísticas e a vinculação que cada vez mais procuram ter com o patrimônio. No entanto, consideram-no simplesmente como um “agregador de valor”, o que gera a tentativa de transformação do patrimônio em pura mercadoria (VELOSO, 2006, p. 447).

Cabe destacar, então, que a preservação se dá num terreno de disputas entre diferentes atores que agregam ao patrimônio um valor econômico sustentado, principalmente, pelos programas turísticos.

O circuito Caminhos do Sul de Minas se organiza como uma parceria dos governos municipais, e exhibe “produtos âncora” que seriam aquelas principais referências “naturais” e “culturais” nos roteiros sugeridos. Referências essas que ajudam a construir representações do mundo social em conformidade com os interesses, ou desejos, dos sujeitos envolvidos na seleção e institucionalização desse patrimônio. Nessa perspectiva, tais atores descrevem a sociedade tal como eles pensam ou gostariam que fosse. Entre os produtos/patrimônios elencados pelo circuito encontram-se o pé-de-moleque, a produção de azeite e café, o artesanato com fibra de bananeira, as fazendas centenárias, entre outros. Todos esses exemplos são selecionados, portanto, como elementos cujo consumo se dá através de visitas turísticas. Estas podem ocorrer em épocas de festividades locais – discriminadas em um calendário de eventos atualizado anualmente no site do circuito.

Nesse sentido, o circuito turístico pode induzir a representações sociais que são construídas, primeiramente, pelos atores que selecionaram e institucionalizaram o patrimônio e terminaram por inseri-lo nos roteiros de visita. Daí mostra-se necessário retomar a relação intrínseca entre patrimônio e experiência coletiva – enquanto partes constituintes de um repertório cultural comum a determinado grupo (VELOSO, 2006) – para se pensar em representações sociais.

Assumindo a perspectiva da Psicologia Social, as representações sociais são diversas numa mesma sociedade e dependem diretamente do contexto em que estão inseridas. Elas são socialmente elaboradas e partilhadas e concorrem à construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001). Esse processo se dá em terrenos de disputas, conflitos e consensos, funcionando como estratégia simbólica de determinados grupos os quais formulam um ser-percebido num dado contexto histórico-cultural e que competem para estabelecer a hegemonia de suas representações (MOSCOVICI, 2011). Nesse sentido, as narrativas patrimoniais – formadas por patrimônios institucionalizados – acabam por constituir representações



sociais que, partilhadas por uma coletividade, influenciam leituras e interpretações sobre o mundo.

O trabalho de seleção e de institucionalização do patrimônio é também um trabalho de percepção e de forma alguma é executado com neutralidade: traduz concepções, projetos, interesses e demandas dos grupos que os executam em instâncias políticas. Tais exemplares fazem reconhecer uma identidade social, remetem a memórias individuais e coletivas marcando a existência de uma coletividade num dado espaço e tempo. Esses bens, nomeados como patrimônio, constituem a personalidade de determinados grupos, sobrepondo-se a outros exemplares que remetem a diferentes formas de ser e estar no mundo. Nessa perspectiva, o Estado faz uso dos instrumentos necessários para reconhecer oficialmente (algumas) representações sociais. Esse exercício de poder simbólico – sustentado por uma distribuição desigual das representações por meio de patrimônios – faz ver e faz crer, confirma ou transforma, visões de mundo e de ação sobre o mundo (BOURDIEU, 1992).

O ser-percebido é, nesse sentido, formulado pelas narrativas patrimoniais que são frutos de escolhas de atores específicos – que detêm recursos políticos, competências e condições de associação e mobilização de interesses. É nesse sentido que Mendonça (1996) afirma que os esquemas de percepção e de pensamento acabam por refletir a hegemonia desse dado grupo (ou grupos), hegemonia essa que faz valer um corpo de valores ou códigos compartilhados. Seria, portanto, um longo trabalho simbólico que se completa na legitimação estatal de uma representação comum a um conjunto social. E esta, por sua vez, acaba reforçada pelos circuitos turísticos. As representações tornam-se atrativos de um mercado cultural no qual os patrimônios tangíveis ou intangíveis, naturais ou culturais, são os produtos a serem consumidos por públicos visitantes.

Considerando que o patrimônio nomeado é fruto de escolhas – elaboradas por atores específicos em contextos próprios –, é imperativo destacar que apenas alguns bens chegam a ser institucionalizados como patrimônio local e contemplados nos circuitos turísticos, constituindo, então, representações sociais. Minas Gerais “parecer”, nesse sentido, a terra das fazendas, do artesanato, do queijo, das cachoeiras, das trilhas e das comidas caseiras. Não há aqui a intenção de negar o valor simbólico dessas referências para suas comunidades. Mas o que se problematiza são as representações construídas sobre a região de Minas Gerais a partir dessas referências, desconsiderando as inúmeras outras manifestações e paisagens que



agregam valor às vivências coletivas da região. Cabe destacar que ainda que essa leitura se refira ao circuito turístico do sul de Minas Gerais, poderia ser estendida aos demais circuitos cadastrados na Secretaria de Turismo do Estado, os quais totalizam 47 distribuídos pelas regiões Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro Oeste de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Mucuri e Rio Doce.

A preservação, mesmo associada a fatores econômicos ligados ao repasse de recursos do ICMS, trata-se, principalmente, da manutenção permanente de elementos capazes de evocar a memória e a história de grupos sociais num processo de identificação e reconhecimento cultural. Esses elementos contribuem na construção de representações sociais que marcam existências no tempo; eles despertam sentimentos e emoções sobre o passado a partir do presente. Mas interessa ressaltar que o trabalho de seleção e de institucionalização do patrimônio é também um trabalho de leitura, percepção do mundo social. Os bens patrimonializados são, portanto, fruto de consensos negociados em arenas políticas. Mas os mesmos fazem reconhecer uma identidade social, universalizando a existência de uma coletividade num dado espaço e tempo.

Refletindo sobre esse tema, Jérôme Monnet problematiza, pela perspectiva do urbanismo, as políticas de preservação do patrimônio. Para ele, as mesmas deveriam se pautar na defesa de um pluralismo cultural, na multiplicidade de interesses e apropriações, mas o discurso que fundamenta as mesmas, por sua vez, sustenta-se num consenso inventado:

[...] a violência nunca está presente na história urbana, representada como justaposição progressiva e harmoniosa dos estilos e épocas. Do mesmo modo, as segregações sociais, as opressões econômicas, as tiranias, a insalubridade ou a marginalização das mulheres, tudo isso se funde e desaparece em um *continuum* que reintegra o vernacular e o monumental, o povo e as elites, a tradição e o progresso, em uma imagem simples e gentil da “cidade de antes da crise”. [...] A proteção do patrimônio dependeria, então, da defesa dos particularismos, da heterogeneidade e da diversidade. Ora, o que há de mais universal do que a ideologia do patrimônio? (MONNET, 1996:222)

Para ele, as próprias políticas patrimoniais se fundamentam em vontades consensuais de proteção ao patrimônio, criadoras de representações – também consensuais – do passado. Segundo o autor, percebe-se que essas vontades partiriam principalmente dos agentes do Estado e das agências patrimoniais responsáveis na seleção e institucionalização do que merece ser preservado.



Refletindo sobre uma utopia desse passado, Monnet (1996) considera que as políticas de preservação, ainda que controlem o processo de degradação dos bens – retardando, assim, a perda dos mesmos – simulam passados ideais, remetendo à ideia de um tempo de felicidade, harmonia, durabilidade. Como ilusões, tais ideias sobre o tempo anterior não se sustentam em provas, uma vez que sua veracidade legitima-se pela fé depositada. Esta última, para o autor, acabaria justificando as políticas correspondentes a esses passados idealizados. Portanto, o patrimônio seria a representação dessa utopia, apresentado em constante ameaça de perda, destruição. Tal risco indicaria a perda de referências culturais, da identidade do grupo social, tornando-se imperativa a interferência de agentes especializados em sua preservação. Daí, Monnet afirma que as políticas preservacionistas acabam se concentrando em atores específicos que imobilizam populações diante de suas escolhas, utópicas, sobre um estado “anterior”.

4. Considerações Finais

O Caminhos do Sul de Minas fortalece representações referentes a uma terra hospitaleira, com riquezas naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, habitada e (re)inventada por imigrantes, escravos e tantos outros personagens que habitaram edificações e (re)elaboraram manifestações culturais. Tais representações são alimentadas por políticas preservacionistas legitimadas pelos circuitos turísticos que, por sua vez, voltam-se à distribuição de recursos do ICMS com vistas ao desenvolvimento econômico dos municípios. Para tanto, os Inventários de Proteção ao Acervo Cultural oferecem referências à elaboração do Inventário Turístico e apresentam bens selecionados pelo Conselho Municipal de Patrimônio juntamente com o Estado. Tais escolhas, elaboradas por atores específicos num processo de negociação de consensos, parecem favorecer os circuitos turísticos e voltam-se à geração de renda, emprego e eventos culturais. Portanto, a expansão do alcance do patrimônio pela disseminação do turismo parece criar um mercado de bens simbólicos no qual os bens e manifestações patrimoniais transformam-se em objetos de consumo.

Pensar as políticas de patrimônio exige considerar que as mesmas configuram-se a partir de escolhas elaboradas numa arena onde a pluralidade cultural se faz ou não presente. Portanto, a seleção do que é ou não patrimônio pode ser efetuada por determinados grupos e voltada à legitimação de formas de pensamento e de ação social. Dessa forma, as representações construídas a partir dos patrimônios selecionados e institucionalizados – representações essas que partilhadas



socialmente passam a se fazer presentes nas práticas sociais – configuram-se em espaços públicos onde grupos mais organizados detêm recursos políticos, competências e condições de associação e mobilização de interesses. O patrimônio acaba sendo apropriado por atores componentes da sociedade política e da sociedade civil num campo de disputa política e simbólica: do processo de seleção dos bens a serem patrimonializados até os usos dos mesmos pelos circuitos observam-se interesses, demandas, crenças e concepções de mundo de sujeitos que se fazem presentes nas arenas de decisão sobre as políticas preservacionistas. Cabe destacar, então, que as narrativas patrimoniais são formuladas numa arena de disputas entre atores específicos, e que, associadas a programas turísticos, agregam valor econômico ao patrimônio criando uma espécie de mercado bens simbólicos.

Sendo assim, os circuitos turísticos legitimam representações sobre Minas Gerais. Estas são construídas a partir de narrativas patrimoniais e são partilhadas por um conjunto social num determinado contexto histórico-cultural. Nessa dinâmica, Minas Gerais aparece como lugar harmônico, onde as disputas se neutralizam numa convivência gentil da diversidade: a terra das fazendas, das reservas ambientais, das comidas caseiras, da arte barroca e das estações ferroviárias resulta da convivência harmoniosa entre grupos sociais distintos. A região parece ser “um lugar repleto de montanhas íngremes, onde a cultura e a hospitalidade do povo são capazes de materializar os sonhos em vivências únicas e enriquecedoras”, onde os visitantes de todo o mundo mostram-se ávidos por “subir montanhas para garimpar estrelas”⁷. Nesse processo, os roteiros turísticos e as narrativas patrimoniais, em conjunto, ofuscam as disputas, os conflitos, a diversidade, silenciando outros cantos e encantos das Minas Gerais.

Referências:

ABRANCHES, Mônica; AZEVEDO, Sérgio. Capacidade dos Conselhos em influenciar políticas públicas: realidade ou mito?. In: Orlando Júnior. (Org.). **Governança Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro: 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, p. 21-29, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 11, n. 23, June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-832005000100002&lng=en&nrm=iso>.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003

⁷ Texto que abre o site do circuito turístico “Caminhos do Sul de Minas”. Disponível em: <<http://www.caminhosdosuldeminas.com.br/turismo/Pagina.do>> Acesso em dezembro de 2011.



- JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. **Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu** – Releitura e reflexões. Revista Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2008.
- MENDONÇA, Sonia. R. de. **Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, RJ, v. 1, p. 94-125, 1996.
- MONNET, Jérôme. **O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado**. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24 – Cidadania, p.220-228, 1996.
- MORAES, Nilson Alves. **Museu, Instituições de cultura e ciência da Informação: o pensar e fazer em tempos de mudança**. Apresentação realizada X ENANCIB, GT-9, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/524>>. Acesso em: 01 mar. 2012.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais** – investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SCHEINER, Tereza C. M. **Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro**. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil, 2004.
- VASCONCELLOS, L. Mendes de, MELLO, M. Fernandes de. **Terminologias em busca de uma identidade**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, v.6, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3232/2350>>. Acesso em: 01 mar. 2012.
- VELOSO, Mariza Motta Santos. **O feitiço do patrimônio**. Habitus (UCG. Impresso), v. 4, p. 437-454, 2006.
- WALZER, Michael. **Política e paixão**. Rumo a um liberalismo mais igualitário. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.